

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS PATO BRANCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUIZA MARIA DA SILVA RODRIGUES

**AGENTES COMUNITÁRIOS E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO:  
O caso da Cresol de Francisco Beltrão**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO  
2015

LUIZA MARIA DA SILVA RODRIGUES

## **AGENTES COMUNITÁRIOS E COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO:**

### **O caso da Cresol de Francisco Beltrão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Kiyota

Coorientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt

PATO BRANCO

2015

R696a Rodrigues, Luiza Maria da Silva  
Agentes comunitários e cooperativismo solidário: o caso da Cresol de Francisco Beltrão. / Luiza Maria da Silva Rodrigues -- 2015.  
117 f. : ; 30cm

Orientadora: Profª Drª Norma Kiyota  
Coorientadora: Profª Drª. Maria de Lourdes Bemartt  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2015.

Bibliografia: f. 109 – 117

1.Cooperativismo solidário. 2. Solidariedade. 3. Agricultura familiar. 4.Autogestão. I. Kiyota, Norma, orient. II. Bemartt, Maria de Lourdes, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD (22. Ed.) 330



## **TERMO DE APROVAÇÃO Nº 82**

### **Agentes Comunitários e Cooperativismo Solidário: O caso da CRESOL de Francisco Beltrão**

**Luiza Maria da Silva Rodrigues**

Esta dissertação foi apresentada às catorze horas do dia 3 de agosto de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Dra. Norma Kiyota – IAPAR  
Presidente

Prof. Dra. Myriam Aldana Vargas –  
Unochapecó  
Examinadora

Prof. Dra. Maria de Lourdes Bernartt  
– UTFPR  
Examinador

Prof. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona –  
UTFPR  
Examinadora

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi  
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.



## **AGRADECIMENTOS**

Ter chegado até aqui foi um ato de fé, com certeza. Fé em um Deus que acredito ter me dado forças para superar os desafios e seguir em frente a cada oportunidade concedida, por ter colocado pessoas generosas em meu caminho, que me conduziram até aqui. Obrigado meu Deus!

A estas pessoas generosas, vou tentar organizar uma lista de agradecimentos. Posso afirmar que há muitas outras pessoas que foram importantes para mim até aqui, e por isso gostaria que soubessem que estarão comigo em pensamento e contam com minha gratidão, mesmo que não citadas nos presentes agradecimentos.

Inicialmente, agradeço à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Pato Branco, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) que oportunizou a realização do mestrado.

Ao corpo docente do PPGDR que, em suas disciplinas, me conduziu à desconstrução de pré-conceitos e a buscar a construção de novos conhecimentos. Aos colegas do mestrado, pelos momentos de diálogos, dos conhecimentos e partilhas dos pontos de luz, às “merendas e ao chimarrão”. Vocês foram especiais. Com certeza o mestrado não é feito só de aulas, conhecimentos e informações. As relações de amizade e as conversas despreziosas tornaram este momento mais leve, mais divertido.

Ao professor Dr. Miguel Perondi, pela amizade, pelo apoio, pelo estímulo na qualidade de incansável pesquisador da agricultura familiar, pesquisador que não se furta em aproximar a universidade das organizações e agricultores familiares. Agradecimento também especial à professora Dra. Norma Kiyota, que me recebeu de braços abertos como orientanda já no meio do caminho, orientando nas reflexões, leituras, com seu exemplo, e na difícil busca do conhecimento. Apesar de ser não ser uma “educadora de formação”, mas se tornou uma para me ajudar a caminhar pelo processo de aprendizagem. Em nossas conversas o estímulo e a paciência em esperar que eu encontrasse o foco do trabalho: “foco, Luiza”. Ensinou-me que estudo e conhecimento são frutos da dedicação, persistência e de um pouco de isolamento. Não teria chegado até aqui sem seus conselhos, sua dedicação, colaboração e generosidade.

E agradeço imensamente à professora Dra. Maria de Lourdes Bernartt, pelo carinho e por sua especial orientação, à Myriam Aldana Vargas Santin e Hieda Maria Pagliosa Corona, doutoras da banca pelas valorosas e necessárias intervenções. Todas elas são mulheres admiráveis em sua atuação profissional, que me proporcionaram oportunidades de crescimento.

Ainda de modo especial, gostaria de agradecer ao Senhor Vanderley Ziger, agricultor familiar diretor do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), e ao Sr. Luiz Possamai, agricultor familiar e diretor da União das Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes, Paraná), organizações a serviço do cooperativismo solidário e que me concederam a liberação do trabalho para dedicação aos momentos de estudo que ora aqui se encontram. Como agricultores familiares e lideranças de uma proposta de cooperativismo que se propõe a ser construído cotidianamente, são exemplos pela sua trajetória de vida na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Agradeço a Cresol Francisco Beltrão, por abrir espaço para a pesquisa, na pessoa dos diretores Diomar Godinho, Antoninho Godinho, pelo técnico Dair Ferron e demais colaboradores. Aos meus colegas Katia, Lisa, Ovídio, Pauleti, Borile, Matilde, Mariele, Rosiane, Rosane, Suzanne, José, Fran, Alcidir, Nivalda, Ari, Armando, saudosa Lilian. Tantos que estiveram, estão ou que se foram.

Agradeço aos agricultores, aos agentes comunitários e suas famílias que me receberam em suas casas e compartilharam suas experiências contribuindo para este novo momento de aprendizado.

De modo especial, à professora Roselaine Navarro Barrinha por me apresentar bons autores, e à professora e grande amiga Dra. Cecília Ghedini pelo incentivo no mestrado, compartilhando saberes, ideias, livros, seu tempo. Não teria chegado tão longe sem sua amizade. E assim agradeço aos meus outros tantos amigos, que entenderam meu afastamento dos almoços, jantares e festas. Talvez agora teremos mais tempo para o lazer.

À minha família, pai, tios, primos, cunhados e sogros, pelo incentivo e suporte, que precisei nos períodos de aulas, apresentação de trabalhos, pesquisa e viagens. Sem vocês tudo seria mais difícil.

De modo especial agradeço à família que constituí com o meu companheiro. Edinho, sua serenidade no trato com minhas ausências foi uma prova de você é o homem para seguir na jornada.

Aos meus filhos Eduardo e Emanuel, pela inspiração e desafio cotidiano; à Letícia, que “surgiu” no meio do mestrado, mostrando que é possível virar de “cabeça pra baixo” os planos lineares que temos da vida. Edson, Eduardo Emanuel e Letícia: vocês são os meus amores!

Não poderia deixar de agradecer à minha irmã Luci. Agradeço pela companhia, pelos momentos de desabafo e compreensão. Mana, eu a amo muito, incondicionalmente!

E agora, de modo especial, à minha mãe Nair. Mãe: eu a agradeço infinitas vezes: pela vida, pelo amor e amizade, pelos conselhos, pelo carinho e, principalmente, pela partilha. Sei que nestes últimos anos você fez de sua vida um suporte à minha, dedicando-se no apoio e criação dos meus filhos, e em muitos casos frequentando as aulas do mestrado para me fazer companhia no retorno. Sempre soube que você desejava ter estudado mais, mas talvez pelo apoio e suporte que não pôde contar, dedicou-se a cuidar de nós, suas filhas, e hoje de seus netos. Tenho certeza que você também se divertiu durante as aulas, mas me deu a maior lição, de que amor também é abnegação. Obrigado Mãe!

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram a concluir este momento, tão importante para minha formação pessoal e profissional.

## RESUMO

RODRIGUES, Luiza Maria da Silva. **Agentes Comunitários e Cooperativismo Solidário: A caso da Cresol de Francisco Beltrão.** 116 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

Este trabalho analisa a percepção dos agricultores familiares atuantes no Programa de Agentes Comunitários em relação às práticas de autogestão e solidariedade no Cooperativismo Solidário da Cresol Francisco Beltrão. A Cresol é uma cooperativa de crédito rural, de perspectiva solidária, constituída e gerida por agricultores familiares desde 1995, inicialmente constituída no Sudoeste do Paraná, a cooperativa propagou-se em diversos outros municípios. A Cresol Francisco Beltrão foi uma das primeiras a serem criadas e, hoje, destaca-se perante as outras cooperativas por seus indicadores econômicos. As cooperativas Cresol desenvolveram um programa de formação para associados denominado Programa de Agentes Comunitários há 15 anos. Após este período de execução, em 2015, observa-se que os agentes comunitários possuem o papel de estreitar as relações entre a direção da cooperativa e os demais associados, entretanto, os agentes apontam que o princípio da solidariedade encontra-se fragilizada, pois ao observar a relação dos demais associados com a cooperativa, percebem que estes a consideram apenas como uma instituição financeira. A autogestão, que se manifesta na forma como os associados tratam de temas gerenciais e administrativos e como se desafiam a criar mecanismos que ampliem os espaços de consulta coletiva para a tomada de decisão da cooperativa. Neste sentido, observou-se que há algumas práticas que estimulam a democratização de informações e relatórios acerca da gestão, bem como o trabalho do agente comunitário em estimular a participação de outros sócios em reuniões comunitárias. Contudo o fluxo de informação é assimétrica, ocorrendo da cooperativa para a comunidade. Os agentes comunitários da Cresol Francisco Beltrão afirmam ser necessário que a direção desta cooperativa organize eventos e reuniões envolvendo mais associados para ampliar e fortalecer os princípios da solidariedade e autogestão no cooperativismo solidário, bem como da cooperação.

**Palavras-chave:** Cooperativismo Solidário. Agricultura Familiar. Solidariedade. Autogestão.

## ABSTRACT

This paper analyzes the perceptions of family farmers included in the Program of Community Agents about solidarity and self-management practices in Solidary Cooperativism of Cresol Francisco Beltrão. The Cresol is a rural credit cooperative, with solidarity perspective, organized and managed by family farmers since 1995, initially established in Southwestern of Paraná, the cooperative has spread in several other municipalities. The Cresol Francisco Beltrao was one of the first created and today stands out against the others cooperatives for its economic indicators. Cresol created a training program for members named Program of Community Agents 15 years ago. After this period of implementation, in 2015, it is observed that community workers have the role of closer relations between the direction of the cooperative and the other members, however, the agents point out that the principle of solidarity is fragile, because by observing the relationship of the others associates with the cooperative, they realize that the others consider it only as a financial institution. The concepts of self-management that is manifested in the way associates address management and administrative issues and how they challenge themselves to create mechanisms that expand the spaces of collective consultation for cooperative decision-making. In this sense, it was observed that there are some practices that encourage the democratization of information and reports on the management and the work of community agent in stimulating the participation of others associates in community meetings. However the flow of information is asymmetric, it pass from the cooperative for the community. Community agents of Cresol Francisco Beltrão claim to be necessary that the direction of the cooperative organize events and meetings involving more members for expand and strengthen the principles of solidarity and self-management in solidary cooperativism, as well as cooperation.

Keywords: Solidary cooperativism. Family farming. Solidarity. Self-management.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Agentes Comunitários de Desenvolvimento
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASCOOB	Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar da Bahia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAI	Complexo Agroindustrial
CENTRO VIANNEI	Associação Viannei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde
CEPO	Centro de Educação Popular
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONFESOL	Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREHNOR	Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CRABI	Central Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL	Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CRESOLTEC	Cooperativa Central de Tecnologia e Serviços de Informática com Interação Solidária
ET – UFPR	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
EaD	Educação a Distância
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCR	Fundo de Crédito Rotativo
FMI	Fundo Monetário Internacional
HABITASOL	Programa de Habitação Rural Solidária
IFPR	Instituto Federal do Paraná

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOCOS	Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
JAC	Juventude Agrária Católica
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PEP	Planejamento Estratégico Participativo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor
PROSOL	Programa de Formação do Sistema Cresol
SICOOPER	Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária do Rio Grande do Sul
UNICAFES	União Nacional e Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICENTRO/NEAD	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – Núcleo de Educação à Distância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	Metodologia de Pesquisa.....	19
<b>2</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO – A AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>23</b>
2.1	Do camponês ao Agricultor Familiar – Elementos Históricos Brasileiros .....	24
2.2	A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sudoeste do Paraná.....	31
<b>3</b>	<b>O NASCIMENTO DO COOPERATIVISMO E O COOPERATIVISMO NO BRASIL .....</b>	<b>37</b>
3.1	O Ramo do Cooperativismo de Crédito.....	42
3.2	As Cooperativas e a Economia Solidária.....	45
3.2.1	A Solidariedade.....	49
3.2.2	A Autogestão.....	51
3.3	O Cooperativismo da Cresol.....	53
3.3.1	O Instituto Infocos.....	61
<b>4</b>	<b>O PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>68</b>
4.1	Alguns Elementos Históricos do Programa de Agentes.....	70
4.2	As Formas de Atuação dos Agricultores Familiares no Programa de Agentes.....	73
4.3	O Programa de Agentes da Cresol Francisco Beltrão .....	77
4.4	Percepção dos Agentes sobre o Cooperativismo Solidário .....	80
4.4.1	O Programa de Agentes e a Solidariedade.....	81
4.4.2	O Programa de Agentes e a Autogestão.....	90
4.5	A Formação como Processo para o Cooperativismo Solidário .....	100
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está vinculada à linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), e traz uma abordagem sobre as práticas de autogestão e solidariedade no Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento executado pela Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Francisco Beltrão, no Paraná.

O Programa faz parte de uma série de ações desenvolvidas pela rede que compõe o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Baser), que, a partir de processos de formação e educação cooperativa, busca aproximar as direções da cooperativa à sua base de atuação na perspectiva do cooperativismo solidário.

Esta pesquisa construiu-se ao longo da caminhada do curso de Mestrado, por meio da reflexão sobre a agricultura familiar e o cooperativismo solidário. Trata-se de um assunto intrínseco da vida pessoal, profissional e agora acadêmica da autora, que, como filha de um agricultor familiar e de uma professora de escola rural, conviveu com seus pais dedicando-se à organização sociopolítica das famílias agricultoras.

Ainda adolescente começou a participar de grupos de jovens e de mulheres, grêmio estudantil, partido político e sindicato dos trabalhadores rurais. Esta trajetória permitiu-lhe encontrar-se como “sujeito” na luta com os agricultores familiares pelo reconhecimento destes como categoria, por políticas públicas e na articulação e estruturação de suas próprias organizações.

Com o passar dos anos, pôde compreender que uma proposta de desenvolvimento se constitui a muitas mãos, exige fortes laços de união, consciência política e audácia em experimentar fazer. De fato, essa trajetória como liderança e, mais tarde, como técnica atuando nas organizações possibilitou a percepção de que há muito que caminhar. Nesse sentido, cabe uma definição trazida pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano de que, a Utopia faz com que não se deixe de caminhar.

*Ella está en el horizonte – dice Fernando Birri –. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminhar. (GALEANO, 2001, p. 230).*

Tão importante quanto saber aonde se quer chegar, caminhar também significa um momento de aprendizado, um momento para encontrarmos outras pessoas, para discutir nossas ideias, recomeçar e enxergar melhor os próximos desafios.

Essa trajetória permitiu aprendizados permeados pela vivência dos estudos formais e não formais, dos acampamentos, das manifestações, das infinitas reuniões, da luta e do dia a dia das organizações dos agricultores familiares, proporcionando conhecimentos jamais alcançados em espaços mais restritos. A autora foi confrontada com as mais variadas formas de construção e apropriação de conhecimentos, conhecer e trabalhar com profissionais das mais diferentes classes sociais e níveis de formação.

As atividades da autora no cooperativismo se iniciaram em 1995, quando o movimento sindical no qual atuava retoma o modelo cooperativo como uma das possibilidades de formalizar um crédito rural específico para a agricultura familiar. As lideranças e os agricultores estavam, neste momento, fazendo história com uma nova organização que se formava a serviço da luta dos agricultores familiares.

Em 1997, foi convidada a colaborar na área administrativa da Central de Serviços Cresol Baser, que articulava a ação das cooperativas singulares. Foi o momento de desafiar-se profissionalmente, num espaço mais formal, mas que se propunha a ser transparente e democrático, feito pelas mãos dos agricultores que diariamente tinham novos desafios de ordem técnica operacional.

Mais tarde, em 2005, o Sistema Cresol Baser constituiu o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), para desenvolver processos de formação para diretores, conselheiros, colaboradores e quadro social. Neste momento, a autora foi designada a atuar neste espaço, onde, seguramente, foi o espaço de maior aprendizado sobre as práticas educacionais no cooperativismo solidário.

O desafio da ampliação do conhecimento para a gestão social do cooperativismo de perspectiva solidária, articulado com os espaços de lutas dos movimentos sociais do campo, fez com que as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) passassem a aliar os conhecimentos técnicos operacionais necessários a uma instituição financeira com os saberes necessários para a formação da consciência coletiva da luta social. Este desafio foi construído

por concordar com Ghon (1992, p. 16) ao afirmar que “a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é em si próprio, um movimento educativo”.

Entre os processos formativos que se organizaram nesse curto espaço de tempo no Infocos, a pesquisadora atuou coletivamente em diversas frentes de trabalho, como a criação, organização e realização do Curso de Qualificação Profissional em Gestão com ênfase em Cooperativismo (2006-2010) para diretores, técnicos e associados, do programa Cooperativa Escola (desde 2006) realizado para diretores e colaboradores, do programa Um Olhar Para o Futuro (desde 2011), destinado a crianças do Ensino Infantil, das primeiras turmas de pós-graduação em parceria com a Unioeste (2009 a 2011) e, ainda, da reformulação, organização e realização do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, atualmente denominado Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento.

A criação desse ambiente que fortalece a ação educativa do cooperativismo na reconstrução de valores coletivos e solidários e a atuação dos agricultores familiares na definição de caminhos da cooperativa (autogestão) e dos projetos de desenvolvimento são decisivas para o cooperativismo solidário. Desta forma, as cooperativas Cresol, por meio do Infocos, estão desenvolvendo um ambiente para sistematização e construção de saberes como instrumento educacional contribuindo para a formação e qualificação dos agricultores familiares.

Conseqüentemente, a pesquisa apresentada leva em conta que parte da vida da autora, como agricultora familiar, técnica e colaboradora das organizações sociais foi, e continua sendo, pautada pelo exercício de compreender a cooperação, o cooperativismo solidário e o comprometimento das organizações da agricultura familiar.

No espaço do cooperativismo solidário, que surge como ambiente de pesquisa a partir das inquietações desta pesquisadora, os agricultores familiares construíram uma história de persistências, superações, novos olhares, novos métodos, enfim, uma história que tem muito a ensinar. Esse ambiente possibilitou a compreensão do quão complexas são as relações sociais, as formas de organização e, principalmente, as necessidades de conhecimento e consciência sobre o papel da agricultura familiar dentro de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para homens e mulheres do campo e da cidade.

A partir da valorização da acumulação, da exploração de riquezas, do uso de poder, da mídia, da educação, o capitalismo condiciona os sujeitos ao modelo hegemônico e constitui uma sociedade de indivíduos subsumidos, que valorizam a competitividade, o individualismo e o descomprometimento social. Isso, por sua vez, agrava a desigualdade social, as injustiças, a discriminação, e acaba desestimulando qualquer tipo de sentimento coletivo, cooperativo ou de solidariedade com outros iguais a si. (FOLADORI, 2001; MÉSZÁROS, 2005).

Os trabalhadores organizados em movimentos sociais perceberam que a promessa de desenvolvimento do capitalismo não inclui a todos (MARX; ENGELS, 2002) e, nesta contradição, a sociedade evoluiu, gerou riquezas, mas para poucos, enquanto muitos sofreram e sofrem as consequências do capitalismo. Discriminada e excluída, a população encontrou sua força em movimentos coletivos de organização sociopolítica, como sindicatos, partidos e grupos de ajuda mútua. Entre estes movimentos, criou-se uma organização como forma de superar o contexto da contradição, propondo novas sociabilidades em que o desenvolvimento se pautava pela participação econômica, sustentabilidade, com justiça e solidariedade, o movimento cooperativo. (SINGER, 2004).

Como prática organizativa, o cooperativismo surge na Inglaterra em 1844, em plena Revolução Industrial buscando superar as dificuldades impostas pela exclusão, fome, doenças e miséria que assolavam os pequenos artesãos, unindo forças para garantir a compra de alimentos a preços mais acessíveis aos seus associados. Da ideia de superação do individualismo com a adoção da cooperação, houve por parte dos capitalistas uma adaptação da iniciativa, o que fez com que o cooperativismo fosse, mais tarde, utilizado como um mero arranjo jurídico, tornando-se instrumento da manutenção de seus efeitos de exclusão, desigualdade, consumo desenfreado, violências dos mais variados tipos: fome, falta de saúde, falta de educação, desempregos, entre outras consequências.

Já um século depois, no Brasil os agricultores familiares da Região Sudoeste do Paraná tinham experimentado nos anos 1970-1980 um cooperativismo que foi excluindo associados dos processos de gestão das cooperativas, de forma que a maioria dos agricultores familiares não pôde participar efetivamente desta parte de sua história (SANTOS, 2011). Sendo assim, a nova experiência de cooperativismo precisava ser construída sob o controle dos próprios agricultores familiares. (ASSESOAR, 2006).

Nos anos 1990, os agricultores envolvidos com a construção de uma nova proposta de cooperativismo buscaram cotidianamente consolidar processos para a formação de novas lideranças entre os agricultores familiares, engajados em seu projeto de mudança por meio do cooperativismo.

A discussão sobre a autogestão e solidariedade esteve presente no cooperativismo desde a sua gênese, e a ideia de cooperação para superação das contradições materiais impostas pelo capitalismo manteve-se forte junto aos movimentos sociais. Assim, ao longo da história, as cooperativas ressurgem adjetivadas de solidário. Esta ideia proposta vem se consolidando frente aos desafios a que este cooperativismo se propôs. Esta nova geração de cooperativas solidárias se contrapõe ao perfil empresarial e à submissão do cooperativismo a processos competitivos de gestão e desenvolvimento e de exclusão dos associados nas tomadas de decisão.

Na origem deste outro cooperativismo na Região Sudoeste do Paraná, encontra-se a utilização do termo “economia solidária”, cujo debate já possui ampla trajetória teórica de análises, construída por diversos autores brasileiros e internacionais, na qual é possível encontrar análises tanto positivas e de crescimento quanto de reveses e desvirtuamento. Contudo, a construção do cooperativismo solidário é um desafio árduo, de longo prazo e que requer empenho constante dos envolvidos para sustentar discurso e prática coesos ao projeto proposto.

Toda a organização social conduz o conjunto da sociedade envolvida a realizar escolhas políticas em seus empreendimentos e estes carregam a intencionalidade ideológica do conjunto dos associados que garantem identidade ao movimento. Assim, o papel social destas cooperativas vai muito além de discutir a melhora econômica de seus membros, mas demonstra o posicionamento de luta social que busca romper com os sistemas de exclusão.

No caso da Rede de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), constituídas no Sudoeste do Paraná pelos agricultores familiares em 1995, seu primeiro objetivo foi proporcionar amplo acesso ao crédito rural aos pequenos agricultores e fortalecer as possibilidades de superação do modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola e agrário. Para isso, utiliza-se de um trabalho a ser construído por diversas frentes, entre estas, os programas de formação de

associados, como o Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento conhecido como Programa de Agentes.

O Programa de Agentes, criado em meados de 1999, como iniciativa da Cresol no município de Marmeleiro-PR, foi no ano seguinte implantado em outras cooperativas Cresol e passou a ser tratado como uma ação para o envolvimento dos agricultores familiares associados na gestão da cooperativa, reconhecendo que “os verdadeiros donos deem sua contribuição e decidam sobre os rumos da cooperativa” (CRESOL BASER, 2003, p. 7), de forma a estimular a manutenção da autogestão e dos princípios solidários no qual este cooperativismo se insere.

Mesmo considerando que o debate sobre o cooperativismo solidário é um debate em formação, faz-se necessário observar e questionar até que ponto a prática dos princípios basilares da solidariedade e autogestão estão presentes nas ações e programas atualmente executados, uma vez que muitas instituições afirmam em suas diretrizes, mas que pouco pode ser observado nas suas práticas coletivas.

Contudo, observa-se em sua prática social certa fragilidade de conceitos, quando se tomam como espaço de análise os quinze anos em que o Programa de Agentes está em operação, sendo executado com a intencionalidade de fortalecer este modo de fazer cooperativismo. Neste sentido, pergunta-se em que medida os agricultores familiares participantes do programa compreendem os conceitos de autogestão e solidariedade, e como as sustentações desses conceitos se manifestam na prática cooperativa onde atuam.

No intuito de dar conta desta problemática, estabelece-se como objetivo geral analisar a forma como os agricultores familiares do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito da Cresol de Francisco Beltrão percebem as práticas da autogestão e solidariedade no cooperativismo solidário em que se inserem.

Os objetivos específicos desta pesquisa são caracterizar a constituição sociopolítica da agricultura familiar e a trajetória histórica de sua organização cooperativa no Sudoeste do Paraná, apresentar os componentes históricos que tornaram o cooperativismo um modelo de organização social historicizando sua introdução no Brasil e identificar os elementos estruturantes que norteiam o cooperativismo solidário com as categorias da autogestão e solidariedade. Com

estas constatações, busca-se percorrer a trajetória de organização das Cooperativas Cresol e do Programa de Agentes.

A fim de dar conta da investigação e da compreensão destas situações, percorrem-se alguns passos na obtenção dos elementos para análise através das falas dos agentes obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, ao qual compuseram-se num instrumento da metodologia de trabalho, abaixo descrita.

### **1.1 Metodologia de Pesquisa**

Durante a construção da pesquisa, a compreensão da ação empírica em articulação com o saber científico constitui-se na motivação para a superação de olhar a problemática de modo raso ou superficial, exigindo do pesquisador o aprofundamento e a criticidade para olhar a realidade social de modo fidedigno dentro dos processos sociais em que se inserem. Esta realidade, que pode manifestar-se de diversas formas, começa a se desvelar a partir de elementos do *stricto sensu*, onde são proporcionados ao pesquisador as possibilidades de aprofundamento por meio da escolha de caminhos metodológicos que corroborem a leitura e interpretação do objeto a ser estudado.

No caso da realidade investigada neste estudo, a metodologia escolhida foi o método qualitativo, que responde a questões que não podem ou não devem ser quantificados, tanto que o objeto desse tipo de pesquisa raramente pode ser expresso em números. (MINAYO, 2008).

Para a pesquisa qualitativa, a coleta dos dados é a observação de um momento não estabelecido, mas em movimento. Uma pesquisa social permite a observação das relações sociais, dos fenômenos envolvidos e dos valores e atitudes dos sujeitos durante um processo de desenvolvimento em construção. (MINAYO, 1994).

Os estudos em que as situações envolvem a compreensão de aspectos psicológicos, estruturas e funcionamento de estruturas, até mesmo a compreensão dos significados e características atribuídos (RICHARDSON, 2010), implicam em utilizar a metodologia qualitativa para dar conta da complexidade de fatores envolvidos na análise não numérica.

Os pressupostos desta pesquisa buscam apreender os elementos de uma dinâmica social, em que homens e mulheres agricultores familiares envolvem-se,

apontando novos significados ao seu fazer cotidiano. Esta dinâmica social permite observar os traços de mudanças, escolhas, que não se encerram num ponto exato, mas continuam a gerar novas atitudes, saberes, compondo-se ao processo social em que se inserem, na concorrência com o saber e organização do modelo hegemônico de sociedade e de desenvolvimento.

Ao pesquisador cabe a tarefa de observar, compreender e, principalmente, interpretar estas dinâmicas, adequando a pesquisa como instrumento fundamental para entender os fatos, analisá-los e torná-los novamente em uma nova dinâmica de observação. Assim, observar a caminhada do Programa de Agentes, a partir do grupo da Cresol Francisco Beltrão e utilizando a pesquisa qualitativa, contribui para identificar a perspectiva da autogestão e da solidariedade, a partir do envolvimento destes agentes na gestão da cooperativa e nas relações com a comunidade.

Na pesquisa bibliográfica, utilizaram-se os autores que dialogam sobre a agricultura familiar e sua formação, para que, a partir do processo histórico e organizativo, seja possível observar os parâmetros conceituais de um tema em construção e discussão entre teóricos, governos e sociedade civil. Estes autores foram importantes para compreender como a luta pelo reconhecimento de uma categoria social contribuiu para a formação de um debate político que influenciou na criação de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Além disso, a pesquisa bibliográfica propiciou o encontro de textos e debates sobre o cooperativismo e sua vertente solidária, no qual optou-se por delimitar em duas categorias centrais que qualificam a chamada economia solidária, sendo elas: solidariedade e autogestão.

O grupo de agentes escolhido para participar da pesquisa de campo foi escolhido por pertencer a uma das maiores cooperativas singulares da Cresol da região Sudoeste do Paraná, em número de ativos, representados pelo valor dos depósitos totais, patrimônio líquido, empréstimos concedidos e números de associados (CRESOL, 2015), além de estar próximo geograficamente da autora do referido trabalho.

Para preparar a pesquisa de campo, inicialmente foi necessário reunir os materiais e relatórios do processo de formação do referido Programa. O acesso aos materiais utilizados para a pesquisa da trajetória do cooperativismo, do Sistema

Cresol e do Programa dos Agentes foi facilitado pelo vínculo que a autora dispõe junto aos espaços de produção e sistematização da iniciativa a ser analisada.

Este período compreendeu os meses iniciais desta pesquisa, em que o estudo dos materiais forneceu elementos da análise conceitual do processo histórico a ser observado.

Antes da realização das entrevistas, optou-se por uma aproximação com o grupo, participando de uma atividade local, denominada Reunião dos Agentes, em que as apresentações entre as partes foram possíveis, troca de contatos, apresentação inicial da proposta da pesquisa e aplicação de um questionário fechado para conhecer melhor o grupo e traçar um perfil que orientasse a escolha dos entrevistados e a ordem em que eles seriam abordados.

Adotou-se a entrevista semiestruturada por possibilitar amplitude na obtenção das informações, permitindo liberdade ao entrevistado a expor sua opinião e a sua experiência neste ambiente do cooperativismo solidário. As entrevistas semiestruturadas colaboram para manter a linha de raciocínio do que se propõe a construir, mesmo em situações que possam ser inseridas ou retiradas algumas questões da proposta utilizada como padrão.

A proposta inicial foi de coletar depoimentos de todos os integrantes do grupo, com a possibilidade de interrupção destas, caso fosse percebido que as novas entrevistas estivessem se tornando repetitivas. Assim, foram realizadas 16 entrevistas, entre os 30 agricultores e agricultoras familiares que participam do Programa, pois, mesmo optando por encontrar elementos que pudessem oferecer novos condicionantes de análise – tais como distribuição geográfica, maior e menor tempo de envolvimento com a cooperativa, idade do agente e se agricultor ou agricultora –, estas começaram a ficar repetitivas perdendo a possibilidade de novos elementos para análise.

As entrevistas com os agentes comunitários objetivaram apontar os elementos para a análise da perspectiva da autogestão e da solidariedade, a partir do envolvimento destes agentes na gestão da cooperativa e nas relações com a comunidade. Já as entrevistas pertinentes à coordenação do Programa objetivam ainda incluir uma análise mais aprofundada sobre os elementos que constituem o cooperativismo solidário, na concepção dos coordenadores do Programa.

Por se tratar de um programa integrado entre várias unidades cooperativas, foi importante a realização de pesquisa junto a coordenadores desta atividade que

articulam as linhas gerais de condução entre a Cooperativa, Unidade Regional, Central Cresol Baser e Infocos, para compreender os conceitos de integração deste com suas estruturas. No trabalho de campo, realizaram-se entrevistas com parte do grupo dos agentes, além dos diretores e técnicos que coordenam o Programa, totalizando 21. “A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais”. (MINAYO, 1998, p. 57).

As entrevistas com os agentes foram realizadas através de visitas em suas unidades de produção. Esta opção proporcionou um ambiente de maior descontração para que estivessem mais à vontade para falar, sem a presença de um membro da cooperativa. Para a apresentação das entrevistas, há a distinção entre os agentes e os coordenadores; estes são apresentados como: *Agente 1, Agricultor, 43 anos*, para os agentes do grupo, e *Coordenação 1*, para os demais entrevistados.

Além das entrevistas realizadas de fevereiro a junho de 2015, foi possível acompanhar a realização de mais um encontro mensal na cooperativa, dois dias de trabalho de campo e a atuação dos agentes durante a Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa em questão. Isso permitiu a observação e análise da atuação dos agentes nas atividades da cooperativa; isso porque, segundo os coordenadores do Programa, além dos momentos presenciais de formação, o processo de formação do agente se materializa no envolvimento do agente no dia a dia da cooperativa, em momentos como nas reuniões, nas visitas a outros sócios, manifestações dos movimentos sociais, visitas de campo. Ou seja, em momentos de diálogo que são cotidianos na organização cooperativista que atua na perspectiva solidária e da luta pela agricultura familiar.

Assim, com este trabalho pretende-se lançar elementos para discussão sobre a prática do cooperativismo solidário exercido pela Cresol, especialmente na execução de um programa de formação de associados, agricultores familiares que constroem sua história a partir cooperativismo.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO – A AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo apresentam-se alguns elementos que referenciam o debate sobre a formação do conceito de agricultura familiar, bem como sua identificação como parte do rural brasileiro. De certo modo, os diferentes debates e traduções possuem relação direta com a questão agrária e sobre análise do tamanho da agricultura familiar, inserção e abrangência que esta agricultura tomou ao longo da história.

O debate sobre os modelos agrícolas e agrários é antigo. Em 1898, Kautski escreve o livro *A questão agrária*, em que apresenta suas considerações acerca da incursão do capitalismo sobre o campo, não iniciando mas traduzindo muitos dos debates sobre a utilização das terras até então, entre pequena e grande exploração e do trabalho familiar, ao justificar que o camponês desapareceria frente ao avanço do capitalismo no campo e das relações de mercado que eram possíveis de se estabelecer a fim de que melhor pudesse aproveitar os recursos disponíveis, ou seja, o trabalho humano e os recursos naturais.

Posteriormente, Chayanov (1925), já em plena Revolução Russa, afirma que a discussão sobre a empresa familiar e unidade econômica campesina difere das empresas de exploração do trabalho contratado, apontando as diferenças entre os modelos do uso do trabalho e dos recursos utilizados para a produção de alimentos e na relação que se estabelece com a produção.

Já finalizando o século XX, o debate circula entre autores, teóricos e governos em que ora aproximam, ora colocam como díspares a agricultura familiar e o campesinato. Lamarche (1993) já descrevia a agricultura familiar como um processo evolutivo do camponês. Outros teóricos destacam uma racionalidade econômica distinta no *ethos* camponês. (TEDESCO, 1999).

Segundo Wanderley (1996), de fato esta racionalidade permite compreender parcialmente a questão agrária em que estes sujeitos se reproduzem e se relacionam com os modelos produtivos, e possuem uma relação de autonomia: demográfica, social e econômica. Mas não dá conta de explicar as diferenças.

Para os que defendem a agricultura familiar, as diferenças acentuam-se na relação com o mercado, no papel determinante que o Estado possui sobre as políticas públicas e desenvolvimento e suas interações com processos tecnológicos. (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992).

Para compreender o campesinato, não é possível uma análise puramente econômica ou produtiva de sua manutenção. Isso porque a sua lógica se constitui num outro modo de vida, “a terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico”. (PLOEG, 2009, p. 19).

Deste debate nasce também a possibilidade de perceber a igualdade de condições materiais que cercam tanto o camponês como o agricultor familiar, termo mais utilizado na atualidade, nas produções teóricas que têm influenciado a definição de políticas públicas e reconhecimento como categoria social.

## **2.1 Do camponês ao Agricultor Familiar – Elementos Históricos Brasileiros**

A agricultura familiar é um termo recente ainda em debate, que surgiu em meados da década de 1990 junto com o debate sobre a criação de políticas públicas para uma parcela esquecida da população do rural brasileiro. A partir desta fase de luta por políticas públicas houve o crescimento no número de textos, livros e pesquisas em que o termo ganhou visibilidade e releituras sobre o que é, como se relaciona e como se organiza o agricultor familiar em suas relações produtivas, sociais, ambientais, econômicas, organizativas e culturais.

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (WANDERLEY, 1996, p. 1).

O termo agricultura familiar que se difundiu amplamente nas últimas décadas pode ser o resultado das diferentes interpretações sobre um mesmo sujeito: pequena agricultura, campesinato, lavrador, pequeno produtor rural, entre outras.

Adentrar este debate sobre a conceituação, a importância e as diversas interpretações sobre a diversidade do espaço rural leva-nos a compreender que vários autores e pesquisadores ainda buscam elaborar métodos que possibilitem definir, medir, ou ainda, caracterizar o quão diverso é a agricultura e, especificamente, a agricultura familiar, considerando aspectos além dos econômicos, observando o modo de vida que é uma identidade própria dos homens e mulheres do campo.

Essas características influenciam também na permanência deles na atividade agrícola. De fato, do ponto de vista econômico, algumas teorias demonstravam como certo o desaparecimento da pequena agricultura com a penetração do capitalismo no campo. Contudo, principalmente, na América Latina, “revelou grande resiliência e resistiu às transformações na sociedade”. (BUAINAIN, GARCIA, 2013, p. 135).

Os resultados dos recentes debates sobre a composição do rural brasileiro revelam as consequências de avanço do capitalismo sobre o rural e como as políticas públicas desde a década de 1930, mais fortemente entre os anos 1960 a 1990, influenciaram na configuração deste retrato atual. Nesse período, poucos grupos de dissidentes conseguiram adentrarem-se em outro tipo de pesquisa que não fosse regida pelos méritos e padrões internacionais de ensino e pesquisa. Os pesquisadores que se permitiam fazê-lo observavam que

entender os modos de dominação social, as tensões a que estão submetidos, as mobilizações de diferentes grupos e seus efeitos, bem como as transformações possíveis com maior ou menor probabilidade, implicava distanciar-se de qualquer perspectiva homogeneizadora de classes em disputa, sobretudo as visões dicotômicas simplistas, como exploradores e explorados, opressores e oprimidos etc., oposições facilmente encontráveis em retórica de denúncia de injustiças sociais flagrantes, mas de pouca valia quando se queria entender processos de transformação social e formas de percepção e experiência da vida cotidiana. (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009, p. 218).

Alguns autores concentraram-se em entender o caminho percorrido na recente história do agricultor familiar para utilização e definição de um termo, mas também sua luta pelo reconhecimento como setor social relevante ao desenvolvimento da sociedade.

De acordo com os autores Garcia Jr. e Heredia (2009), a grande maioria das pesquisas desse período voltava-se a estudar a modernização agrícola e seu processo de contribuição para o crescimento do Brasil. Ao mesmo tempo havia um movimento invisível no rural brasileiro e alguns pesquisadores fizeram um caminho científico de pesquisa e observação no período de modernização agrícola com grande sensibilidade em perceber os contrastes que haviam de uma população que permanecia oculta, que resistia por meio de seus valores e costumes à revelia dos desígnios dos militares no Brasil.

Para compreender que as contradições no contexto da agricultura requerem muito mais do que uma leitura apenas do ponto de vista produtivo, é preciso sobretudo conceber o campo como um lugar de vida, de construção de relações e de sonhos, dos sujeitos deste contexto. Conforme escrevem Tedesco (1999) e Aquino (2010), quando falam sobre a construção conceitual da agricultura familiar no Sul do Brasil,

[...] adentrar o campo de análise sociocultural, econômica e simbólica do espaço rural é ter a certeza de estar em terreno movediço, inquieto, e que quer se firmar em meio às contradições, multiplicidades e fragilidades de problemas e soluções que o pesquisador se apresenta. (TEDESCO, 1999, p. 15).

Mas é importante mencionar que, apesar de ser recente o uso do termo agricultura familiar em nosso país, esta forma social caracterizada pela unidade entre trabalho, produção e unidade doméstica conforma um modo de vida muito presente e significativo na formação do tecido social brasileiro, particularmente no espaço rural. Mesmo assim, somente a partir de meados da década de 1990 ela passou a ganhar espaço e legitimidade, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente. (AQUINO, 2010, p. 1).

Para compreender como se formaram e se acentuaram as dicotomias entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial, primeiramente é preciso entender alguns elementos a que foi submetido o rural brasileiro. O processo de desenvolvimento do rural aqui foi fortemente subsidiado por recursos do Estado até a metade da década de 1990. (BUAINAIN; GARCIA; 2013).

De acordo com os dados apontados por Delgado (1985) e Leite (2009), a implantação da modernização foi conservadora porque, além das políticas adotadas de aumento de capital financiado no campo, não modificou as estruturas fundiárias, mantendo as formas de domínio do capital sobre as forças produtivas rurais, ou seja, manteve os grandes proprietários de terras e uma população com dependência da venda da mão de obra para sobreviver.

A estrutura capitalista foi fortalecida no rural brasileiro, com apoio da estrutura do Estado, que subsidiava não somente o crédito como combustível a este desenvolvimento, mas também ao alicerçar todas as políticas públicas que amparassem este modelo, por meio de normas, leis e do Estatuto da Terra.

Esse texto legal, que se desdobra ao longo do tempo em um extenso conjunto normativo, vem a ser, precisamente, o marco regulatório das ações do Estado para, sob a égide do sistema financeiro, promover a criação dos dispositivos nacionais – crédito agrícola, abastecimento, preços, pesquisa,

assistência técnica, entre outros – constituídos para viabilizar a modernização do setor agrícola no país. (WANDERLEY, 2009 p. 36).

As políticas econômicas com inserção do capital na agricultura não eram uma transferência setorial de renda, mas de manutenção de setores integradas no sistema capitalista na defesa de seu capital investido, da manutenção da grande propriedade e no entrelaçamento com os complexos agroindustriais.

Mesmo havendo em outros países modelos de desenvolvimento agrícola que buscavam a produção de alimentos tão ou mais eficientes, no Brasil, a aposta foi pelo desenvolvimento das tecnologias e a produção de alimentos baratos para a crescente população urbana, pautadas por uma decisão político-ideológico em que se fortalecia a estrutura de concentração fundiária e capitalista defendida pelos governantes do país.

A referência às concepções adotadas em outros países demonstra que a opção brasileira não era a única possível e que sua justificativa se amparava, mais do que em razões econômicas ou técnicas, em razões político-ideológicas. Apesar da carga histórica de sua lógica extensiva, antissocial e predatória, foi feito como que um *voto de confiança*, uma *aposta* de que a grande propriedade seria capaz de vencer suas limitações técnico-econômicas e adotar uma dinâmica empresarial moderna, bastando para isso apenas o apoio financeiro do Estado. (WANDERLEY, 2009, p. 36).

Esse período da história brasileira representou muito mais pelo que se propôs a modernização da agricultura brasileira, que fortaleceu e “reproduziu as formas tradicionais de dominação” (WANDERLEY, 2009, p. 36) já existentes no Brasil, sendo “responsável por determinar o lugar social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história”. (Idem, ibidem, p. 36). Isso fica evidente nas políticas de estímulo nos aparelhos do Estado e mesmo na academia, que insistentemente “reafirmava, assim, o não reconhecimento da unidade familiar camponesa como uma forma social de produção capaz de merecer, ela também, um *voto de confiança* da sociedade por sua capacidade de transformação”. (Ibidem, p. 38).

Com estes olhares, a grande maioria dos intelectuais que estudavam o espaço rural não percebe as mudanças que ocorriam nas formas produtivas e de reprodução destes agricultores; diferentemente de outros autores<sup>1</sup>, que atualmente são mais utilizados nas pesquisas acadêmicas e tornaram-se referências no debate,

---

<sup>1</sup> Cf. Graziano da Silva (1982), Wilkinson (1986), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Van Der Ploeg (2009).

contribuindo para identificar mudanças significativas e as contradições presentes no rural brasileiro.

A desconstrução desta ideia central de inexistência ressurgiu no início da década de 1990, com a articulação dos movimentos sociais do campo, e começa a ganhar força política a partir de pesquisas que determinam a quantidade, localização, semelhanças e formas de organização com estudos financiados pela ONU para a Alimentação e Agricultura e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/Incra), realizados primeiramente em 1995 e, posteriormente, em 2000.

Este estudo apresenta quatro fatores para conceituar a agricultura familiar, sendo eles: a) direção das atividades seja do agricultor ou da sua família; b) não utilização de mão de obra de empreitada; c) não mantém empregados permanentes; d) possuem áreas menores. (FAO/Incra, 1995).

Guanzirolli (2001, p. 22), ao organizar e sistematizar os dados de censo de 1996 corrobora apontando a extensão da agricultura familiar sobre o território brasileiro:

No Brasil, as informações disponíveis sobre a agricultura familiar [...] mostram que, apesar da falta de apoio, ela é responsável por quase 40% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde por 76,8% do emprego agrícola. Além disso, parte significativa de produtores pouco capitalizados que receberam algum tipo de apoio conseguiu inovar seus sistemas produtivos e dar curso a trajetórias bem-sucedidas de capitalização.

De acordo com esses critérios de classificação, a agricultura familiar no Censo Agropecuário de 1995/1996 representava 85,2% dos 4,8 milhões de estabelecimentos existentes no país, utilizando 30,5% da área e respondendo por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. (AQUINO, 2010).

De acordo com Wanderley (2009, p. 38), atualmente o Estado, com a sua capacidade de interferência e condução de processos de desenvolvimento, “interfere diretamente nos processos de (re)distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais”. Esta capacidade de conduzir suas apostas num outro modelo agrícola e agrário ao país demonstra também sua capacidade de “reconhecimento dos sujeitos de direitos desse mundo rural”. (WANDERLEY, 2009, p. 38).

Esse reconhecimento ainda é frágil, o que fica visível pela existência de dois ministérios que atuam sobre o rural brasileiro demonstrando, talvez, que o Estado brasileiro não conseguiu superar a incapacidade de discutir o desenvolvimento rural como um todo.

Essa camada considerável da população rural, a agricultura familiar, chega ao século XXI, segundo Wanderley (2009, p. 40), resistindo ao pensamento dominante sobre desenvolvimento rural a partir de

[...] práticas de resistência desses camponeses, suas formas de organização, suas estratégias de reprodução, as relações com o mercado (economia do excedente), os processo de integração à cidade e ao mundo urbano em geral, os significados da imigração, as lutas pelo acesso à terra e outros recursos produtivos, a vivência da reforma agrária, a ênfase na preservação ambiental, estão entre as dimensões da existência camponesa, cujo conhecimento se consolidou com a multiplicação de teses e pesquisas acadêmicas e a constituição de novos espaços de debate e reflexão.

A contribuição dos movimentos sociais colaborou para a manutenção e o significativo aumento da visibilidade deste segmento social em que por meio das lutas sociais pediam reconhecimento e políticas públicas manifestadas no bojo do debate político-ideológico em que muitas comunidades se inseriram e se inserem.

O campesinato brasileiro sempre esteve presente na luta por espaço, reconhecimento, demonstrando “resistência e capacidade de iniciativa dos próprios agricultores” (WANDERLEY, 2009, p. 42), ao mesmo tempo em que lutam por si, “constituem, ao mesmo tempo, suas principais contribuições para o conjunto da sociedade”. (Idem, ibidem, p. 42).

Entre estas contribuições, fica demonstrada a inquietação de pesquisadores sobre o modelo de desenvolvimento que deve ser adotado pelo país. Atualmente a agricultura familiar tem mais visibilidade no trato com sua luta por políticas públicas de reconhecimento, o que segundo Garcia Jr. e Heredia (2009, p. 215), significariam uma pena, pois “estaremos diante de um erro e da armadilha de só percebermos agentes sociais quando chegam a ser nomeados pelo Estado”. Há todo um arcabouço de debates teóricos que vão além da atividade pública do Estado, que representa uma opção de desenvolvimento em que a agricultura familiar seja tão parte dele quanto outras categorias sociais e produtivas.

O debate sobre as formas mais sustentáveis de produção tem colocado o tema da agricultura familiar no centro de muitas possibilidades. Segundo o Relatório

do Banco Mundial para o Desenvolvimento da Agricultura, “no Século XXI, a agricultura continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 1). A agricultura atual oferece novas oportunidades para centenas de milhões de pessoas de baixa renda das áreas rurais saírem da pobreza.

Os caminhos para sair da pobreza, abertos para essas pessoas, pela agricultura incluem a agricultura de pequena escala e a criação de animais, o emprego na nova agricultura de produtos de alto valor, o empreendedorismo e os empregos no valor, economia rural não agrícola emergente. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 1).

Kageyama (2008) apresenta um rural diverso onde há diversidade nas formas de ocupações, constituindo-se num ambiente dinâmico para uma nova ruralidade: os espaços podem ser de baixa ou alta densidade, com atividades agrícolas, pecuárias, de educação, de turismo, lugar onde há relações de vizinhança e parentesco característico, com controle social comunitário.

O rural deixa de ser apenas um lugar de produção, e se torna um ambiente complexo que envolve relações entre rurais e rural-urbano.

O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agredam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas. (WANDERLEY, 2009, p. 44).

O termo agricultura familiar, que cunhou sua presença no cenário brasileiro a partir dos estudos acadêmicos e movimentos sociais, foi incorporado às políticas públicas inicialmente na discussão e criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que naquele momento parecia responder às diferenciações para oferecimento da demanda de crédito. Entretanto, a consolidação do termo no cenário político econômico resultou de uma constante luta política dos agricultores familiares que, além do crédito, abrangeram a luta por outras políticas para a agricultura familiar, como seguro agrícola, preço mínimo, plano safra específico para agricultura familiar, melhor distribuição fundiária, entre outras.

Já largamente difundido no espaço de lutas por políticas públicas, estes estudos e debates teóricos tiveram forte influência na condução de um texto de lei que, no Brasil, define o que é a agricultura familiar, na forma da lei nº 11.326 aprovada em 2006, que possibilita a definição de diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Esta lei é um começo, mas ainda não dá conta de abarcar todo debate acerca da diversidade deste rural, conforme explica Wanderley (2009, p. 40):

Em primeiro lugar, hoje há um consenso de que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é bastante diversificada, tomando como referência as formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas. Assim, fazem do meio rural seu lugar de vida, famílias que tiram seu sustento de distintas atividades, autônomas ou combinadas entre si, que as definem como pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas.

Esta autora não tem neste texto o objetivo de determinar este conceito tão vasto, fortalecer ou rematar uma questão que se encontra além de uma mera parametrização conceitual, trata de demonstrar alguns elementos de um debate que não encontra-se nas diferenças, mas pela igualdade de posicionamento na luta por reconhecimento social, econômico, político, agrário, cultural. Encontram-se porque sofreram e sofrem mudanças significativas em suas formas estruturais provocadas pelo avanço do capitalismo sobre o rural brasileiro, “esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês” (WANDERLEY, 2004, p. 48), e ainda considerando as palavras de Jollivet, utilizados pela mesma autora “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (Aliás, um camponês bem acordado)” o que concede a estes a capacidade de luta e resistência a todas as formas que os oprimem, colocando os em igualdade pela luta para superação do desvelamento a que foram submetidos na recente história.

## **2.2 A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sudoeste do Paraná**

A ocupação agrária do Brasil sempre esteve atrelada à concentração de terras. Primeiramente, com o desrespeito aos nativos que aqui habitavam, portugueses e espanhóis disputavam áreas como se estas fossem inabitadas. Mais tarde, na primeira reforma adotada, foram instituídas as capitanias hereditárias, as sesmarias, a Lei de Terras e o Estatuto da Terra. Todas estas formas prestigiaram a condição da grande propriedade e expulsando, de modo agressivo, as populações que já viviam no Brasil.

No caso do Sudoeste do Paraná<sup>2</sup>, vários fatores contribuíram para a formação do território<sup>3</sup>, com a divisão de pequenas porções de terras, em sua maioria ocupada por agricultores familiares, de forma que este cenário distinto já foi palco de muitos movimentos sociais em que a agricultura familiar é protagonista.

O Sudoeste foi uma das últimas regiões do estado a ser colonizada, como uma política de desenvolvimento do Estado. (PRANDO, 2010). Abramovay (1981, p. 65) apresenta como eram consideradas as áreas “livres” para colonização:

A maior parte dos autores fala do Sudoeste Paranaense no final dos anos 1940 como uma região de terras livres. Num sentido, é verdade: as terras eram livres de propriedade, quer ela fosse monopolizada, latifundiária, ou – como imperou posteriormente – familiar. Mas, como vimos, elas não eram livres de qualquer forma de ocupação. O mundo da propriedade só se afirmou graças a eliminação do mundo do usufruto, graças a extinção social do caboclo.

Em meados da década 1950, os agricultores do Sudoeste protagonizaram uma das lutas históricas que modificaram a distribuição do espaço:

A organização social dos trabalhadores rurais no Sudoeste do Paraná ocorrida a partir de 1950 foi responsável pela caracterização específica da configuração social e econômica que definiu, atualmente, a mais ruralizada do Estado, com fortes traços da manutenção da pequena propriedade, estabelecida no modelo de agricultura familiar. A luta dos trabalhadores rurais teve início a partir da década de 1940, com a vinda de um número expressivo de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que realizaram a ocupação do Sudoeste do Paraná. Na década de 1950, os colonos entraram em conflito com Companhias de Terras, que se consideraram legítimas donas das glebas da região, desencadeando o conflito social e político chamado Revolta dos Colonos de 1957. (PRANDO, 2010, p. 1).

---

<sup>2</sup> Definição dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>3</sup> Atualmente muita confusão é feita entre espaço e território. É fundamental saber que o território surge do espaço, no entanto, se não há espaço ocupado, não há território. Segundo Raffestin (1993), o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Nos anos que se seguiram após a Revolta dos Colonos e a legalização das terras das famílias de agricultores, em 1962, instalou-se em Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná, um grupo de Missionários Belgas, com a preocupação de estimular os agricultores a fortalecer sua atuação coletiva por dentro do espaço religioso. Abramovay (1981) cita que esta preocupação encontrou eco na massa camponesa local, pelo fato de terem vivido em sua história recente a mais bem-sucedida revolta camponesa brasileira<sup>4</sup>.

A atuação da Igreja era constituída pela ideia de renovação dos movimentos catequéticos, envolvendo os católicos nos movimentos sociais e rompendo com uma igreja conservadora. A estratégia utilizada foi de partir para a visitação das famílias e a formação dos grupos de jovens denominado de Movimento Juventude Agrária Católica (JAC), utilizando o método de formação pautado no Ver-Julgar-Agir (ABRAMOVAY, 1981). Desta metodologia muitos jovens desafiaram-se a organizar a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)<sup>5</sup>.

Como transformar a fé em compromisso concreto de defesa da vida era o grande desafio da época. Tinha coisas que não era o papel da igreja fazer, mas que precisava ser feito. Foi quando surgiu a Assesoar. (ASSESOAR, 1997, p. 12).

Magalhães (2007) aponta que o movimento da Igreja de formação de base nas décadas de 1960 e 1970 é um dos propulsores do tecido social, existente hoje na região Sudoeste do Paraná.

Não é à toa que as duas pioneiras e mais bem sucedidas experiências de organização do cooperativismo de crédito protagonizadas por agricultores familiares de baixa renda no Brasil, tem essa característica histórica em comum. [...] sem o trabalho de base feito pela igreja desde os anos 60, o tecido social do Sudoeste paranaense nem de longe teria a densidade que permitiu a profusão de organizações e do ambiente de mobilização e confiança que o caracteriza. (MAGALHÃES, 2007, p. 91).

---

<sup>4</sup> A Revolta dos Colonos, ou Revolta dos Posseiros, foi o nome atribuído a luta entre colonos e posseiros armados em 1957 para superar os problemas de colonização da região que se estabeleceu entre posseiros, colonos, companhias de terras grileiras, e os governos federal e estadual.

<sup>5</sup> A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) foi criada em 1966 por jovens agricultores, com o apoio de padres belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, e por profissionais liberais de Francisco Beltrão, ligados à Juventude Agrária Católica (JAC). É uma associação constituída e dirigida por agricultoras e agricultores familiares.

Com essa experiência de debates e reunião dos diversos movimentos que foram surgindo, a Assesoar foi abrigando lideranças e outros movimentos<sup>6</sup> que, a partir de 1975, estimularam a luta pela terra. A nova geração, filhos destes colonos que empobrecidos pela modernização agrícola conservadora (DELGADO, 1985), tinham se descapitalizado e não possuíam condições de comprar novas áreas, começa a se organizar na busca do acesso à terra.

Autores como Battisti (2006), Prando (2010), Calegarri (2011), afirmam que dois fatos marcaram decisivamente a identidade da Região Sudoeste, o fato da Revolta dos Colonos em 1957 e a fundação do Movimento dos Sem Terra em meados dos anos 1980. Estes fatos criaram um potencial para muitos outros eventos em defesa da identidade dos agricultores familiares fossem protagonizados até os dias atuais.

O trabalho desenvolvido pela Assesoar, juntamente com as pastorais da Igreja aglutinavam-se no sentido da formação e conscientização dos agricultores para o exercício do sindicalismo de base, da luta política de democratização do país, da organização de associações de mútua ajuda e focando seus debates a partir da matriz de organização econômica das propriedades, de base agroecológica.

De acordo com documentos e relatórios internos da Assesoar (1997, 2005), a ação com as associações e grupos organizados obteve o suporte financeiro externo para que estas pudessem avançar nas atividades de produção, agregando trabalho coletivo, autonomia econômica para os grupos e melhoria da renda das famílias. Com recursos obtidos por meio de um convênio firmado com organizações não governamentais internacionais, criou-se um Fundo de Crédito Rotativo (FCR).

A tradição de estudo, reflexão e luta dos movimentos sociais populares do campo no Sudoeste do Paraná permitiu fazer a leitura de que, assim como os outros problemas, enfrentar o problema da falta de crédito só era possível por uma prática política articulada das entidades dos pequenos agricultores. Tratava-se de um problema social complexo, intimamente articulado à lógica de desenvolvimento em curso. (ASSESOAR, 2005, p. 2).

O conjunto de entidades que realizavam a gestão do FCR, juntamente com a Assesoar, eram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, Sudoeste), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o

---

<sup>6</sup> Como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, associações de comercialização de produtos da agricultura familiar, Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outras.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que financiavam os empreendimentos coletivos, com contratos baseados no valor de sacas de milho. Após a devolução dos recursos pelos grupos, estes eram utilizados para o financiamento de novos empreendimentos.

Essa forma de ação persistiu de 1989 até 1995, quando, analisando a informalidade dos recursos transferidos e recebidos e a possibilidade de buscar outros recursos por meio das políticas públicas brasileiras, as organizações resolveram retomar a experiência do cooperativismo.

De acordo com Assesoar (2005), após uma séria de visitas a outras cooperativas pelo Sul do Brasil, constituiu-se o sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária denominado de Cresol. Esta veio atender a necessidade de superar os limites da expansão, da legalidade e formalização das devoluções dos recursos do fundo, ao mesmo tempo em que buscava a constituição de uma entidade autônoma.

Era preciso então, encontrar uma solução cooperativista original considerando as possibilidades do novo marco legal. Com esse propósito, técnicos e dirigentes de entidades da agricultura familiar conheceram diversas experiências cooperativistas no país. Aprendeu-se com elas que o cooperativismo é antes de tudo uma sociedade de pessoas, que para tanto era fundamental valorizar a participação e o controle social da base com cooperativas de pequeno porte, em uma estrutura descentralizada. (LANNON, 2005, p. 2).

A vazão de toda discussão interna das organizações, somados aos fatores de contexto nacional, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), diminuição da inflação, aproximação entre as diversas organizações do campo da agricultura familiar no país, gerou ambiente de confiança entre os agricultores e suas lideranças para iniciarem um novo sistema de cooperativas, inicialmente nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste paranaenses.

“Sinalizava-se para lutas e proposições no rumo da democratização do crédito e o reforço à construção de propostas alternativas de crédito dos pequenos agricultores, articulada a uma diferenciada concepção de desenvolvimento”. (ASSESOAR, 2005, p. 2).

Esta organização precisava respeitar algumas diretrizes, como processos democráticos de decisão e transparência.

Era necessária uma organização autônoma, dos agricultores, capaz de captar recursos locais e de operar o crédito em caráter solidário, investindo em iniciativas inovadoras na perspectiva da autonomia e da sustentabilidade. Para dar conta de aprofundar os debates e formulação desta nova proposta, as entidades do conselho do Fundo de Crédito Rotativo constituíram um grupo de trabalho em 1993.

Outra diretriz era a garantia de mecanismos de discussão aberta e permanente entre as entidades dos pequenos agricultores, em função da definição de políticas, pois a instituição de crédito a ser criada cumpriria um serviço em função das diretrizes a partir das quais seria concebida. (ASSESOAR, 2005, p, 5).

Como resultado desta discussão coletiva, em 1995, criaram-se as primeiras cinco cooperativas nos municípios de Dois Vizinhos, Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, transformando-se em referências para outros municípios e outros estados, por se tratar de um modelo de cooperativismo solidário.

A opção pela vertente do cooperativismo solidário na organização das cooperativas Cresol encontra eco junto aos ideais dos agricultores e das organizações do campo que atuavam na região Sudoeste do Paraná.

### 3 O NASCIMENTO DO COOPERATIVISMO E O COOPERATIVISMO NO BRASIL

A cooperação nasce com a humanidade, e a história da humanidade revela que a produção é um processo de cooperação, em que as pessoas dependem umas das outras para gerar riquezas, “desde sistemas mais rudimentares, aos tecnológicos”. (BONAMIGO, 2002, p. 73).

Contudo na recente história do cooperativismo institucional, que Owen (apud LOPES, 2012, p. 23) chamava de “cooperação por interesses”, inicia-se como uma das formas de superação das mazelas imposto à população pós Revolução Industrial, denominado de capitalismo.

Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias), além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho. Mas o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. (SINGER, 2004, p. 11).

Bonamigo (2002) destaca que, no campo do projeto político da classe operária enfrentado à época, as cooperativas surgiram como proposta a uma sociedade diferente, da qual foi fruto de dedicação, de momentos de reflexão e imaginação. Deste modo, em 1844 militantes e seguidores de Owen fundaram na pequena cidade de Rochdale, a “Sociedade dos Pioneiros Equitativos”, dotada de princípios que a tornaram uma propriedade coletiva e autogestionada. Estes princípios serviriam de base para a manutenção da proposta do cooperativismo até os dias de hoje.

O cenário de contradições imposto pelo modelo de produção vivida a partir do século XIX é, ao mesmo tempo, impulso para que, na busca da reprodução da vida, os trabalhadores encontrem alternativas de enfrentamento, neste caso os sujeitos e movimentos sociais.

[...] Expressam de uma forma ou de outra, uma contraposição concreta ao domínio das relações capitalistas, seja no nível de resistência, seja da construção de algo para além destas relações. É nesse contexto que se encontram as cooperativas, com todas as suas variantes e contradições. (BONAMIGO, 2002, p. 63).

O mesmo autor afirma que “na primeira metade do século XIX, surgiram várias experiências de cooperativas ou comunidades mutualistas”. (BONAMIGO, 2002, p. 63). Em Thompson (apud BONAMIGO, 2002, p. 63), “em toda a Inglaterra, havia mais de 500 sociedades cooperativas, no mínimo com vinte mil membros”.

[...] Surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. As cooperativas surgem como uma reação emancipadora e uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse à defesa dos interesses de classe. (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

Lopes (2012, p. 19) entende que o cooperativismo formula “uma transformação diferente da que a proposta socialista apontou para sistema econômico capitalista”. De fato, a mudança socialista propunha uma “ruptura com a propriedade privada dos meios de produção”, do mercado como alocador de bens econômicos e com o trabalho individualizado. (LOPES, 2012, p. 20).

As cooperativas buscam romper com essas três questões, mas perderam identidade com a luta da classe trabalhadora quando cooperam num mesmo espaço, em que subordinam-se ao proprietário das forças produtivas. (BONAMIGO, 2002).

Luxemburgo (1986 apud BONAMIGO, 2012, p. 67) afirma que as cooperativas

constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista, mas na economia capitalista a troca domina a produção, por causa da concorrência que exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas.

O cooperativismo não rompe com o movimento capitalista enquanto sistema social, e sim busca ampliar as relações de cooperação entre a classe trabalhadora, negando a competição.

Quando Marx e Engels (2002) pregavam a união da classe trabalhadora, as cooperativas eram compreendidas como sistemas socialistas e comunistas em geral, alertando que são importantes na luta para demonstrar a união dos operários e trabalhadores, mas lhes faltavam envolvimento político.

Bonamigo (2002, p. 70), ao buscar referências em Lênin, dirigente da

Revolução Russa em 1917, afirmava que as cooperativas não podem isolar-se das lutas políticas dos trabalhadores e nem usurpar-se do compromisso de “desenvolver o trabalho cultural para a cooperativização”.

De fato, o cooperativismo se tornou uma destas experimentações práticas que interfere diretamente no processo histórico. O cooperativismo, como uma forma de organização social, permitiu-se muitos ajustes ao longo de sua criação enquanto forma organizativa e social, recebendo influências de diversas correntes mesmo dentro dos movimentos sociais e da classe burguesa.

No processo de criação e recriação, de um modelo organizativo econômico e social, muitas cooperativas têm se deslocado de sua função social para outra meramente econômica e de reprodução material do capitalismo.

Quando desprendidas da leitura de seu processo histórico e político de articulação, as cooperativas desvinculam-se de seu propósito, incorporando projetos de desenvolvimento hegemônicos e excludentes, como a fase vivida pelo cooperativismo no Brasil, durante a Revolução Verde. (KEIL; MONTEIRO, 1982). Ruschel (2000 apud BONAMIGO 2002, p. 72), afirma que

o cooperativismo pode fortalecer o sistema capitalista na medida em que perpetua a divisão classista da sociedade e a exploração do trabalhador através da apropriação do excedente por ele produzido, ao mesmo tempo. Pode-se apresentar como um modelo alternativo à organização social. O cooperativismo, como projeto de emancipação social, impõe restrições, no entanto adquire importância como instrumento de autonomia, como ferramenta e luta contra o capitalismo na construção de uma sociedade, como instrumento estratégico de organização dos trabalhadores para o aprendizado da autogestão.

Desta forma, o instrumento do cooperativismo necessita estar integrado a um processo ideológico que orienta as ações de cooperação, caso contrário, será usado para fortalecer o sistema capitalista.

No caso brasileiro, o movimento cooperativista moderno foi trazido por imigrantes europeus por volta de 1920 e se expandiu entre os grupos de camponeses na Região Sul e Sudeste. Foi um momento de interiorização do desenvolvimento no Brasil via formação de comunidades. (INFOCOS, 2006).

O cooperativismo, que era uma forma comunitária e independente de organização social, logo passou a ser controlado pelo Estado, tornou-se, no período de modernização agrícola, um instrumento para organizar e conduzir a implantação de tecnologias da Revolução Verde junto a um número considerável de agricultores,

como também foi responsável pelo estabelecimento da infraestrutura de implantação, armazenamento e transporte da produção gerada junto ao meio rural.

Isso ocorria de forma tão interligada à dinâmica do Estado, que se tornara um braço do governo junto ao desenvolvimento rural, quando da criação, por meio de legislação específica (lei nº 5.764/1971), gerando o atrelamento da organização de cooperativas.

O cooperativismo de fato, da ajuda mútua, passava por uma fase de “adaptação” ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. No Brasil, ele se tornou um reflexo do ajustamento realizado em todas as organizações de cunho popular, subordinando-se às políticas de fortalecimento do capitalismo no campo no auge do desenvolvimento econômico do século XX. Este formato de cooperativismo se desenvolve até a década de 1980, quando o país imerge de uma crise econômica que se espalha pelo mundo.

Quanto ao caráter jurídico, uma cooperativa difere de outra instituição porque se estrutura com base na organização de pessoas – e não em capital financeiro. De acordo com a legislação brasileira, para se formar uma cooperativa é necessária a união de pelo menos 20 pessoas.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: [...]. (BRASIL, 1971, p. 1).

Para que uma cooperativa funcione, a referida legislação prevê a elaboração de um estatuto social, com a organização, distribuição de papéis e responsabilidades. No estatuto social estão previstos objetivos, espaços de decisão em assembleias, prestação de contas, planejamentos, atos de eleição dos conselhos de administração e fiscal, forma de distribuição de sobras ou perdas, entre outros pontos relevantes ao seu exercício jurídico.

Ao menos uma vez ao ano é obrigatória a realização da reunião dos sócios para a prestação de contas e definição de novos planejamentos. Os órgãos de administração são formados pelos próprios associados. Estes representantes eleitos têm o papel de exercer o papel de conselho de administração, diretoria executiva e fiscal.

Ainda dentro da atual legislação cooperativa é possível organizar órgãos de representação e serviços. As cooperativas, objetivando organizar-se em sistema ou rede, podem estruturar-se em centrais de cooperativas, mas para isso é necessária a união de três ou mais unidades singulares. As centrais assumem o papel de representação.

As sociedades cooperativas são consideradas:

[...] II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;

III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades. (BRASIL, 1971, p. 2).

Essas centrais, federações ou confederações de cooperativas atuam na organização em comum ou em maior escala de serviços econômicos e de assistência às cooperativas filiadas, de forma que caracterizam uma ação conjunta em toda a sua rede organizacional.

A lei nº 5.764/1971 prevê a organização de treze ramos de cooperativas como as de crédito, produção, habitação, transportes, saúde, entre outras. Determina também que a estrutura do sistema cooperativo no Brasil possa ser entendido por: Cooperativas Singulares (1º grau) – quando destinadas a prestar serviços diretamente a seus associados; Cooperativas Centrais e federações de cooperativas (2º grau) – aquelas constituídas por cooperativas singulares e que objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços; Confederação de Cooperativas (3º grau) – as constituídas por centrais e federações de cooperativas e que têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcenderem o âmbito da capacidade ou conveniência de atuação das centrais ou federações.

Atualmente treze grandes áreas podem organizar-se em cooperativas, de acordo com a referida lei. Elas chamadas de ramos cooperativos: consumo, trabalho, educacionais, transporte, agropecuária, crédito, saúde, habitacional, produção, infraestrutura, mineral, turismo e lazer, e cooperativas sociais.

### 3.1 O Ramo do Cooperativismo de Crédito

O ramo do cooperativismo de crédito foi sendo forjado pelos seus idealizadores, como proposta para a superação das dificuldades financeiras da classe trabalhadora. (BÚRIGO, 2010). Entre estes pensadores, vários foram os precursores na Europa, em 1848. Schulze Delitze após tentativas de moinhos comunitários, iniciou a atividade financeira coletivamente para artesões e mestres sapateiros. Friedrich Wilhelm Raiffeisen, por meio da Cooperativa do Pão, baixava o preço da farinha para que mais pessoas pudessem adquiri-la e atuou no recebimento de depósitos dos empresários e na concessão de empréstimos aos pobres. Entretanto, mais tarde percebeu-se que não havia solidariedade no ato, apenas interesse dos empresários em ganhar mais dinheiro dos pobres. Luiz Luzzatti, professor de Economia, organizou vários bancos cooperativos, alguns estendendo à população rural.

Somente cinquenta anos depois estas ideias chegam a América do Norte, no Canadá, com as caixas rurais coordenadas por Alphonse Desjardins, estimulando agricultores “a lutar contra o isolamento e depressão econômica”. (BÚRIGO, 2010, p. 76). Este modelo popularizado por Alphonse, em 1960, contribuiu para a organização das cooperativas de crédito no Brasil, inspiradas também pela história europeia.

Segundo Búrigo (2010, p. 68),

é preciso entender que o cooperativismo de crédito é resultado de um longo processo de criação de experiências financeiras voltadas aos mais pobres que se iniciou na Europa durante o século XVIII, muito antes de ter sido organizada a primeira cooperativa de crédito.

Em todas as iniciativas, com maior ou menor grau de influência, as correntes europeias se espalharam pelo mundo:

Em alguma medida as experiências práticas em torno do cooperativismo de crédito coincidiram com a modernização das sociedades em que o dinheiro acabou ganhando cada vez mais espaço em termos culturais e como elo fundamental na consolidação do capitalismo. (BÚRIGO, 2010, p. 78).

Assim como em outros países, no Brasil as ações exercidas por padres e sacerdotes adotaram modelos semelhantes para difundir e motivar a população pobre a mutuamente constituir fundos coletivos, como o Padre Theodoro Amstad,

que iniciou esta difusão em Nova Petrópolis-RS, sendo citado em diversas literaturas como as primeiras caixas rurais no Brasil.

O precursor do movimento cooperativista no Brasil foi o Padre Theodor Amstad, que por volta de 1901, criou a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis-RS: a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. De 1902 a 1964 surgiram 66 Cooperativas de crédito de tipo Raiffeisen no Estado do Rio Grande do Sul. (INFOCOS, 2006, p. 18).

O avanço do cooperativismo de crédito no mundo, de acordo com Búrigo (2010), passou por fases de ajustes, primeiramente nos países em que a legislação não facilitava este modelo de organização, gerando a perda de identidade e incorporação ao sistema bancário.

Em outros países, o movimento foi o inverso, sendo necessário reforçarem os laços cooperativos, aproximando-se dos clientes e associados, constituindo uma rede de relacionamentos entre instituições e ou cooperativas que prestam serviços adaptados às necessidades dos seus membros e associados.

Essa alternativa acabou sendo adotada por muitos de seus idealizadores que as criavam para superar as dificuldades impostas pelo marco legal e globalização de capitais. A legislação criada pelos governos quase nunca tratou com bons olhos a democratização do sistema financeiro para os mais pobres, em detrimento aos interesses dos grandes bancos comerciais.

Nos últimos trinta anos esta proposta de cooperativismo dirigido aos mais pobres fortaleceu-se pelo debate proposto pela experiência do banqueiro dos pobres vivida por Muhammad Yunus, economista e professor indiano que decidiu tentar aplicar a teoria na prática. Este observou que, em vez de grandes quantias, a população de seu país precisava de poucos valores para libertar-se de serviços de agiotagem e extorsão, aos quais se submetiam para acessar capital de giro para seus pequenos negócios. Desta experiência Yunus lançou em 2000 o livro *O Banqueiro dos Pobres* e, posteriormente, recebeu o Nobel da Paz em 2006.

As ideias de Yunus foram duramente criticadas, desde bancos locais até o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois assentavam suas opiniões no conservadorismo econômico vigente de que os pobres são maus pagadores, bancos não têm condições de emprestar sem garantias reais, que a economia não avança

com pequenos negócios e que somente grande quantidade de empregos gera dimensões econômicas relevantes ao Estado.

Mesmo com a experiência de Bangladesh, estes discursos ainda estão presentes em muitas justificativas de grandes empreendimentos e investimentos públicos nos diversos países do mundo.

Para provar suas teorias, Yunus deixou o espaço da academia e se dedicou a espalhar sua ideia e proliferar projetos de microcrédito e, em 1983, com outros, funda o Grameen Bank, que busca a replicação destes em outros países, como iniciativa real de aplicação de microfinanças.

Essa iniciativa, como outras que se multiplicaram depois de 1983, rompem com as justificativas apresentadas pela maioria das instituições financeiras que não operam no serviço de concessão de pequenos créditos. Entre os argumentos, os bancos amparam-se na ideia de que os valores solicitados pelos empreendedores são demasiadamente pequenos, que não remuneram os custos de análise de dossiês, as disponibilidades de garantias são insuficientes, que podem gerar altas taxas de juros que acabam inviabilizando a operação de pagamento. Quando oferecem a juros baixos e acessíveis, resultam em baixa rentabilidade para a instituição. Ao avaliar o perfil do solicitante, ele dificilmente se enquadra no setor do empresariado e possui pouca ou quase nenhuma inserção neste setor profissionalizado.

Nesse novo debate, envolvem-se cooperativas de crédito, uniões de crédito, associações de empréstimos e poupanças, bancos populares, entre outros. Porém, a legislação dos diversos países não colabora para a criação da cultura cooperativa de crédito mutualista. (BÚRIGO, 2010).

Neste espaço de democratização da articulação de novas cooperativas, a organização em redes ou sistemas era visível, que mesmo com o grande crescimento do setor, as cooperativas ainda precisavam apreender outros elementos institucionais, além dos aspectos meramente burocráticos.

De acordo com Búrigo (2010, p. 125), “tornou-se mais claro que alguns atores que operavam nesse meio possuíam diferenças importantes em termo de visão de mundo, de concepção filosófica e doutrina a respeito do cooperativismo”. Para melhorar a compreensão destas diferenças, foi necessário utilizar-se de terminologias que as distinguíssem, como a vertente pioneira e a vertente solidária.

### 3.2 As Cooperativas e a Economia Solidária

No Brasil o debate sobre cooperativismo e economia solidária inicialmente foi protagonizados pelos movimentos urbanos, de acordo com Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG). Na década de 1980, o setor industrial foi um dos primeiros a sentir a significativa diminuição na oferta de recursos em circulação, elevação das taxas de juros e os índices altos de desemprego.

Assim, espelhados nos ideais socialistas, cria-se uma resposta do movimento operário em São Paulo que assume articular a organização de cooperativas para realizar os processos autogestionários das indústrias têxteis falidas.

Nesse mesmo período um grande movimento que se formou em torno do novo texto da Constituição Federal de 1988 marcou a superação e o retorno das organizações e movimentos sociais na luta por direitos sociais, de modo que se intensificaram as mobilizações e o trabalho de base nas associações, nas igrejas, nos sindicatos e nas cooperativas.

Essa sociedade, em processo de emancipação, tem em sua matriz a ruptura com a centralidade nas mãos do Estado na autorização de funcionamento das organizações sociais e passa então a requerer novos direitos sociais e ampliação da democracia. Desse modo, resolveram recriar cooperativas, disputar direções de sindicatos e muitas organizações populares renasceram para a luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

Citando Singer, Dourado (2006, p. 2) aponta que

os empreendimentos alternativos ganharam força somente a partir dos anos de 1990, em consequência do agravamento do desemprego, resultante da abertura do mercado interno às exportações. Já o conceito de economia solidária surge no Brasil apenas em 1996, sendo utilizado pela primeira vez por Paul Singer, no intuito de identificar os empreendimentos autogeridos, democráticos e solidários existentes e classificá-los por um único nome.

Das iniciativas nascidas no meio urbano, aos movimentos sociais de resistências surgidos no campo, o desenvolvimento da economia solidária encontrou um quadro favorável, que suscitou o apoio de amplos grupos, movimentos sociais, ativistas, órgãos públicos, intelectuais, entre outros. (GAIGER, 2003).

Os movimentos sociais viram no modelo autogestionário a possibilidade de uma mudança social que trouxesse respostas satisfatórias à problemática social em que se evidenciava a exclusão, entre elas, o cooperativismo.

Retomam-se as práticas e ideias socialistas para que a cooperativa se torne uma proposta que contribua para a transformação social. Porém, em virtude do atrelamento das cooperativas ao modelo desenvolvimentista, era necessário demarcar que existia um cooperativismo diferente. Este movimento crescente a jusante do que acontecia em movimentos da Europa se chamou de economia solidária, que hoje no Brasil reúne uma série de iniciativas.

Assim como a conceituação de agricultura familiar, o termo economia solidária é também objeto de traduções e propostas conceituais que se forjaram ao longo do tempo. Acima de qualquer predefinição, economia solidária é um termo em construção, que se apresenta para aglutinar um espaço de lutas e construção de estratégias da experiência coletiva para superar os reflexos do capitalismo.

Os elementos da discussão sobre a economia solidária são encontrados em Singer (2002), Gaiger (2003) e Laville (2004). Estes apresentam algumas diretrizes das organizações coletivas em que apresentam como traço comum a tentativa de resgatar os princípios cooperativistas formulados no início da Revolução Industrial pelos chamados socialistas utópicos. (DOURADO, 2010).

Contudo, em suas diferentes abordagens, as iniciativas baseadas pela experiência autogestionária somadas ao processo de cooperação preconizado pelo cooperativismo, vem determinando uma nova forma de pensar.

[...] Uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho se torna vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo é enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. [...] A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. (GAIGER, 2003, p. 193).

A economia solidária não se resume a um **produto**, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um **conceito**. (GADOTTI, 2009, p. 24).

As organizações então denominadas de solidárias foram se inserido para dentro da proposta do cooperativismo, propondo a substituição das relações de exploração, individualismo e coerção, por outras que possam promover as pessoas e as coletividades na produção e distribuição de riquezas, difundindo os valores da

solidariedade humana (GAIGER, 2003), retomando o ideário do cooperativismo nos seus primórdios organizacionais.

Esta retomada aconteceu aos poucos e foi recebendo diversas expressões como: “economia social, socioeconomia, humanoeconomia, economia popular solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, economia da dádiva, associadas ao comércio justo e ao mercado ético”. (GADOTTI, 2009, p. 20).

O economista Paul Singer entende a economia solidária como uma proposta política, engajada e propositiva, que como tal deve sobrepor à economia capitalista.

Singer constrói sua proposta de economia solidária em clara oposição aos valores capitalistas. Ele apresenta uma concepção de economia com capacidade de **superação do modelo econômico vigente**. Os valores **solidários** apresentados em sua concepção servem como **provas de uma superioridade na concepção de economia solidária** em relação à economia capitalista. (DOURADO, 2010, p. 8).

Luis Gaiger, sociólogo defende que deve haver a proposição da vertente solidária a partir de empreendimentos solidários, como proposta de análise de suas possibilidades.

Gaiger constrói sua proposta de economia solidária como uma construção teórica, que permite o estudo da viabilidade e as características existentes nesses espaços. Ele apresenta uma abordagem sociológica, apontando para a possibilidade de construção de indicadores que permitam analisar e captar os diferentes aspectos que compõem o que chama de “economia solidária”. (DOURADO, 2010, p. 9).

Outro autor, bastante influente nos debates brasileiros, Jean-Louis Laville afirma que

se a economia mercantil não é a única forma de produção de riqueza, isto é, ela não é a única forma de economia, as empresas capitalistas também não configuram única forma possível de empresas. Ele afirma a existência de diferentes princípios e utiliza a sua proposta de economia solidária para demonstrar a existência de espaços que além de existirem diferentes princípios econômicos em equilíbrio, possuiriam potencial para a construção de novos espaços de interação social. (DOURADO, 2010, p. 10).

Moacir Gadotti, diretor do Instituto Paulo Freire, aborda em suas reflexões a educação para a sustentabilidade, além da economia e da ecologia. Discorre sobre a reconstrução de valores solidários e coletivos a respeito da preservação da vida na Terra. Trata o uso da economia solidária como práxis pedagógica.

O que há de comum em todas essas denominações é que todas estão associadas a uma “outra economia”, articuladas como um projeto de sociedade que implica **novos valores**, acentuando o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Daí concluímos que a economia solidária é uma práxis pedagógica. (GADOTTI, 2009, p. 23).

Segundo Dourado (2010, p. 12), o ponto de congruência entre eles reforça a ideia de que a busca de novas práticas econômicas “independente da superação do modelo econômico” deve ser orientada pela busca de novos valores em que o indivíduo possa ser um indivíduo solidário.

Este debate, em que Singer aparece com mais firmeza, Laville apresenta-se mais realista, mas ambos demonstram que o debate da economia solidária traz a indicação de que outras posturas são necessárias ou possíveis nas formas de produção, geração e distribuição da riqueza. “[...] a possibilidade de construir uma outra economia é tomada aqui como fonte de inspiração” (DOURADO, 2010, p. 26). E Gadotti (2009) acrescenta uma responsabilidade aos instrumentos de educação, na construção destas outras possibilidades.

De acordo com Gaiger (2013, p. 214), atualmente a economia solidária no Brasil encontra-se constituída em quatro segmentos: a) Empreendimentos solidários, que atuam nas atividades econômicas de serviços, produção, finanças e consumo; b) Organizações civis, como ONGs, universidades e grupos de apoio a ação pioneira da economia solidária; c) Órgãos de representação e articulação política, que atuam nos sindicatos, incubadoras, junto a gestores públicos, redes de troca e crédito solidário, entre outros; e d) Organismos estatais, que atuam na execução de programas e políticas públicas.

Entre os tantos princípios, diretrizes e conceitos que perpassam o ambiente da economia solidária, tratando-se do cooperativismo solidário, há dois conceitos que este trabalho entende como embaixadores de toda a articulação como movimento emancipatório e como uma ação alternativa ao sistema vigente na sociedade capitalista. São eles: a solidariedade e autogestão.

Os conceitos de solidariedade e autogestão são imanentes à atuação da economia solidária. Por isso usamos os seguintes autores para referenciar a análise: Singer (2002), Laville (2004; 2008), Lisboa (2005), Gaiger (2003), Dourado (2006) e Gadoti (2009).

### 3.2.1 A Solidariedade

A solidariedade é tratada como diferencial desse novo modelo de economia. É um termo que adjetiva a proposta de cooperativismo em estudo. Assim se caracteriza porque não reproduz as relações capitalistas, ao contrário, as substitui por outras. A manutenção e a reinvenção constante das formas associativas como possibilidades de resistência têm despertado um interesse especial sobre a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária.

No entanto, para que haja de fato mudanças a partir das iniciativas gestadas via empreendimentos de economia solidária, os princípios que a norteiam precisam modificar o ser humano. Os princípios e valores que norteiam tais empreendimentos – entre os quais está a solidariedade – devem se colocar como um apelo à subjetividade e, portanto, à ressignificação da lógica racional econômica.

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravitam em torno da ideia de solidariedade. Na economia solidária, solidariedade não é um mero adjetivo; ela é central e dá nova forma à lógica e ao metabolismo econômico. Como a economia solidária incorpora a solidariedade, fazendo dela o centro da atividade econômica, a denominação socioeconomia solidária é mais adequada, pois explicita tanto o amálgama da economia na sociedade quanto sua subordinação a esta. (LISBOA, 2005).

A solidariedade é a principal categoria e, portanto, princípio norteador dos empreendimentos de economia solidária. No entanto, há que se ter em conta que diversos são os conceitos e significados de solidariedade a partir do âmbito da filosofia, política e sociologia. Destaca-se a concepção de solidariedade que norteia os empreendimentos de economia solidária que ganham expressão a partir da década de 1990.

Laville (2008) destaca duas concepções de solidariedade, uma de origem inglesa e outra de origem francesa. Ambas surgem a partir da incapacidade da economia de mercado de manter a paz social prometida diante da pobreza por ela desencadeada. Esta pobreza imprevista acentuou a contradição entre a liberdade política e a dependência econômica. A instabilidade social resultante do crescimento da pobreza e do surgimento da questão social levou à necessidade de instauração de algo que a amenizasse: a solidariedade.

A concepção inglesa de solidariedade é marcada pela noção de filantropia e ancorada na consciência benemérita dos cidadãos. A partir da necessidade de uma sociedade ética e altruísta,

numa geração de dependência pessoal que a solidariedade favorece, no aprisionamento do pobre na condição de inferioridade, focalizada na “questão da urgência” e na preservação da paz social, ela tem como objeto a amenização dos problemas dos pobres e sua moralização, através das ações filantrópicas paliativas. (LAVILLE, 2008, p. 23).

Essa opção de solidariedade, fortemente calcada na formação cidadã, contribui para reforçar as diferenças sociais existentes entre ricos e pobres.

A inclinação para ajudar o outro, valorizada como um elemento constitutivo da cidadania responsável carrega nela a ameaça de uma doação sem reciprocidade, que só permite, como única volta, uma gratidão sem limites, criando uma dívida que não pode nunca ser honrada pelos beneficiários. As relações de dependência pessoal que a solidariedade favorece correm o risco de aprisionar o pobre numa situação de inferioridade. (Idem, ibidem, p. 23).

Já a concepção de solidariedade francesa inspira-se em valores que a fazem indissociável da herança revolucionária, cujo princípio está na democratização da sociedade.

Esta segunda versão supõe uma igualdade de direito entre as pessoas que se comprometem. Indissociável da herança revolucionária e do ideal republicano deu forma em parte à realidade francesa. A fraternidade revolucionária pretendia, de fato, romper com a linguagem da caridade para substituí-la por uma política da solidariedade baseada no pertencimento de todos a um espaço político que conhece doravante apenas indivíduos livres e iguais. (Ibidem, p. 23).

Ao abandonar a concepção caritativa, a noção francesa reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, dentro do mesmo espaço político, no ideal de cidadania. Nessa perspectiva, ela impõe a necessidade de construção de uma ordem econômica social na qual os indivíduos possam de fato desfrutar dessa igualdade de condições.

A característica da economia solidária não é a ausência de lucro ou acumulação, mas a forma de organizar atividade econômica com base em relações igualitárias e formas de consumo justas, responsáveis e sustentáveis. O que importa é que o valor da solidariedade esteja presente em todo o processo econômico de produção, circulação, consumo e acumulação. (GADOTTI, 2009, p. 99).

Por esta perspectiva, a condição de solidariedade não poderia se efetivar dentro da ótica individualista, característica do modelo social vigente. No entanto, esta condição poderia ser construída e sedimentada a partir de uma nova racionalidade, cooperativa de fato, que trouxesse para o homem a visão do conjunto social que ele integra e, enquanto corresponsável por ele, junto com todos os demais.

### 3.2.2 A Autogestão

O termo da autogestão encontra-se presente nas orientações das cooperativas, em que se denominam autogeridas pelos seus donos, assim como adotaram os Pioneiros de Rochdale, em 1844.

Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. (DOURADO, 2004, p. 2).

A reconversão das estruturas sociais cooperativas pressupõe a construção de outras formas sociais de organização, consulta e gestão democrática aos trabalhadores referindo às práticas de autogestão e cooperação.

Primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de "especialistas" Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva. (SINGER, 2012, p. 6).

Complementadas por Gaiger (2003, p. 191), as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular,

pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, naquelas práticas: a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do

empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido.

Nascimento (2007, p. 31), afirma que

sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDEIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando ao início do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação.

O termo da autogestão nos empreendimentos cooperativos e solidários recebe uma intencionalidade política ideológica, diferentemente da semântica pura e simples do termo autogerir-se.

A primeira dimensão refere-se às áreas de gestão e administração econômica dos empreendimentos de forma geral. Neste item os trabalhadores precisam superar a “descrença generalizada na capacidade de ‘meros trabalhadores’ de as gerirem com eficiência”. (SINGER, 2012, p. 7). O processo a ser desenvolvido passa, então, pela desconstrução de conceitos e posturas em relação à administração, transformando se num novo saber.

Esta racionalidade se desenvolveu junto com o cientificismo da modernidade, onde há os especialistas com capacidades de gerir empreendimentos complexos e os que se designam ao trabalho manual.

Há que se ressaltar que a autogestão extrapola os aparatos administrativos e burocráticos esperados em uma instituição jurídica. Também é resultado de sua experiência de vida, de sua capacidade de apreender, a partir também da prática, das relações que se constroem, não se limitando a cálculos matemáticos.

A autogestão com base no desenvolvimento de novas capacidades acaba se tornando um processo pedagógico de aprendizado. “A qualificação do trabalhador aprimora a sua formação geral e pode desenvolver, se for oferecida a partir de uma visão emancipadora, uma cultura de solidariedade, de paz e de sustentabilidade”. (GADOTTI, 2009, p. 62).

A segunda dimensão da autogestão é a gestão coletivizada. A autogestão compreendida nas organizações cooperativas com base solidária acredita que a gestão coletiva é uma das condições para estabelecer, com os seus membros, o

ambiente de identidade coletiva e, por este ambiente, construir a mutualidade e reciprocidade de interesses.

Esse sistema implica numa opção por um processo de tomada de decisão cooperativa que ocorre por meio de estruturas que asseguram aos atores sociais o direito de influir nos resultados que os afetam, assim como prevê acesso às avaliações, treinamentos e fontes de confiança para desenvolver e comunicar as próprias preferências. (PRADO, 2007, p. 27).

Esta categoria de autogestão constrói redes de confiança entre os membros, ou ainda estabelece um conjunto de relações sociais resgatando novas formas da vida social das pessoas que passam a ter domínio sobre os instrumentos técnico-gerenciais para a tomada de decisões. Há a geração de conhecimento e comprometimento para com a coletividade.

Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social. (NASCIMENTO, 2007, p. 5).

Deste modo, não se pode dizer que apenas o saber escolar será suficiente para a gestão dos empreendimentos coletivos, que se embasam pela autogestão. A autogestão pressupõe a construção da participação organizada, no plano local, gerando um processo de mudanças para a transformação da sociedade (GOHN, 2006), onde cada sujeito, não pela individualidade, mas pela coletividade é capaz de propor referências organizativas para si e para os semelhantes.

É nesse sentido que a prática da categoria da autogestão, dentro da iniciativa de economia solidária, é embasadora. Os processos de compreensão de uma sociedade coletiva requerem mudanças significativas na forma de formar os sujeitos do mundo. Para a economia solidária, exige-se uma mudança cultural nos valores centrados na coletividade, na reflexão sobre o mundo e na práxis humana. (BARBIERI, 2007).

### **3.3 O Cooperativismo da Cresol**

O cooperativismo solidário sustenta-se numa gestão pautada na participação, na solidariedade e nas condições de autogestão, em que se busca a

promoção de outro padrão de desenvolvimento, mais inclusivo e com mais oportunidades.

O processo de autogestão requer um processo democrático e as decisões devem ser tomadas levando em conta todos os envolvidos, diferente da empresa privada. Nessa, os processos decisórios são centralizados e recebem influência de quatro fatores: dos proprietários, dos clientes, dos funcionários e, ainda, dos fornecedores, visando manter-se competindo no mercado para obter lucro. Tais fatores claramente distinguem uma organização com os moldes do sistema vigente de uma cooperativa com perspectiva solidária. (VASCO; CORONA, 2010, p. 5).

Os casos de cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária emergiram com força nas diferentes regiões do país como um instrumento para viabilizar a operacionalização do crédito aos agricultores. Estes articulam iniciativas econômicas e sociais que buscam a melhoria da dimensão econômica, ao mesmo tempo em que agregam um novo modo de recriar as formas sociais baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática, na tomada de decisões, mutualismo e outras relações não hierárquicas entre os sujeitos e instituições. Iniciativas bem-sucedidas transformam, de maneira considerável, os padrões de sociabilidade e os resultados econômicos. (SANTOS, 2005).

A trajetória do cooperativismo de crédito da agricultura familiar da Cresol demonstra um modo próprio de fazer cooperativismo. Isso faz da iniciativa da Cresol uma referência para outras regiões e estados do Brasil, por incorporar aos princípios do cooperativismo um conjunto de elementos da economia solidária, por meio da luta da agricultura familiar, com desenvolvimento em rede, com interação solidária, autogestão e buscando a sustentabilidade financeira e social. (CRESOL BASER, 2010).

Em julho de 1996, as primeiras cinco cooperativas constituíram uma base de serviços denominada de Cooperativa Central de Base de Serviços (Cresol Baser), atuando como suporte ao sistema nas áreas de *software*, normatização, contabilidade, formação e na relação de negociação com instituições governamentais, bancos e entidades. A Central Cresol Baser, a partir de então, foi a interlocutora junto aos espaços federados e bancos para negociar políticas e projetos de acesso aos recursos do crédito rural às suas cooperativas filiadas. (CONTAG, 1999).

Naquele ano, por força da pressão dos movimentos do campo, ocorreu a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>7</sup>, que se torna uma importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras. Em 1996, foram realizadas aproximadamente 1.800 operações de crédito e, segundo Pretto (2005), em 1997 se iniciou a operacionalização do Pronaf Investimento.

Na medida em que as primeiras cooperativas foram se estruturando, houve uma demanda pela criação de outras cooperativas em municípios vizinhos. Esta demanda vinha de organizações, de agricultores familiares e de prefeituras que buscavam a instalação de uma instituição financeira nos seus municípios.

Desde a sua concepção, era necessário que os agricultores familiares se tornassem diretores de instituição financeira cooperativa mesmo sem conhecimento específico ou experiência na área, mas estes encararam o desafio de compor as primeiras diretorias das suas cooperativas e colocaram seus bens como garantia, para realizar os primeiros repasses do crédito rural aos associados.

Em 1998, as cooperativas totalizavam quinze unidades e a Central Cresol Baser iniciou a realização do primeiro Planejamento Estratégico Participativo (PEP), com a definição de ampliação das Bases Regionais de Serviços e três eixos de trabalho: crédito, produção/comercialização e fortalecimento institucional. (INFOCOS, 2010).

É possível observar, por meio de seus relatórios, que a Cresol manteve duas preocupações muito distintas, se comparada a outras instituições de crédito semelhantes. De acordo com Bittencourt (2003, p. 211),

desde o início evitou-se constituir cooperativas despreocupadas com a questão administrativa e viabilidade econômica (um dos motivos para o fracasso de muitas experiências de crédito cooperativo na América Latina). Ao mesmo tempo evitou-se partir para uma administração meramente empresarial, voltada exclusivamente à sustentabilidade econômica sem participação social, modelo também comum entre diversos sistemas cooperativos latino-americanos e que embora tenham garantido sua existência ao longo dos últimos anos, provocaram um intenso processo seletivo, excluindo os agricultores mais pobres de seus quadros sociais, além de restringirem sua atuação como agentes de desenvolvimento rural.

---

<sup>7</sup> Programa criado para atender a demandas de crédito dos agricultores familiares. Anualmente são equalizados e gestados separadamente o Plano Safra para Agricultura familiar e Plano Safra Agrícola e Pecuário para os demais agricultores. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 15 març. 2015. Cf. também: AQUINO; SCHNEIDER, 2010.

Esta constante preocupação de construir um cooperativismo que agregue as ações de sustentabilidade com participação social, citados por Bittencourt (2003), tornou-se fortemente ativo e presente nos documentos e relatórios, como no documento do Planejamento Estratégico Participativo (PEP).

Quanto aos agricultores que estavam à frente das direções, eram necessários conhecimentos para compreensão dos procedimentos operacionais de uma cooperativa de crédito integrada ao sistema financeiro oficial, com conhecimentos muito específicos, onde a transparência precisava ser estimulada e fortalecida nos espaços de decisões da cooperativa. Para que isso fosse possível, era imprescindível que estes obtivessem os conhecimentos pertinentes a gestão da instituição a qual estariam à frente, buscando a capacitação específica.

Consequência desta conjuntura foram as crises institucionais enfrentadas por algumas cooperativas nos três primeiros anos de Sistema, fazendo com que se repensasse uma nova estratégia de articulação local, com a capacitação dos próprios agricultores familiares para realizar a gestão das cooperativas. Outra estratégia foi a criação de novas Bases Regionais de Serviços para assumir a contabilidade das cooperativas e garantir maior transparência na gestão, fortalecendo a ação local e regional das Cresol. (INFOCOS, 2010, p. 15).

O crescimento rápido em número de unidades e quadro social era visível e começava a representar um significativo volume em movimentação financeira. Os anos de 1999 a 2005 foram muito significativos para o Sistema Cresol, pois com a ampliação do número de unidades criadas e a estruturação de unidades regionais de acompanhamento fortalecia-se a ideia de que os empreendimentos de cooperativas de crédito, autogestionados pelos agricultores familiares, era possível. Foi um momento de aumento de visibilidade entre o quadro social, perante órgãos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. (INFOCOS, 2010).

No período entre os anos de 2006 a 2010, as cooperativas do Sistema Cresol aprofundaram seus processos de monitoramento da carteira de crédito, discutindo a criação de indicadores além dos econômicos, o ranking social, que se proporia a ranquear as cooperativas que desenvolvessem ações pautadas pela mudança da matriz produtiva, o Programa dos Agentes, promoção de reuniões para discutir as ações da cooperativa e da carteira de crédito, entre outras voltadas à formação do quadro social.

De acordo com o Infocos (2010), a respeito do cenário de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e suas cooperativas, estas resultam na criação de organizações de apoio e representação, como a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário (Ancosol), a Associação Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos).

Atualmente, encontra-se em execução o Planejamento Estratégico Participativo (PEP), período de 2010 a 2015, que tem como foco a caracterização da missão em que “os cooperados reafirmaram [que] os elementos da missão serão percebidos naquilo que o Sistema Cresol estará realizando”. (CRESOL BASER, 2010, p. 9). A missão possui uma série de elementos discursivos que se reproduzem em muitos documentos do Sistema.

Para compreender como se inter-relaciona o Sistema, é preciso saber que o Sistema Cresol é formado por Cooperativas Cresol, unidades singulares que atuam junto aos associados, na sua comunidade e ou município, por exemplo, a cooperativa singular Cresol Francisco Beltrão.

Já as unidades Regionalizadas são as Bases Regionais, que atendem com serviços especializados as cooperativas de uma mesma região; por exemplo: a Base Sudoeste, que contempla as cooperativas singulares do Sudoeste do Paraná.

A Central Cresol Baser é uma cooperativa de 3º Grau que atende à rede das cooperativas singulares filiadas, responde por representação política, normativa e orientações como um sistema de cooperativas.

Por isso em alguns locais quando se encontra a denominação Sistema Cresol, compreende-se a todas as cooperativas que pertencem à Central Cresol Baser mais a sua rede institucional, que representava, em dezembro de 2014, 86 unidades singulares, 11 bases regionais, distribuídas entre os estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rondônia. (CRESOL BASER, 2014).

Além destas unidades, o Sistema Cresol funciona articulado a uma rede de outras instituições que organicamente desempenham funções distintas da disponibilização de crédito.

As redes de pequenas cooperativas da agricultura familiar e de economia solidária, formadas a partir da iniciativa de organizações sociais, vêm demonstrando que é possível alcançar níveis razoáveis de competitividade justamente com os

agricultores excluídos do modelo tradicional, e são importantes porque oferecem serviços e ações que sozinhas não seriam possíveis a uma cooperativa.

Os sistemas de cooperativas em redes buscam caracterizar o fortalecimento e a defesa de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar diferenciado, visando a inclusão social de milhares de pessoas por meio da organização da atividade econômica e produtiva e do acesso às políticas públicas, ao conhecimento e às tecnologias.

A articulação de cooperativas em rede defende a centralização na concepção da proposta de desenvolvimento da agricultura familiar e do cooperativismo, a partir de processos de construção de consensos coletivos entre os atores (cooperativas) e a descentralização na execução prática e na gestão dos empreendimentos.

Compreender essa rede do cooperativismo solidário da agricultura familiar é importante para explicar os processos em que se manifestam o diferencial da proposta cooperativista em questão. Porém, alguns apontamentos do cenário organizacional do cooperativismo são relevantes para justificar a iniciativa adotada pelos agricultores familiares na construção da proposta da Cresol e das demais cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária.

Como em tempos de militarização do Estado brasileiro, o movimento cooperativo foi incorporado ao regramento estatal, extraíndo-lhe a possibilidade de livre organização, com a criação da lei nº 5.764/71, criando a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), integrada ao Ministério da Agricultura, que tinha o poder de conceder autorização de funcionamento a todas as cooperativas.

Em termos cronológicos, após a anistia da década de 1980 e com o novo texto constitucional em 1988, abrem-se possibilidades para a livre organização social, associativa e cooperativa. Contudo, foi a partir de 2002, quando o governo federal assume o compromisso de apoiar o cooperativismo da agricultura familiar, que o Sistema Cresol foi credenciado a dialogar constantemente com as estruturas de governo objetivando impulsionar o cooperativismo de crédito, com acesso às comunidades excluídas do sistema financeiro. (INFOCOS, 2010).

Ainda em 2003 foi realizado o primeiro Fórum das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária, importante espaço de discussão e negociação de políticas e programas junto ao Bacen, Banco do Brasil e demais órgãos governamentais. (INFOCOS, 2010, p. 25).

Esse fórum resultou na criação da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Ancosol), objetivando estreitar relações com cooperativas de crédito solidário no Brasil e em outros países da América Latina. (ANCOSOL, 2015). Atualmente transformou-se em Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária (Confesol).

A Confesol representa as centrais de cooperativas de crédito rural e solidário da Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar da Bahia (Ascoob), a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos (Crehnor) do Rio Grande do Sul e as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Baser), Cresol Central e a Cresol Sicooper. Atualmente a marca Cresol possui três centrais distribuídas em diversos estados da federação. (CONFESOL, 2015).

Segundo dados de dezembro de 2014, a Confesol mantinha 155 cooperativas, 342 unidades descentralizadas de atendimento, representando 395 mil associados, atuando em 21 estados brasileiros.

Na sequência, em 2005, houve a constituição da Associação Nacional e Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). A Unicafes é a entidade representativa das cooperativas da agricultura familiar e da economia solidária. Ela tem o papel de representação das cooperativas dos ramos de crédito rural solidário, de produção, de assistência técnica e de comercialização, de habitação, de educação, rodoviários, recicladores de materiais e de outros ramos ainda em constituição. (UNICAFES NACIONAL, 2015).

As Unicafes nacional e estaduais foram criadas para representar a organização de cooperativas que não pactuam com a forma de fazer cooperativismo adotado pela OCB no território brasileiro. Alguns fatores foram determinantes para a organização de uma entidade de representação dentro deste movimento cooperativo, como a existência de cooperativas da agricultura familiar organizadas em sistemas e ramos cooperativos, necessidade de uma entidade de representação dos sistemas cooperativos solidários para qualificar e ampliar a interação do segmento cooperativo com a sociedade civil, o Estado e o mercado, a viabilização de políticas públicas para o fomento do cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária e necessidade de uma organização que fosse capaz de articular a ação local, nacional e internacional.

Desta forma, foi articulada pela rede de cooperativas oriundas dos movimentos populares do campo. Atualmente, a Unicafes possui abrangência em todo território nacional, sendo composta por aproximadamente 1.100 cooperativas. Seus objetivos são a inclusão social dos cooperados, através de iniciativas econômicas que ampliem a distribuição de renda, produção de alimentos, além da qualidade de vida e da sustentabilidade.

Atualmente, são 17 Unicafes estaduais de atendimento e articulação para a agricultura familiar e economia solidária. Elas se encontra nos seguintes estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Pará, Goiás, Sergipe e Ceará.

A constituição do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário também ocorreu em 2005, e este está destinado à promoção de ações de debate para o acesso e a democratização do conhecimento na perspectiva da autonomia e da constituição de uma agricultura viável às realidades, necessidades e expectativas das pessoas.

A valorização e a socialização dos conhecimentos situados nas experiências de vida como elemento gerador de problematizações, teorizações e construção de referências, somados as relações sociais, étnicas, de geração e de gênero.

De acordo com Infocos (2010), atualmente o Sistema da Central Cresol Baser encontra-se estruturado dentro de uma ampla rede de estruturas de trabalho, serviços e representação com objetivo de ser eficiente em sua proposta de desenvolvimento do cooperativismo solidário e de crédito.

Além das estruturas citadas anteriormente, é possível citar a Cooperativa Central de Tecnologia e Serviços de Informática Com Interação Solidária (CRESOLTEC), que busca prestar serviços de planejamento, desenvolvimento, implantação, suprimento e manutenção de suporte tecnológico, na área de informática e afins, necessários ao funcionamento das suas cooperativas associadas. Além dela, há a Cresol Seguros, que cria, disponibiliza e opera produtos relacionados a seguros e serviços de saúde para todo o sistema e para associados.

### 3.3.1 O Instituto Infocos

No caso do Sistema Cresol, a autogestão foi moldando-se por processos de formação técnico-administrativa e socioideológica. Estes processos educacionais nos movimentos populares constituem-se em elementos fundantes de sua função social para o propósito de mudança e transformação da sociedade. A dimensão educativa do movimento se materializa na construção da coletividade, e a utilização de processos educacionais de tomada de consciência se tornam elementos que desempenham o papel que modificam as pessoas, seus pensamentos e sua forma de agir.

O caráter educativo dos movimentos sociais encontra-se articulado em duas dimensões. A primeira trata da organização política, em que progressivamente – e não por acaso – os indivíduos constroem a consciência sobre os direitos e deveres na sociedade, identificando os interesses envolvidos e formulando demandas de enfrentamento e/ou de obtenção do direito ou do espaço de participação.

A segunda dimensão trata da cultura política, que se torna experiência e vivência na fase de resistência, indignação e luta contra o conformismo, podendo se tornar num processo pedagógico, onde os instrumentos usados no processo da formação da cultura política podem gerar aprendizagens. (GHON, 1992).

Nesse caso, Ghon (1992, p. 17-21) afirma que é visível a diferença entre os procedimentos e práticas de aprendizagem, onde “não há hábitos, comportamentos, rotinas ou procedimentos preestabelecidos. Há princípios norteadores, assimilados por todo grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca”.

Assim, os encontros de debates pelo qual passaram as organizações do campo no Sudoeste do Paraná se constituíram como processo educativo da formação da consciência diante do processo excludente da agricultura familiar, gerados a partir da modernização agrícola e industrialização pela qual passou o Brasil.

Durante a fase embrionária do cooperativismo solidário na Região Sudoeste do Paraná, os agricultores familiares e as lideranças das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária colocavam-se num processo pedagógico, norteados pela busca de respeito, visibilidade, ao mesmo tempo em que discutiam a

construção de propostas para a viabilidade de políticas públicas junto à pequena agricultura, familiar ou camponesa.

Passam a se utilizar de processos educacionais não formais para proporcionar os conhecimentos necessários aos seus quadros internos de diretores e colaboradores para o desafio da autogestão de seus empreendimentos e, frequentemente, fazem uso dos espaços coletivos de formação para superar os desafios da democratização do conhecimento, de modo que, paralelamente ao movimento da criação das suas primeiras cooperativas, ocorriam momentos de formação que integravam o processo mobilizatório socioideológico, com técnicas operacionais.

Para que esse cooperativismo pudesse viabilizar o princípio da participação de seu quadro social, fez-se necessário pensar em políticas que pudessem contribuir para a criação de espaços institucionais, além dos espaços previstos nos estatutos e regimentos. Dentre seus propósitos está colocado o desafio de “envolver os agricultores familiares na gestão da cooperativa, de um agente financeiro [...] valorizando a participação dos agricultores que passam a tomar decisões nos rumos da cooperativa e de um novo modo de fazer agricultura”. (CRESOL BASER, 2003, p. 5).

Para Assis Miguel do Couto, um dos idealizadores do Sistema Cresol, a autogestão [pelo seu quadro social] nas cooperativas de Crédito ousa renovar em esperanças a caminhada da agricultura familiar para uma vida com mais dignidade. (CRESOL BASER, 2003, p. 5).

O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário foi organizado pela Central Cresol Baser e suas Bases Regionais. Mais tarde passaram a fazer parte deste todas as cooperativas singulares integrantes do Sistema de Crédito.

[...] a criação do Instituto de Formação se deu em um primeiro momento para atender as demandas de formação dos nossos agricultores que se tornaram gestores das cooperativas, mas no momento seguinte nós pensamos também no cooperado, pois esse agricultor precisa compreender de que é que ele está sendo sócio, qual a diferença de ser sócio da Cresol e o porque ele está buscando a Cooperativa. [...] para isso temos a formação para quem entra como sócio, para os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, pensamos também em programas envolvendo as mulheres, jovens e idosos com a formação em gênero e geração, e nessa lógica também hoje temos uma formação para as crianças nas escolas que precisam compreender sobre o cooperativismo, com o programa Olhar para o Futuro, e esse é o papel do INFOCOS. (REVISTA CRESOL, 2013, p. 4).

O grande objetivo de atuação deste Instituto é de oferecer formação em cooperativismo, orientado para o desenvolvimento sustentável e solidário.

Por meio de processos formativos baseados nos princípios da solidariedade, da intercooperação, da inclusão socioeconômica, cultural, ambiental e política: organizar práticas coletivas de construção de formação que agregam tempos e espaços diferentes e possibilitem a democratização do acesso ao conhecimento como uma das ferramentas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da Agricultura Familiar. (INFOCOS, 2005, p, 1).

O Instituto é coordenado por diretores das cooperativas, que são sócias deste. Sua manutenção é feita por meio de políticas de rateio de custos entre as filiadas. Desta forma, trabalham na perspectiva de prestação de serviços diretamente voltados às necessidades do cooperativismo solidário.

Entre as ações já desenvolvidas pelo Instituto está o Curso de Qualificação Profissional em Gestão com ênfase em Cooperativismo, realizado em parceria com a Central Cresol Baser e a Unicafes, por meio de Convênio com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (atualmente IFPR), nos anos de 2006-2010. Usando metodologia de formação na modalidade de educação a distância (EaD), durante quatro anos, articulou-se com a pedagogia da alternância e educação popular, permeando os processos que se desenvolveriam ao longo do curso.

De acordo com relatórios internos, durante a realização deste projeto, aproximadamente oitocentos agricultores familiares participaram de suas atividades, sendo que seiscentos deles receberam a certificação completa. Dentre estes, 185 agricultores familiares conseguiram obter certificação do ensino médio após o encerramento do curso.

Atualmente o Instituto é constituído por uma equipe multidisciplinar que atua na criação e coordenação de diversos programas e estratégias de formação, interligando a atuação da Central, das Bases Regionais, cooperativas singulares, associados e entidades parceiras.

Estrutura-se em duas grandes frentes de trabalho: Cresol Comunidade e Cooperativa Escola, de acordo com o Plano Trienal de Formação. O primeiro eixo denominado de Cooperativa Escola destina-se à formação de conselheiros de administração e fiscal, diretores liberados, colaboradores, assessores entre outros profissionais internos.

Sob orientação do Plano de Formação do Instituto 2012-2015 e do Relatório de Atividades e Balanço Social da Central Cresol Baser (2014), na formação dos quadros diretivos, o Programa Cooperativa Escola Diretores possui a formação Candidatos a Conselheiros de Administração e Fiscal, desde 2009, com a média de trezentos participantes por ano. Este segmento é destinado a instrumentalizar sócios que desejam concorrer a cargos eletivos durante as assembleias de suas cooperativas.

Após a eleição, os novos conselheiros passam pela formação para Conselheiros Eleitos para os Conselhos de Administração e Fiscal, processo existente desde 2009 com a média de duzentos participantes por ano, que trata das atribuições, responsabilidades e introdução aos instrumentos de gestão e fiscalização da cooperativa.

Durante o ano ainda são realizados para todos os conselheiros das cooperativas filiadas cursos de Formação para Conselheiros de Administração, realizado desde 2006 com a média de seiscentos participantes por ano, com o objetivo de aprofundar as políticas internas de gestão.

Além disso, há o curso de Formação para Conselheiro Fiscal, também realizado desde 2006, com a média de quatrocentos participantes por ano, que trata do instrumento de fiscalização denominada de Súmula Fiscal.

No Plano de Formação Trienal, o Instituto afirma que estes cursos são uma forma de garantir a permanente qualificação para o seu quadro de conselheiros e diretores que constantemente é eleito.

Programa de Formação Continuada para Diretores: constantemente novos cooperados são eleitos. Desta forma, é necessário oferecer formação em cooperativismo de crédito, papéis e responsabilidades dos diretores, estrutura e funcionamento estratégico do Sistema Cresol, dentre eles: Curso para Candidatos a Conselheiros, Curso para Novos Conselheiros de Administração, Curso para Novos Conselheiros Fiscais, Cursos para Direção Executiva das Cooperativas. (CRESOL, 2013, p. 28).

Ainda são realizados dois ou três cursos ao ano, denominados de encontros, seminários e fóruns de debate que envolvem os diretores liberados (presidentes, vice-presidentes e secretários).

Os cursos de formação para diretores e conselheiros é uma prática que antecede a organização do Infocos. Anteriormente, o processo de formação era desenvolvido por membros do corpo de assessores e diretorias da própria Central,

para contribuir na formação de quadros com conhecimentos técnico-operacionais para a condução das cooperativas. No eixo Cooperativa Escola destinada à formação de colaboradores, os cursos objetivam instruir também os novos colaboradores, como cursos de aperfeiçoamento nas áreas de caixa, analistas de crédito, segurança, seguros e outros.

Uma proposta desenvolvida em parceria com algumas universidades na organização de programas de pós-graduação *lato sensu* oportuniza o aperfeiçoamento dos colaboradores nas áreas em que o cooperativismo da Cresol se relaciona.

Segundo o seu presidente, Vanderley Ziger (Entrevista 2015), a primeira iniciativa foi desenvolvida pela Central Cresol Baser no ano de 2002 por meio de um convênio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) junto com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Pato Branco.

A segunda, terceira e quarta turma foram organizadas por meio de convênio com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão nos anos de 2009, 2012 e 2014, respectivamente.

No ano de 2013, o Infocos realizou um convênio para o desenvolvimento de um programa de pós-graduação *lato sensu* com a Universidade Estadual do Centro-Oeste, núcleo de Educação a Distância (Unicentro/Nead), em modalidade EaD, oportunizando a formação nas áreas do cooperativismo solidário e do crédito rural. Este programa foi denominado de Programa de Formação do Sistema Cresol (PROSOL).

O segundo eixo de trabalho, o Cresol Comunidade é uma linha de formação voltada a atender projetos de formação do quadro social. Os programas do Cresol Comunidade desenvolvem-se com coordenação interna da área de ações estratégicas da Central Cresol Baser. Contudo, ao Infocos é atribuída a responsabilidade de desenvolver processos formativos de educação cooperativista e de base para fortalecer a inserção destes programas.

Entre os programas, cita-se o Programa de Formação de Lideranças do Cooperativismo, oportunizado desde 2012, com a média de trezentos participantes por ano, destinado a fortalecer a formação já recebida pelos diretores, coordenadores de agentes, coordenadores dos grupos de mulheres e jovens, além de lideranças municipais para que se incluam no debate político-estratégico do cooperativismo solidário e da Central Cresol Baser.

A formação realizada para o Programa Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário, desde 2009, com a média de 1.200 participantes ao ano, é executada em parceria com a Unicafes, a Central Cresol Baser, ONG Trias e o Infocos. Esta tem por objetivo desenvolver ações de igualdade e equidade de gênero e geração no cooperativismo solidário, estimulando a ampla participação da família nos grupos associativos e produtivos da agricultura familiar e da economia solidária.

Outro programa que conta com apoio pedagógico e de formação do Infocos refere-se ao Programa de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural (ATER) e Programa Revitaliza, realizados desde 2009 e que atendem em média 1.968 famílias por ano, oportunizando e disponibilizando serviços de acompanhamento e assessoria na lógica da diversificação, como estratégia para melhorar a qualidade da aplicação do crédito e agregação de valor à produção.

O Programa de Habitação Rural (HABITASOL), realizado desde 2004, aponta 705 famílias beneficiadas, segundo dados de 2014. Este programa oportuniza aos cooperados a construção de moradias no campo, em parceria com os governos federal, estadual e municipais. O Infocos tem o papel de organização do processo formativo, em formato de oficinas junto aos beneficiários do programa.

No Programa denominado de Cresol Comunidade há materiais e orientações pedagógicas para a realização de Cursos para Novos Sócios, com a média de participação de quinhentos sócios por ano, destinado ao trabalho das cooperativas singulares na expansão para novos associados e ou retomada de sócios inativos. Este já era um método utilizado no início do Sistema Cresol, que agora é retomado para ser desenvolvido em regiões novas.

Outra ação executada é o Programa Um Olhar para o Futuro, realizado desde 2011 e com a média de participação de 7000 crianças por ano, desenvolvido para crianças dos 4º e 5º anos do ensino infantil. Com objetivo é proporcionar o conhecimento sobre o cooperativismo solidário e a educação financeira, além de incentivá-las à cooperação, ressaltando a importância dos valores humanos.

Entre as ações descritas no Plano de Formação (ano de 2012), organizadas para execução nas cooperativas singulares, este estudo destaca o Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento, realizado desde 2000, com a média de oitocentos participantes por ano, com a função de coordenar a proposta pedagógica do trabalho de formação aos coordenadores regionais do Programa.

Este tem foco na formação de lideranças e na apropriação de tecnologias alternativas de matriz produtiva, com vistas ao desenvolvimento sustentável. O programa capacita sócios que atuam como animadores da base social das cooperativas.

De certa forma, todos os programas, projetos de educação e formação realizados a partir da orientação do Infocos possui a determinação de contribuir e fortalecer o cooperativismo solidário, que promove a participação do quadro social no desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental sustentável para uma sociedade mais justa.

Além de acompanhar a criação e desenvolvimento dos programas, o Infocos desde 2006 tem sistematizado os materiais e subsídios para desenvolvimento das ações de formação no Programa de Agentes do Sistema Cresol Baser.

#### 4 O PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Como inúmeras propostas desenvolvidas para a manutenção do cooperativismo solidário e autogestionário, a formação carrega a intencionalidade de instrumentalizar seus gestores e seus líderes.

Um dos programas desenvolvidos pela Cresol com esta intenção é o Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento (ACD), que começa a ter um papel fundamental na consolidação desse modelo de cooperativismo. “Na concepção orientadora deste trabalho existe a intenção de fortalecer a organização da comunidade como uma das ações mais importantes, senão a mais importante” (CRESOL BASER, 2003, p. 4), uma vez que se estabelece fora do quadro diretivo, entre os associados, buscando manter a proximidade da sua direção e conselheiros com o quadro social da mesma.

Schroeder (2005, p. 169) apresenta os elementos da avaliação e planejamento da Cresol para o ano de 2003. Entre estes, o Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento, demonstrando a importância desse processo para os dirigentes.

Entre os dirigentes que discutiram o documento que serviu de base ao planejamento, houve certa unanimidade, com algumas exceções, a respeito dos avanços que o Sistema Cresol teve e dos desafios que enfrentará. Os dirigentes apontaram como avanços: na área de ação prioritária 1, a criação das equipes de auditoria interna e a discussão do Regimento interno; na área 2, a implantação do Programa dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito; na área 3, o estatuto jurídico dado às bases regionais de serviços e o fortalecimento da relação com o BNDES; e, por último, na área 4, a expansão do número de cooperativas.

Os Agentes Comunitários de Desenvolvimento surgiram em meados de 1999, como uma proposta da cooperativa Cresol de Marmeleiro. O objetivo foi de constituir um grupo de lideranças que poderia servir de “voz” da cooperativa na comunidade.

Mais tarde, em 2000, a Central assume a proposta que toma ares de programa institucional e passa a ser desenvolvida como uma proposta de formação por diversas cooperativas ligadas a Central Cresol Baser. (CRESOL BASER, 2003).

O agente de desenvolvimento é um agricultor familiar que assume o compromisso de debater os processos de desenvolvimento da agricultura familiar e de aproximar a comunidade da cooperativa. (INFOCOS, 2006).

Assim, o agente potencializa as demandas e debates nestes espaços. Ainda, exerce a função de gerar e ser uma referência em nível local de sua unidade de produção e vida familiar no uso do crédito, na produção, na agregação de valor aos produtos, na comercialização, na gestão e na organização social.

Nesse sentido, o Programa é considerado pela direção do Sistema Cresol, como uma importante ferramenta no processo de fortalecimento da Cresol junto aos seus associados, pois contribuiu para a emergência de novas lideranças no campo do cooperativismo solidário.

A partir de sua participação nesse processo formativo, os agricultores foram estimulados a se organizar e a lutar por seus interesses específicos, seja na própria cooperativa, em outras cooperativas ou em associações.

Segundo o entrevistado Coordenação 1, ao longo destes quinze anos de funcionamento, o trabalho e a função “dos agentes”, como são chamados, passaram por muitas mudanças, mas ao fundo algo continua alimentando a existência deste processo até os dias atuais: o de aproximar o associado da cooperativa e a criação de lideranças comunitárias para o cooperativismo solidário.

As cooperativas adotaram diversas metodologias para a definição dos participantes do Programa, como a indicação da comunidade, indicação de nomes pelo conselho de administração e, ainda, há casos que a liderança procura a cooperativa para participar do programa.

De acordo com Caderno I da Proposta Pedagógica (2006), como tudo que se constitui como um processo, as constantes práticas permeadas de reflexão contribuíram para que o Programa se consolide como um dos mais longos e exitosos.

Em sua missão, este aponta a influência na vida dos agricultores familiares, em três espaços: unidade de produção e vida familiar, a comunidade e a cooperativa/entidades, isto é, estimular a participação dos associados nas suas comunidades, nas cooperativas e nas demais organizações valorizando a cooperação, a democracia e a participação dos atores, enquanto construção de redes sociais solidárias.

A seguir, buscar-se apresentar uma síntese das principais fases do programa, até os dias atuais, resgatando seus objetivos, reflexões e possibilidades de continuidade.

#### **4.1 Alguns Elementos Históricos do Programa de Agentes**

No ano de 1999 a Cresol Marmeleiro já tinha quatro anos de funcionamento. De certo modo, a fase de auge da criação e inauguração já haviam passado. A direção começava a enfrentar um dos primeiros desafios no entendimento da proposta cooperativista pelos associados. “Havia muita cobrança com relação ao resultado negativo da cooperativa. Tinha uma visão de que apenas o conselho era responsável pela saúde da carteira de crédito da Cresol”. (CRESOL BASER, 2003, p. 5). Esta situação, em variados tons, assemelhava-se ao encontrado em outras cooperativas.

Refletindo sobre o papel da cooperativa e do crédito rural, surgiu a ideia de organizar as lideranças comunitárias para “que os associados pudessem acompanhar o que acontece em sua Cresol”. (CRESOL BASER, 2003, p. 6). Era necessário restabelecer um espaço permanente de debate com vistas à organização da base.

A partir daquela reunião, a cooperativa retomou a ideia, já debatida no Sistema, de organizar a base com os agentes. Foi a partir disso que a cooperativa foi para as comunidades buscar organização e controle social. Essa ideia foi também trabalhada pela igreja, na Pastoral da Juventude (PJR), que tinha um representante por comunidade. (CRESOL BASER, 2003, p. 9).

Com 550 associados e 30 comunidades, a Cresol Marmeleiro se desafiou e foi realizando reuniões, “para discutir a Cresol, seus limites, seus avanços e para apresentar a proposta dos Agentes de Crédito”. (CRESOL BASER, 2003, p. 6).

Os primeiros grupos possuíam um diretor liberado da própria cooperativa, que agregava o trabalho nas comunidades, repassando orientações e acompanhando as atividades, com a função de “suporte com informações, tirar dúvidas, agendar reuniões nas comunidades para discutir assuntos de interesse dos associados”. (CRESOL BASER, 2003, p. 6).

Entre os objetivos que foram se estabelecendo entre os anos de 1999 e 2003, o Programa ampliava seus objetivos apresentando-se como uma proposta viável na organização do quadro social e na busca por

fortalecer o controle social pela participação do associado e da comunidade, fortalecer a capacidade de poupança do associado; Fortalecer a mudança tecnológica para a agroecologia; diminuir os custos operacionais do Sistema; Fortalecer a organização interna dos grupos comunitários; fortalecer o debate sobre o desenvolvimento, não somente sobre o crédito, com assuntos de interesse da comunidade; fortalecer a capacidade da poupança do associado no sistema; fortalecer a mudança da base tecnológica para agroecologia; diminuir custos operacionais; fortalecer a organização interna dos grupos comunitários. (CRESOL BASER, 2003, p. 6).

De acordo com o material consultado (CRESOL BASER, 2003), os agentes tornaram-se importantes canais de compreensão do cooperativismo, atuando diretamente com o quadro social. Para isso, algumas atividades lhes foram atribuídas, tais como: organizar a proposta básica do pré-custeio; estimular e realizar trocas de experiências sobre agroecologia; fornecer informações sobre compras coletivas; apoiar a agroindustrialização e comercialização da produção local; e fortalecer as parcerias com entidades da agricultura familiar.

Quando não tinha os agentes não se conhecia todas as comunidades. A Linha São Mateus, por exemplo, distante 30 km, era pouco conhecida. Hoje, a cooperativa conhece a realidade dos associados através do Agente que vive lá e participa ativamente da vida da cooperativa. (CRESOL BASER, 2003, p. 9).

Nessa fase, o agente comunitário tinha um papel mais focado na gestão operacional das cooperativas, pois se tornava necessário compreender e consolidar um novo modelo cooperativista, pautado pela autogestão, uma vez que o número de sócios estava crescendo e era necessário propor esta forma de fazer cooperativismo.

Os processos de formação organizados para sustentar o trabalho eram articulados por meio dos intercâmbios e troca de experiências, com a instrumentalização sobre as ações operacionais da cooperativa e do crédito rural, uma vez que estes desempenhavam a coleta de propostas de custeio e investimento nas comunidades.

Observando resumidamente a história em Infocos (2010), foi possível encontrar que, a partir do ano de 2003 até o período de 2006, já com um número maior de sócios e de cooperativas, o Sistema Cresol sente a necessidade de fortalecer o controle social exercido pelos sócios.

De acordo com alguns relatórios internos consultados, não há uma segmentação entre as propostas do trabalho. Contudo, a realidade, ao ser analisada pela direção das cooperativas e no conjunto do Sistema Cresol, era tomada como ponto de partida para os planejamentos e ações a serem desempenhados pelos agentes, em suas regiões.

No momento em que o Sistema Cresol completava dez anos de história, e encontrava-se em fase de busca pela consolidação de seu modelo de cooperativismo e para dar conta de seus objetivos, os agentes desempenhavam outras funções específicas, como de levantamento de demandas creditícias.

Os processos internos de carteira estavam profissionalizando-se, as pré-propostas de crédito passariam a ser realizadas por um funcionário na cooperativa. Entretanto o debate sobre o crédito passa pelo viés da qualificação da demanda do crédito, com estudos e iniciativas mais relacionadas à unidade de produção das famílias e à cooperativa.

De acordo com Relatório Interno do ano de 2003, a concepção do programa era entendida como “a tomada de decisão política da Direção da Cooperativa de descentralizar com responsabilidade a gestão da cooperativa, com a base organizada, através dos agentes de crédito” (CRESOL BASER, 2003, p. 1) e tinha como eixo estratégico, organizar a base para o controle social, desenvolver ações de agroecologia e contribuir para a gestão comunitária do microcrédito.

Contudo, como alguns episódios de deficiência de coordenação, como quebra de sigilo de informações financeiras, estavam se repetindo, o programa decidiu criar alguns princípios que norteariam esta nova fase.

A direção da Cresol deve estar consciente de seu papel de descentralizar as ações dentro de um cronograma de formação; Respeitar as etapas para que os agentes consigam compreender a construção do conhecimento produzido; Dar informações suficientes para os agricultores voltarem para as comunidades e discutir a cooperativa sem fugir do sigilo bancário; A cada reunião estes agentes, se possível, terão uma tarefa a cumprir, para fazer com que ele se sinta útil e responsável, e não fique fora de alguns encaminhamentos, participando somente para ouvir; Tudo o que se relaciona aos agricultores da comunidade devemos fazer acontecer via agentes comunitário. (Ex. demanda de PRONAF, agenda de reuniões na

comunidade, cadastro, propostas de crédito, organizar compras coletivas, outros); O coordenador dos agentes local tem um papel estratégico de animação deste grupo; A formação não pode ficar apenas nas questões internas e burocráticas da cooperativa, deve ter também a discussão do desenvolvimento. (CRESOL BASER, 2003, p. 1).

A terceira fase, em 2006, mantém o foco da segunda, mas acrescenta o debate do desenvolvimento municipal e territorial. Os materiais de formação orientam para as ações na propriedade e cooperativa. Entre os objetivos, muito debate e amadurecimento sobre a atuação dos agentes. Neste momento é organizada a primeira coleção de materiais denominados de Cadernos dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento – Série Caderno dos Agentes I, II, III, IV, V, VI, 2006-2010.

De acordo com roteiros de encontros analisados nos materiais de formação, percebe-se o envolvimento nos debates sobre processos de desenvolvimento da Agricultura Familiar, problematizando o uso do crédito dentro dos projetos de vida das famílias e comunidades, por meio da promoção de referências capazes de gerar debates e iniciativas entre os diversos agricultores familiares, cooperativas e entidades.

Estes materiais são disponibilizados até 2014, quando uma nova coleção está sendo implementada.

## **4.2 As Formas de Atuação dos Agricultores Familiares no Programa de Agentes**

Em sua formação inicial, na primeira fase, o agente comunitário recebia orientações técnicas de um diretor da cooperativa e as orientações políticas eram resultado da trajetória do próprio membro, com o suporte das entidades de cada município, conforme a experiência de Capanema, relatada na revista do Programa:

Em 2002, a CRESOL, o SINTRAF (sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar) e a ACAC (associação Central dos Agricultores familiares de Capanema), conjuntamente assumiram a formação dos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito. (CRESOL BASER, 2003, p. 36).

[...]

Em junho de 2002, os agentes iniciaram um processo de debate sobre o cultivo de transgênicos no município de Capanema. Este processo culminou com a apresentação de um projeto de lei na Câmara de vereadores em agosto. (CRESOL BASER, 2003, p. 37).

No Programa executado em Coronel Vivida,

O processo de formação, no período de 1999 a 2001, foi marcado pelo funcionamento do PRONAF. [...] os grupos se reúnem para debater os tipos de projetos, utilizando o instrumento de orientação do Sistema: a cartilha “Orientações para financiamento da Agricultura Familiar”. (CRESOL BASER, 2003, p. 43).

Em Aratiba, no Rio Grande do Sul, os agentes reuniam-se para receber formação com apoio de outras cooperativas e associações.

A COPAAL, CRESOL ADATABI e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais constituem um fórum permanente de debate sobre as ações no desenvolvimento municipal e regional. Aratiba organizou, em 2002, um Fórum Permanente de Formação de Lideranças. (CRESOL BASER, 2003, p. 50).

Já na segunda fase, o Programa era caracterizado por um processo de formação coordenado pela Central Cresol Baser.

A Central dispunha de um membro técnico e um diretor, que realizavam convênios com instituições parceiras como Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), Central Regional Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi), Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), Associação Viannei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde, Centro Viannei de Educação Popular e o Centro de Educação Popular (Cepo) para realizarem as formações aos coordenadores municipais dos agentes.

Foi uma fase de intensificação do debate sobre formação. Deste período foi possível localizar relatórios finais de avaliação dos eventos de formação nas Bases Regionais. Havia apenas uma diretriz orientadora da proposta.

[...] A estratégia de intervenção busca conjugar o direito de acesso a permanência a formação, que ao mesmo tempo seja um instrumento de emancipação dos sujeitos e de valorização da agricultura familiar, enquanto setor estratégico para um projeto de desenvolvimento sustentável, solidário e economicamente viável. (CRESOL BASER, 2005, p. 4).

Na terceira fase, já havia a constituição do Infocos e os processos pedagógicos de formação foram desenvolvidos junto com a área de ações estratégicas, a equipe pedagógica do Infocos e as Bases Regionais.

Cada ator teve um papel dentro do programa, quando a gente percebeu que o espaço de formação de líderes, e não de vendedores tava modificando o programa, foi então chamada de volta pra Central, retomando o debate da reconstrução do programa. Mas em nenhum momento isso foi feito sem a participação das cooperativas e da base, sempre levando em conta todos os aspectos em vários momentos e espaços e o quanto o programa estava sendo importante, em que ele era importante nas cooperativas, que destaques e avanços o programa já tinha conseguido, porque não é possível ter um programa com centenas de lideranças sem mudá-lo, renová-lo. (COORDENAÇÃO 1).

A partir de 2006 em diante, a prioridade foi de propor metodologias e temas que se ajustassem às diferentes realidades regionais, com a discussão dos papéis de cada ator neste processo.

De forma instrucional, foi produzido um *folder* (CRESOL BASER, 2006) que foi divulgado entre as cooperativas, contendo orientações para o conhecimento, divulgação e condução do programa.

Segundo este material, o agente é o associado ou associada que aceita debater sobre a cooperativa e projetos de desenvolvimento. Desta forma, entre as principais atividades está a necessidade de debater sobre a cooperativa e o uso do crédito, o projeto de desenvolvimento sustentável e os princípios que a Cresol defende.

Para ser agente é importante que o associado tenha disponibilidade em participar das reuniões e processos de formação, tenha envolvimento com organizações da agricultura familiar e se disponha a multiplicar em sua unidade produtiva e comunidade os temas e assuntos que sejam tratados durante a sua permanência no programa. O programa tem a duração de três anos, após este período é formado um novo grupo.

De acordo com o Caderno I da Proposta Pedagógica do Programa (INFOCOS, 2006, p. 12), produzida pelo Infocos e Central Cresol Baser, a atuação será visível em três espaços:

a) a Unidade de Produção e Vida Familiar – UPVF. “É onde situa suas experiências de vida, de organização do trabalho, a convivência entre as demais pessoas da família e as relações com o entorno”; b) na comunidade, pois relaciona-se com vizinhos e aquilo que faz, extrapola para espaços

coletivos e; c) na cooperativa e entidades, espaços em que refletem sobre suas necessidades enquanto categoria social: agricultores familiares”.

De acordo com os materiais disponibilizados e as entrevistas coletadas, pode-se afirmar que há uma relação dialógica entre os sujeitos envolvidos na condução e no funcionamento.

As ações do Programa estão distribuídas entre quatro atores de articulação. O primeiro é o Agente Comunitário, o segundo é o coordenador do grupo, o terceiro é o diretor da cooperativa que acompanha o Programa e, por último, o técnico ou técnica da cooperativa que assessora o coordenador durante a execução das ações.

A cooperativa opera o programa como tomada de decisão própria, ou seja, é um programa não obrigatório aos associados. Apesar dos estímulos e solicitação da Central Cresol Baser, da Base Regional e do Infocos, não há nenhum normativo que torne imprescindível a participação no Programa.

Desta forma, quando aceita a proposta, esta cooperativa passa a ser acompanhada e orientada por uma estrutura de apoio, como da Base Regional, Central Cresol Baser e Infocos.

Segundo a entrevista com Coordenação 5, o grupo se reúne aproximadamente oito vezes ao ano, para tratar de assuntos destacados numa programação definida no planejamento na cooperativa e, depois de ser discutido na Base Regional, “estes encontros de planejamento realizam-se nos primeiros meses do ano, que depois são acompanhados pelo coordenador municipal ou da Base Regional”.

O programa é construído respeitando a realidade das bases regionais e como cada base tem o papel e tarefa de animar o trabalho, então cada região foi optando por uma dinâmica diferente. (COORDENAÇÃO 1).

O funcionamento dentro da estrutura entende que a cooperativa, possui uma intenção ao desenvolver este programa, e desta forma, poderá contar com orientação e suporte para garantir sua execução a fim de que atendam aos objetivos.

Assim conseguimos avançar no espaço de debate misto entre o econômico e social, por isso não tiramos em nenhum momento a autonomia na cooperativa e das bases regionais. Por outro lado, o grande papel da Central Cresol Baser e do Infocos é ter uma linha de conduta para o programa e para o sistema com a flexibilidade de que cada cooperativa ou

base possa trabalhar seus temas estratégicos ao mesmo tempo em que os agentes no debate de formação pudessem discutir a sustentabilidade financeira da cooperativa. (COORDENAÇÃO 1).

Segundo o material de orientação pedagógica, as ações de formação realizadas devem unir “os conhecimentos situados nas experiências de vida à reflexão e tem como compromisso gerar alternativas nos projetos de vida dos agricultores e das agricultoras” (INFOCOS, 2006, p. 47), utilizando-se de formas diversas em que considerem as “pesquisas, seminários, intercâmbios, oficinas e planejamentos com os diversos segmentos”. (Idem, ibidem, p. 47).

Entre os eixos propostos para o trabalho de formação, os principais temas são agricultura familiar, cooperativismo solidário, desenvolvimento, sistemas de produção alternativos e da agroecologia, funcionamento do crédito, das relações sociais e culturais com os temas de Gênero e Geração. (INFOCOS, 2006).

### **4.3 O Programa de Agentes da Cresol Francisco Beltrão**

Ao selecionar os associados, o Programa avisa: “Agricultores familiares, sócios da cooperativa e com vontade de participar”. Este é o requisito mínimo solicitado pela direção para a comunidade indicar o seu representante.

Se o indicado for uma mulher ou jovem, “é algo que gostamos muito, porque vai abrindo espaços para a participação de segmentos que precisam participar mais da cooperativa”. (COORDENADOR 5).

O Programa de Agentes é desenvolvido pela Cresol Francisco Beltrão desde 2003. A cada três anos, um novo grupo é organizado. Entretanto, alguns são reconduzidos para a função pela comunidade.

A Cooperativa espera que estes “envolvam-se com as organizações da agricultura familiar, contribuindo com os debates, se colocando à disposição”. (COORDENAÇÃO 3). Assim, a cada período, novos agricultores passarão pela formação, ou seja, mais associados tomarão conhecimento dos assuntos e informações a respeito da cooperativa.

O grupo selecionado para este estudo foi eleito em 2012, durante as ações de pré-assembleias. De acordo com as entrevistas dos membros da coordenação da

cooperativa, o programa sempre respeitou a indicação da comunidade na escolha de seus representantes.

No mês de março de 2015, por meio de um questionário fechado realizou-se o levantamento de informações preliminares socioeconômicas que permitissem depois avançar nas entrevistas.

A partir desta inserção inicial, foi possível observar que, em 2015, grupo é formado por 30 associados, destes, 25 são homens e cinco são mulheres. Entre o quadro social da cooperativa esta distribuição desigual entre homens e mulheres também é percebida, com 72% de homens e 28% de mulheres, explicitando, mais uma vez, o quanto o espaço público precisa ser desenvolvido para a participação feminina na cooperativa.

A idade média destes agentes é de 49 anos, sendo que nenhum tem idade até 29 anos, faixa etária de corte para aplicação de políticas públicas para jovens, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Dos trinta membros, vinte são proprietários de terras e dez são arrendatários, moram em terra coletiva ou junto com pais ou irmãos. Em nenhum momento nas entrevistas o tema da falta da terra pareceu ser atraente aos pesquisados, como também não faz parte dos temas propostos para a discussão do grupo durante a formação.

Nas unidades de produção a mão de obra é familiar e, em sua maioria, resume-se ao casal. Neste grupo, 95% são casados e com filhos e apenas em seis famílias, os filhos ainda estão trabalhando na lavoura junto com os pais, ou seja, a maioria dos filhos destes está trabalhando e/ou morando na cidade, exercendo outras profissões.

Durante os diálogos mantidos com algumas das famílias durante as entrevistas (as que possuem os filhos em casa), observou haver uma preocupação com o futuro dos filhos e que, preferencialmente, gostariam que os filhos pudessem continuar a cuidar da propriedade. Foi observado também que, em duas delas, os filhos já executam funções de condução e autonomia de sua área de terra, mesmo que sob propriedade do pai ou mãe.

A principal atividade produtiva é a produção de leite e derivados, grãos, integração de aves/perus, embutidos e turismo rural. Em 20% das famílias, a renda principal vem da produção da venda de produtos como queijo, salame, verduras,

frutas ou turismo rural. Os outros 80% têm sua renda oriunda exclusivamente da produção de grãos e/ou de leite.

Ao observar os dados do Infocos (2015), 23% dos recursos de investimentos do Sistema Cresol destina-se ao financiamento de matrizes de leite, e 3% a equipamentos de manejo.

No caso das cooperativas do Sudoeste, este percentual vai para 25% na aquisição de matrizes de produção de leite e 5% para equipamentos como ordenhadeiras e resfriadores. Observa-se que a renda gerada pela produção leiteira contribui para manutenção das famílias por garantir renda líquida mensal sem enfrentar as baixas devido a sazonalidade de safras de grãos.

No caso de atividade anterior à agrícola, 80% dos agentes sempre foram agricultores e em 20% dos casos exerceram atividades urbanas e voltaram intencionalmente para a unidade produtiva para trabalhar. Considerando os membros do grupo, 30% têm o segundo grau ou ensino médio completo e os outros 60% fizeram somente o primeiro grau ou ensino fundamental e 10% têm apenas o ensino primário.

Quando decidiram se associar, 40% deles fizeram porque foram convidados por outro agente da cooperativa, 30% porque foram convidados por outras pessoas, lideranças dos movimentos sociais ou comunitárias, e 30% associaram-se por iniciativa própria. Além disso, 95% dos agentes são sócios a mais de dez anos.

Este fator de tempo de sociedade permitiu durante as entrevistas ser compreendido como resultado da trajetória organizacional realizada nos primeiros anos da Cresol, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Assesoar. Desta forma o comprometimento alicerçado durante os anos anteriores se estende na forma do trabalho como Agente Comunitário, pelo reconhecimento de sua comunidade ao indicá-lo.

Entre os eles, 8% possuem negócios e movimentações com outras instituições financeiras ou bancos oficiais. Sobre a participação em outras organizações, 80% participa da associação comunitária, 5% são sócios de outras cooperativas de produção e 30% são associados de organizações representativas da agricultura familiar, como os sindicatos.

Há uma constante ligação do Agente com as suas comunidades, principalmente observado pela participação na associação comunitária.

A partir dos questionários fechados entregues a todos os membros do grupo, ficou evidente que há participação nas demais organizações socioeconômicas ou representativas da agricultura familiar: 25 afirmaram se envolver em associações comunitárias, 8 no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 3 participam em grupos de mulheres, 6 em outras cooperativas de produção e comercialização e 6 em nenhuma outra organização. Somente 1 deles participa no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e outro na Rede Ecovida de Agroecologia.

Questionados se desejavam permanecer como agentes, apenas 5% manifestou desinteresse. Ou seja, 95% deles desejariam continuar atuando em sua comunidade após este período.

Nem todas as comunidades possuem um Agente Comunitário de Desenvolvimento. Segundo a direção da cooperativa, não ocorrem reuniões de pré-assembleia em todas as comunidades. Assim, em alguns casos, as reuniões agregam duas ou três comunidades e é escolhido um representante por pré-assembleia. Contudo, como as comunidades têm poucos associados e estas são próximas, um mesmo agricultor representa mais de uma comunidade.

Apesar de preliminares, estas informações contribuíram para conhecer melhor o grupo e buscar confirmar algumas informações durante as entrevistas, uma vez que os fatores idade, tempo de associação na cooperativa e distribuição geográfica foram utilizados para a escolha dos entrevistados.

Entre as ações pertinentes ao grupo, estão a participação nas reuniões de formação, organizar as reuniões comunitárias para repasse de informação dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, e ainda uma das mais relevantes é a organização da comunidade para participar da pré-assembleia.

Estas são reuniões preparatórias, realizadas nas comunidades dos associados, para que no dia da Assembleia Geral, os assuntos já estejam mais bem discutidos e possam ser legitimados.

#### **4.4 Percepção dos Agentes sobre o Cooperativismo Solidário**

Os dados correspondem ao resultado coletado com as entrevistas. A exposição do roteiro de respostas e das análises será realizada sob a luz das três categorias inicialmente abordadas neste trabalho do cooperativismo da agricultura

familiar e de economia solidária: a solidariedade, a autogestão e o desenvolvimento sustentável.

O roteiro básico da entrevista buscou elementos em que os agentes pudessem expressar a sua percepção sobre o papel do Programa para fornecer os elementos necessários à interpretação dessas três noções.

Mesmo que os resultados não revelem o pleno exercício das categorias analisadas, a proposta deste trabalho é observar em meio às dificuldades, aos desafios e contradições, as contribuições ocorridas por meio do trabalho desenvolvido.

Destaca-se que estes resultados refletem um recorte, dentro do processo, que como dinâmica social, é inconstante, mutável e passível de reinterpretções, pois a construção de um cooperativismo alternativo, com base na solidariedade, é fruto de um fazer e refazer constante, em que avaliações e análises, podem apontar novos horizontes.

#### 4.4.1 O Programa de Agentes e a Solidariedade

A solidariedade surgida da crise do modelo capitalista de produção e da piora das condições materiais da vida dos trabalhadores pelo processo histórico da exploração a que foram submetidas às nações em períodos coloniais e neocoloniais, surgida num momento que a crise política de luta da classe trabalhadora padece por novos métodos, vê na economia solidária a possibilidade de reinventar o futuro, sem com que se precise seguir modelos, mas sim com base na alternatividade. (CRISTOFFOLI, 2007).

A solidariedade que constrói a unidade entre os sindicatos, as organizações e movimentos sociais, braços de organização política, além da cooperação apenas econômica, na perspectiva da luta, mas que propõe desenvolvimento em que o espaço, é a comunidade.

Me associei porque eu como agricultora sei que não somos nada sozinhos. Não conseguimos nada. Tudo o que temos de direitos hoje, é porque estamos organizados no sindicato e na cooperativa. Não adianta. (AGENTE 5, Agricultora, 56 anos).

Rufino (2007, p. 100) afirma que é a solidariedade que pauta a relação da cooperação, a democracia nas relações econômicas, políticas, culturais e ecológicas na busca por um desenvolvimento ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

Para Laville (2008), essa democracia está intimamente ligada à concepção da solidariedade utilizada na condução de debates ideológicos sobre o desenvolvimento.

Mesmo de maneira alusiva, é necessário aqui sublinhar a dimensão propriamente política da solidariedade operária e do seu ideal associacionista (CHANIAL, 2000). A questão social, da qual a miséria operária é apenas um aspecto, é antes de tudo, uma questão política. (LAVILLE, 2008, p. 24).

Somente após o final do século XIX que, na França, a concepção de solidariedade, como forma de reconciliação dos direitos individuais e responsabilidades do Estado, passa a ser defendida por políticos, juristas e sociólogos.

A concepção da solidariedade derivada da tomada de consciência da luta da agricultura familiar aparece em depoimentos colhidos nas entrevistas. Esta percepção se constrói a partir de reflexões teóricas em reuniões de formação e das ações de envolvimento destes com a cooperativa.

Tais lutas se tornam também um canal de aproximação destes agricultores ao debate sobre as políticas públicas do Estado para o crédito rural.

Os agentes são sempre convidados pras manifestações, pras lutas e pras reuniões que temos da agricultura familiar, e se possível, pedimos sempre a eles que tragam mais vizinhos junto (COORDENAÇÃO 3).

A ideia de pertencer a uma cooperativa como instrumento de inclusão socioeconômica despertou de maneiras distintas entre os consultados. A maioria dos agentes é associada na cooperativa a mais de dez anos.

Quando questionados como começaram a se envolver com a cooperativa, cinco afirmaram que foram convidados por agentes da própria comunidade. “Na época aqui era o (nome do agente), que mora logo ali em baixo, era ele o agente. Daí ele teve aqui e eu associei”. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

Isso foi lá em 1997, quando era em Marmeleiro e eu pegava dois ônibus pra ir lá. Nós decidimos se associar na Cresol, porque nós não tinha outra saída. Se não fosse a cooperativa nos já tinha vendido tudo e ido pra cidade. Nós não tinha condição de comprar semente e insumo pra plantar. Decidimos que a gente ia fazer mais um teste e naquele ano deu certo. Nós pagamos as contas e sobrou dinheiro. (AGENTE 12, Agricultora, 60 anos).

Dos entrevistados, 12 afirmaram que buscaram na cooperativa a possibilidade de acesso aos recursos financeiros. Delgado (1985) aponta que nas políticas públicas de crédito rural, as modalidades de pequena agricultura, inexistiam como proposta a ser estimulada no projeto de desenvolvimento nacional e isto era sentido pelos agricultores que inicialmente buscaram a Cresol.

No Banco do Brasil, a dificuldade era maior, principalmente para fazer investimento. Fazia né, porque financiava a lavoura lá e tal. Mas a Cresol, informada por eles que era mais fácil, convidaram, daí a gente acabou participando ali e daí depois fomos só trabalhando com a Cresol. (AGENTE 1, Agricultor, 53).

Entre as respostas sobre o porquê buscaram a cooperativa, houve 11 afirmações de que a Cresol atendia os “pequenos”, termo que se refere aos pequenos agricultores, hoje também denominados de agricultores familiares, por entender que a cooperativa é um espaço de cooperação.

Na Cresol, me associei em 2004. Faz uns 10, 11 anos. Associei por que achei que era uma coisa boa. Que a cresol ajudava, que a cresol tava mais apar dos agricultores. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

Me associei em meados de 2005, porque a minha filha falava que tinha a Cresol, a cooperativa dos agricultores. Já no ano seguinte abriu o Curso de Cooperativismo. E eu fiz. Nossa, como foi bom! Aprendi o que é cooperativa, pra que serve, como ela funciona (AGENTE 5, Agricultora, 56 anos).

A tomada de consciência da necessidade de buscar o crédito em uma organização cooperativa estava presente nos interesses de boa parte dos entrevistados, mas um elemento chamava mais a atenção.

O fato de que a cooperativa se apresentava com uma identidade comum a todos eles: “cooperativa para os pequenos” (AGENTE 3); “cooperativa dos pequenos” (AGENTE 10); “os pequenos não tinham acesso em outros bancos” (AGENTE 13); “nós era pequeno, e tava endividado” (AGENTE 16); “porque como agricultor, sei que não somos nada sozinhos” (AGENTE 5).

Buscando a solidariedade coletiva, há um desejo da coordenação para que estes também participem em outras organizações da agricultura familiar. Isso ficou visível pelo estímulo que a coordenação desenvolve para que estes membros se envolvam com as feiras, cooperativas de outros ramos, reuniões do sindicato, entre outros.

De acordo com Coordenação 3, “nos diversos eventos que são organizados pelas outras organizações, nós convidamos, e em dependendo da relevância, os agentes são convocados a participar”.

Nós entendemos que ele não é agente só da Cresol, ele pode ser agente do sindicato, da cooperativa de comercialização, da comunidade, porque sabemos que a Cresol tem uma função econômica no crédito e outras organizações tem a sua, de organização. (COORDENAÇÃO 3).

Na proposta pedagógica de trabalho, o espaço de interação e desenvolvimento da ação se estabelece na unidade produtiva, na comunidade, na cooperativa ou outras entidades, e ainda, nas famílias e grupos sociais em que se relaciona. (INFOCOS, 2006).

Contudo, a participação em outras organizações coletivas teve um resultado bastante modesto. Dos 16 entrevistados, um entrevistado afirmou:

Sou sócio do sindicato, sou sócio da associação na comunidade, participo de todas as reunião do movimento sindical, eu sempre vou na reunião. Sempre fui de estar envolvido na Coopafi. Na reunião fiquei sabendo de um curso da Emater, daí fiz também porque achei o assunto importante. (AGENTE 6, Agricultor, 45 anos)

Outros 8 entrevistados afirmaram ser sócios de outras cooperativas e organizações, mas com pouca participação nas reuniões. Quando questionados, porque não participam mais, as respostas foram de que “falta tempo”, “não ficam sabendo quando tem reunião”, ou que a cooperativa ou organização em questão não entra em contato, quando há eventos.

A consciência de coletividade e do serviço coletivo está mais visível entre os associados mais antigos, fato observado pelos entrevistados Coordenação 3 e Coordenação 5.

Segundo eles, durante as pré-assembleias, a maioria dos associados mais novos não se coloca à disposição, sendo que a responsabilidade com o coletivo acaba sendo assumida pelos associados que já viveram as situações ou

dificuldades pela ausência de políticas públicas para os agricultores familiares. Tornar o agente um associado mais crítico, consciente e coletivo é um papel da formação executada durante os três anos em que ele participa do Programa.

A socioeconomia solidária conjuga de forma inovadora os dois sentidos do aspecto econômico: o substantivo e o instrumental. Não se trata apenas dum cruzamento de lógicas da competição e da solidariedade, mas da reformatação da lógica mercantilista numa nova lógica econômica que amalgama o econômico e o social. Ela é uma economia dinâmica e inovadora que também possibilita uma reforma social, em direção a uma sociedade justa. (LISBOA, 2005, p. 114).

Há, neste contexto, a percepção de que participar não é apenas estar associado na organização coletiva. Estar associado é um processo burocrático de cadastro. Participar remete a ação de estar envolvido aos momentos em que a instituição, neste caso, a cooperativa, conta com a presença e voz de seus associados para definições. A dimensão da participação se destaca na manutenção dos mecanismos de decisões coletivas e organizadas pelo conjunto dos associados. Num processo de busca da participação dos associados, a forma como se estabelecem os elementos constituidores desta ação interfere diretamente nos seus resultados.

Abramovay (2010, p. 276) discorre sobre o fato de que “o poder não depende apenas de eleições ou de controles legais institucionalizados”, mas de um conjunto de práticas desenvolvidas ao longo da vida em sociedade que outras instituições operam na condição de agenciar as demandas e questões sociais ligadas ao desenvolvimento em que haja a participação da sociedade.

O controle (“*accountability*”) vertical materializado nas eleições e o controle (“*accountability*”) horizontal expresso no sistema de *checks and balances*, constituído pelas relações entre os diversos poderes do Estado e do Governo são nitidamente insuficientes para promover a participação democrática. As sociedades contemporâneas desenvolveram um controle societal que é “não eleitoral, ainda que baseado num mecanismo vertical de controle, que repousa sobre a ação de múltiplas ordens de associações cidadãos e movimentos, da mídia, ações que têm o objetivo de expor os erros do governo, trazer novas questões à agenda pública ou ativar a operação das agências horizontais”. (ABRAMOVAY, 2010, p. 276).

Esta busca pela participação em organizações coletivas ressurgiu como uma função social em que o desafio é criar organizações democráticas, inventando novas possibilidades do povo se organizar, conhecendo instrumentos de gestão,

estabelecendo uma nova ordem, em que os indivíduos desfrutem da condição consciente da escolha, que passa pela construção de novas formas de aprender, participando, compreendendo os problemas que impedem a justiça e solidariedade. (GHON, 1992).

Questionados sobre o porquê aceitaram fazer parte do grupo, para a grande maioria ela é vista como prestígio junto à comunidade, era o desejo de ajudar, porque entendiam que poderia fazer um bom trabalho. Este trabalho contribui para fortalecer o papel de liderança que muitos já possuem junto à comunidade.

O agente da comunidade antes de mim deixou de ser agente, porque não tinha tempo, então (antigo agente) ele falou se eu quisesse, e eu aceitei. Eu sempre achei que era uma coisa boa. Mas pra deixar certo, nos fizemos na pré-assembleia e foi feito votação. A comunidade aceitou. Daí fomos pra Cresol. (AGENTE 11, Agricultor, 46 anos).

A comunidade torna-se no ambiente coletivo e de construção da referência para a liderança.

Quando tem as reuniões, eu saio para entregar convites nas casas. Antes eu e minha esposa fazíamos os convites e saia distribuindo, hoje a Cresol já imprime e nós só entregamos. De casa em casa. Divulgar as reuniões, que tem pré-assembleia, assembleia, reunião de custeio ou outras reuniões na comunidade ou que a Cresol chama os sócios. Tem também o repasse de alguma informaçãozinha que me pedem sobre a cooperativa. Alguma coisa a gente sabe, outras se não sei peço pra passarem na cooperativa, ou eu mesmo vou lá, peço como funciona e depois passo na casa do sócio explicando. (AGENTE 11, Agricultor, 46 anos).

Preocupam-se também em receber informações e repassá-las adequadamente aos seus pares, caracterizando a identidade com os outros agricultores e a consciência da responsabilidade diante do espaço ocupado.

Têm muitos assuntos mais voltado à Cresol, mas também para nossa formação pra nós saber o que fazer aqui no interior. Nós somos o elo de ligação, então nós temos que trazer informações e divulgar. Tem muito sócio que não se dá ao trabalho de ir lá na Cresol. E se perguntam pra gente, nos temos que saber (AGENTE 11, Agricultor, 46 anos).

Para Lechat (2002), o envolvimento com a comunidade é capaz de aferir ao empreendimento solidário, o comprometimento e a vontade política de transformação das relações sociais e, por consequência, da sociedade (LECHAT, 2002, p 132).

Tem gente que marca pra fazer outras coisas naquele dia, daí, ficam apertando o horário. Eu vou e se tiver que ficar até o final do dia pra mim tá tudo bem. Me programei pra fazer isso, porque sei que depois aqui na comunidade, eles vão pedir, e se eu não souber, fica feio e não é certo (AGENTE 7, agricultor, 49 anos).

Quando tem reunião na comunidade, afinal é uma coisa de bem que se passa lá, a gente é responsável. E vai lá no sócio pergunta, tenta ver se a gente consegue outros sócios. Tem gente que quer entrar e meu serviço é este, entregar os convites pras reunião. Tudo que aparece diferente saio entregar e dá uma conversada (AGENTE 10, Agricultor, 57 anos).

Eu levo os aviso das pré-assembleia, venho nas reunião todo mês. Explico pros outros associados como é que funciona a cooperativa. (AGENTE 5, Agricultora, 56 anos).

A gente se esforça bastante, passa os recado, que a gente recebe lá e tudo. Até tento fazer algumas reuniões, quando tem necessidade eu faço. Daí a gente faz assim, tipo as reuniões ali na comunidade. Depois da celebração ali na capela, a gente reúne ali o pessoal e faz uma reunião. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

Dentre as várias observações realizadas durante as entrevistas, há a percepção de que o grupo também é espaço de formação de amizades, do bom convívio e lazer.

Os encontros são bons, muito bons, desde que seja bem participativo. Que nem fim de ano tem confraternização com as famílias dos agentes, daí a gente faz amizade com as famílias dos outros agentes. Que daí tem feito a confraternização. De manhã tem palestra que é bom. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

De alguma forma, as famílias dos agentes acabam sendo influenciadas. Durante as reuniões nas unidades produtivas, toda a família se empenha, seja na demonstração das ações produtivas, seja no preparo da alimentação.

Nós já fizemos uma reunião aqui em casa e como eu produzo orgânico, eles perguntavam, tinham curiosidade. Depois na hora do almoço, com a mesa farta a gente sente-se bem por poder compartilhar aquilo que produz. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Outra situação percebida durante as entrevistas foi o fato de que os entrevistados (e entrevistadas) sentiam orgulho de que o outro integrava o grupo de agentes da Cresol. Em nenhuma entrevista houve a observação ou reclamação pela ausência.

Ali a gente fez amigos, por exemplo, nós fizemos a última em novembro e agora só em final de fevereiro. Eu já tava com saudades de rever os outros, da gente conversar e saber como as coisas estavam andando. Gosto também sobre as informações da cooperativa. Assim sabemos como ela

está e quando um associado vem falar com a gente, podemos dizer o que sabemos. (AGENTE 5, Agricultora, 56 anos).

É um dia que nos reunimos e ficamos sabendo as notícias do município inteiro, o que tá acontecendo, a gente conversa com todos eles e tem a hora de cada um colocar os problemas que tem na comunidade, qual é a dificuldade que tem. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

Durante as reuniões, foi possível observar que há tranquilidade em trocar ideias e informações entre os membros do grupo. Por diversas vezes o clima demonstrava ser de descontração, mesmo durante os trabalhos de estudo.

Têm cursos que ficamos sabendo no encontro de agentes. Então, daí temos ideia do que a gente pode fazer, como eu dei o nome pra fazer um sobre queijo, que nós gostamos de fazer. Na verdade, é bom a gente aprender sempre mais. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Nas reuniões a gente vê que todas as comunidades passam pelas mesmas dificuldades que a gente. Daí a gente troca ideia, conta umas piadas, fica divertido, mesmo quando é de algum problema. Porque fazer o que né? Chorar não dá. (AGENTE 13, Agricultor, 50 anos).

Apesar de serem indicados pelos pares, foi possível diagnosticar que alguns associados não consideram o trabalho importante e, por isso, pouco solicitam ou valorizam a sua presença.

Alguns a gente até tenta conversar, mas o pessoal não é fácil, o pessoal não liga muito pra gente. A gente se esforça bastante, passa os recado, que a gente recebe lá e tudo. Até tento fazer algumas reuniões, mas quando tem necessidade eu faço, mesmo que dê pouca gente. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

Os agentes são demandados a realizar reuniões em suas comunidades ou, ainda, que possam reunir em suas propriedades para os dias de demonstração. Contudo foi possível observar que eles não se sentem à vontade para executar a ação.

A gente, às vezes, vem de lá com alguma informação. Aí se os associados não entendem, a gente fala que deve ir lá na cooperativa. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

Aqui da comunidade os associados nem procuram a gente, porque é perto. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

Os mais simples e pequeno ainda se sentem intimidados de chegar na Cresol. Eles primeiro pedem pra gente que é agente. Já os grande nem querem saber da gente, vão lá e fazem o financiamento deles. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Esse último relato apresenta o fato de que os agricultores menores buscam as informações com o agente. Entretanto, os agricultores mais capitalizados desconsideram este canal de comunicação entre cooperativa e sócio.

Eu sei que têm muitos sócios que fazem de conta que nem sou agente. Mas se me perguntar alguma coisa, posso até não saber, mas me esforço bastante pra entender das coisas na reunião. Quando falam mal da Cresol perto de mim, dói bastante, mas também não quero arrumar inimizade com vizinho. Pra mim tá bom então. (AGENTE 12, Agricultora, 60 anos).

Outras situações observadas em suas falas dão conta de perceber que os agentes ouvem as reclamações a respeito da cooperativa, mas que nem todos estão preparados para receber esta informação e, até mesmo, justificar ou reorientar se necessário. Esta é uma função atribuída a eles, de acordo com a coordenação.

Os sócios que reclamam, é complicado. A gente defende uma bandeira e às vezes o sócio defende outra. Às vezes, a gente tem que engolir algum sapo, pra não dar discussão. Têm uns aí que devem um pouquinho. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Olha tem uns que, sabe né. Querem uma coisa muito diferente. Por que têm os banco (nome dos bancos) são tudo meio parecido, que diferença faz? Eu até explico, e se tem alguma coisa que a gente não consegue explicar, que então chega no presidente, não fica escutando boato de vizinho, porque banco é tudo a mesma coisa. Vai na Cresol, como sócio você tem direito de conversar. (AGENTE 10, Agricultor, 57 anos).

Há uma situação recorrente em meio aos sócios de cooperativas de crédito, em chamá-las de *banco*. Nos casos em que o relacionamento entre cooperativa e sócio é apenas comercial ou financeiro, não estabelecem uma relação de pertencimento ou de compromisso com a cooperativa que também é dele.

Teve um dia ali que eu fiz uma reunião daí eles começaram a reclamar, mas eu não tinha culpa das coisas. Porque tinha que renovar o cadastro, eles ficaram meio assim por eu não saber. Eu falei que tem que fazer, porque todo mundo renova, né. Qualquer coisa hoje em dia tem que renovar sempre, né, pra ficar melhor também assim pra trabalhar melhor. A daí eles se conformaram e ficaram quietos. Ah, mas daí o povo é assim mesmo. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

Quando eles vêm reclamando a gente filtra, porque a gente conhece a situação de cada um, né. Então a gente tanto conhece a situação de cada um como conhece a situação da Cresol. Na verdade, a parte ruim, ou ele tá saindo de sócio, ou alguém que deve na Cresol, que geralmente sai falando mal. Esse tipo de coisa dificilmente a gente leva pra frente. (AGENTE 1, Agricultor, 53 anos).

Outras reclamações recebidas pelos agentes dizem respeito a alguns debates sobre o público da cooperativa:

A cresol sempre trabalhou para os pequenos, foi criada pelos pequenos, mas ultimamente, os pequenos é que tem saído, é muita taxa disso, taxa daquilo. (AGENTE 15, Agricultor, 30 anos).

No começo quando começou, era pra ajudar os pequenos. E nos sabia o que estava fazendo. Hoje têm os grandes, e eles chegam lá e financiam. A Cresol atende e não faz mais o trabalho com os pequenos. Isto a gente discute, aparece nas conversa com os sócios, eles percebem isso. Só que a gente não fala com a direção sobre isso, é entre os associados e entre nós agentes, às vezes. (AGENTE 10, Agricultor, 57 anos).

Em seus documentos e materiais pedagógicos, a abordagem se estabelece para o agricultor familiar. Contudo, de acordo com informações coletadas junto à cooperativa, muitos associados durante o período de acesso ao Pronaf foram capitalizando-se, de forma que ou estão no limite dos valores ou necessitam operar com outras linhas como Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp).

Quando têm as coisas da cresol, a gente convida quase tudo, fica algum que não acha em casa, mas os pequenos vão, entendem do que a gente tá falando, quando tem alguma atividade pra fazer, pra gente se unir. Os grande nem se importam, conversam, mas a gente sabe que eles nunca vão. (AGENTE 14, Agricultor, 44 anos).

Os agentes têm a percepção de que “os grandes” se referem aos agricultores mais capitalizados ou associados que se relacionam com a cooperativa apenas como uma instituição financeira, não implicando no sentimento de pertencimento ou solidariedade coletiva.

Neste sentido, as contribuições dos depoimentos deixaram transparecer que este sentimento é mais presente entre os agricultores familiares de menor estrutura econômica e produtiva, e estes sentem que a cooperativa passou a atender outros agricultores mais capitalizados, gerando desconforto entre eles.

#### 4.4.2 O Programa de Agentes e a Autogestão

De fato, em muitos autores fica claro que a autogestão não é a categoria determinante dos modelos comprometidos com a solidariedade. Porém, como afirmado por Dourado (2004), pode haver autogestão sem solidariedade, mas não

há solidariedade sem autogestão, opinião esta reforçada por Lisboa (2005), que admite que a autogestão qualifica a ação democrática da economia solidária.

Porém, só autogestão é insuficiente para definir o “caráter solidário de uma atividade econômica”. (LISBOA, 2005, p. 1).

Com as cooperativas, a autogestão se constitui em uma prerrogativa estatutária. Contudo, como afirma Raffestin (1980), o poder não se manifesta pelo que está instituído, mas por ocasião de sua manifestação nas relações, dos processos de comunicação entre os sujeitos instituídos ou não e a forma como se define as decisões da cooperativa, ela representa como ocorre a distribuição do poder.

De acordo com as entrevistas e a leitura de relatórios e documentos sobre a formação do Sistema Cresol, há a adoção de uma estratégia política em manter a autogestão das cooperativas pelos agricultores familiares.

Entretanto, através das entrevistas fica a constatação de que há a necessidade cada vez maior de formação de todos os níveis de cooperados para que esta seja uma realidade plena.

Os associados de uma instituição financeira do porte da Cresol Francisco Beltrão enfrentam um grande desafio em sua busca pela autogestão.

O sistema financeiro é uma área dominada pelos grandes bancos e normatizado pelas leis do Estado, que estabelecem um sistema de fiscalização e controle altamente burocrático. Assim, de acordo com as entrevistas dos coordenadores é possível perceber que o Programa de Agentes busca a formação de novos quadros que possam assumir funções na direção da cooperativa, mas também a formação de associados com conhecimentos suficientes para contribuir na gestão da cooperativa, mesmo não assumindo cargos específicos na diretoria.

Nós nem sempre sabemos de tudo, mas depois que o associado aceita ser agente, ele vai conhecendo melhor, não só pra ser diretor, mas para ser um cooperativista de verdade. (COORDENAÇÃO 6).

A intenção é preparar pessoas, buscar, descobrir estes talentos pra que possam vir a contribuir com as futuras direções da cooperativa e das outras entidades. Desta forma é necessário dedicar tempo para as reuniões, viagens e estudos. (COORDENAÇÃO 2).

Temos um objetivo bem claro, que é preparar os futuros dirigentes, não só da Cresol, mas das outras entidades da agricultura familiar. (COORDENAÇÃO 2).

Entretanto, os agentes também têm consciência da oportunidade ofertada pelo Programa, para aqueles que almejam assumir algum cargo na diretoria, pois

em algumas entrevistas foi possível coletar as seguintes opiniões: “Me tornei agente, porque eu era o suplente, e o agente antes subiu de cargo, virou diretor” (AGENTE 9); “Eu sei de agentes que foram agentes é hoje é diretor, tipo o [nome do diretor]” (AGENTE 7); “Eu sei que pra ser diretor é bom que tenha sido agente, senão como aprender tudo de uma vez?” (AGENTE 4); “A Cresol prefere que pra ser diretor tenha sido agente” (AGENTE 1); “Eu sei que depois de ser agente, se quiser dá de ser diretor, mas não penso nisso, só que a gente pode aprender bastante” (AGENTE 5).

Enquanto esta oportunidade de atuar como diretor não chega, todos têm ampla compreensão de que o Agente Comunitário é uma forma de aproximação da direção com os associados, porque em sua totalidade, ao serem questionados sobre o que é ser agente, 14 entrevistados responderam o mesmo: “O agente é um elo entre a cooperativa e a comunidade”.

O diferencial veio em um entrevistado que afirmou ser o espaço de informação sobre a cooperativa, sendo que outro deles afirmou de que é a forma de conhecer o que acontece com a cooperativa.

Têm ações que como grupo que eles desenvolvem conta muito, como o relacionamento direto lá na comunidade, e ao mesmo tempo eles têm livre acesso na cooperativa, por meio das reuniões para expressar o que escutam, trazer informações do meio dos cooperados, como também levar da cooperativa. (COORDENAÇÃO 3).

Segundo Coordenação 1, a flexibilidade de normatização nas cooperativas de crédito é de apenas 15%, pois as demais normas são definidas pelo Banco Central. Mas não são estas normas que impossibilitam a cooperativa de realizar o trabalho de base e ouvir seus associados.

Assim, os agentes e a diretoria têm um papel estratégico de organização de processos de democratização das informações sobre a prática cooperativa. Coordenação 5 e Coordenação 2 afirmaram que esperam que os agentes possam contribuir para as ações da cooperativa e que estes sintam-se estimulados a fazê-lo, ao ouvirem os associados e explicar a eles sobre o funcionamento de normas internas.

As reuniões servem pra gente ficar sabendo das informações sobre a cooperativa. Se a gente não participasse das reuniões como é que a gente

ia ficar sabendo, daquilo que passa lá todo mês. Não tem como a gente ficar informado de tudo aquilo. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

[...] tem muita coisa, né, que a gente conversa neste dia. Apesar de ter um momento de formação mesmo, e acho assim, mesmo que o que é bem importante né, é o informativo que é feito da Cresol. Porque senão a gente não tem argumento pra passar pros associados. Então isso que é importante, que quando a gente sai de lá, a gente sai sabendo o que dizer. (AGENTE 1, Agricultor, 53 anos).

Acho que seria bom todos os associados saberem, [dos dados financeiros] porque boato sempre vai ter. (Agente 8, Agricultor, 46 anos).

De acordo com Coordenação 1, desde que foi constituída a Cresol sempre cumpriu com as normativas e faz questão de manter tudo de forma a cumprir com a legalidade, mesmo que para isso tenha que discutir e solicitar prazos aos órgãos reguladores para os ajustes.

Das coisas que a gente fica sabendo, até mesmo aquele montão de leis, que a gente não decora. Mas, acaba conhecendo um pouco, porque os diretores falam que tem coisas que não dá de fazer porque o Banco Central não deixa. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

Uma abordagem que ficou explícita nas entrevistas é a satisfação que os associados possuem pelo diálogo que se dá de um agricultor com outro, por meio da direção da cooperativa. As conversas internas sobre a cooperativa e como ela funciona acontecem com mais naturalidade e isto estimula a conversa e a participação dele no empreendimento solidário.

Eu não tenho relação com outro banco, mas eu chego na Cresol e se eu tiver algo pra falar com os diretores liberados que eu ouço como agente, eu já chego na mesa deles, senão espero um pouco até eles atenderem. Daí conversando, falo que tenho algo a dizer e eles pedem que eu sente e a prosa sai. Me sinto ouvido por eles. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Os agentes expressaram saber que a base social (os associados) gostaria de um maior contato com a direção da cooperativa. Mesmo que nos depoimentos tenham afirmado que os colaboradores da cooperativa atendem bem e são gentis, eles sentem a necessidade da maior proximidade com os diretores, pois, sendo estes agricultores como eles, os associados se sentem mais seguros e têm maior facilidade para expor as suas dúvidas, demandas ou contribuições.

[...] talvez era importante alguém da direção deixar um dia por semana, só pra receber o associado, em receber, conversar, repassar a informação de como que tá a parte financeira da cooperativa. Que quem quer saber alguma coisa vai lá e conversa. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

Na nossa região é a Geovana, que atende os contratos. Mas mesmo depois que gente fala com o analista, eu converso com o presidente. A gente conversa sobre coisas da cooperativa e da vida, o que tá fazendo. (AGENTE 1, Agricultor, 53 anos).

Os agentes levam e trazem informações, mas também são demandados a sugerir ideias sobre possíveis melhorias. Todos são consultados e informados de que a decisão por participar do programa é uma responsabilidade, não somente de futuro, mas também durante o período que participam do programa.

O agente comunitário é mais uma das formas que a gente precisa manter para ser uns dos instrumentos de controle social para dialogar com minha base. Quais os canais que eu tenho pra dialogar, que não é a ouvidoria? Penso sempre que gerar instrumentos de controle social é garantir vida longa ao sistema. (COORDENAÇÃO 1).

De acordo com as informações coletadas junto aos membros da organização e coordenação do Programa, este tem entre suas finalidades a formação de lideranças para o cooperativismo solidário e para as organizações da agricultura familiar, tornando-se um espaço de diálogo entre o sócio e a direção, de modo que haja uma maior proximidade.

Têm ações que como grupo que eles desenvolvem conta muito, como o relacionamento direto lá na comunidade, e ao mesmo tempo eles têm livre acesso aqui na cooperativa, aonde ele pode trazer informações do meio dos cooperados, como também leva daqui. (COORDENAÇÃO 2).

A autogestão da cooperativa é um dos eixos estruturais da formação do Programa. A compreensão de que este tema é relevante é reconhecido pelos agentes. Eis o que eles citam a respeito deste eixo:

Durante as reuniões, todas elas são importantes, porque a gente fica conhecendo todas as partes, eles falam bastante lá como que vai a cooperativa, como que ela tá crescendo, que ela tá indo muito bem, daí eles mostram os números pra gente, daí fica aprendido né. (AGENTE 2, Agricultora, 68 anos).

As informações que são repassadas ali, exclusivamente pros agentes, que se não é um agente não fica sabendo, as informações completas a real situação dela [cooperativa]. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

Pelo menos em uma das reuniões do ano, os agentes têm contato com o tema da gestão interna da cooperativa, em muitos casos, a base proporciona isso na formação dos coordenadores municipais. Desta forma eles conhecem mais a fundo tudo que se passa do ponto de vista das políticas de gestão. (COORDENAÇÃO 4).

Eu sei que pra ser diretor tem que aprender muito ainda, mas se um dia isso acontecer, vai ser mais fácil pra um agente, do que para quem tá tudo de fora. (AGENTE 1, Agricultor, 53 anos).

A autogestão da cooperativa, os avanços e as discussões pertinentes ao dia a dia da cooperativa estão na pauta das conversas. De acordo com Coordenação 3, a transparência no trato com as informações é que garante a confiança dos associados na direção.

Eu gosto que os assunto é bem debatido, chego lá eles colocam se a cooperativa tem algum problema. Daí a gente debate, a gente dá ideia. Já teve muita coisa que a gente passou a ideia pra eles. Coisas que a direção acatou ideia dos agentes. E ate melhorou lá dentro por causa disso. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

Tem os assuntos sobre a cooperativa, às vezes é rapidinho, mas a gente se esforça pra entender. E nós sabemos que se a gente quiser saber mesmo, pode ir lá perguntar depois, que vão passar pra gente. (Agente 14, Agricultor, 44 anos).

Eu às vezes não entendo direito, daí pergunto se aquilo (os números) é bom ou ruim. Daí eles explicam melhor, porque às vezes os números parecem difíceis. (AGENTE 16, Agricultor, 63 anos).

Nas reuniões a gente vê as planilhas da matriz de gestão, que quando eu fui conselho fiscal a gente também estudava. Mas só que aqueles números são muito pequenininho. Já pedimos pra aumentar, mas até agora nada. Daí é difícil de ver direito. (AGENTE 4, Agricultor, 72 anos).

Sobre a relação e democratização das informações para os demais associados, os agentes entendem que é preciso ampliar o acesso a elas para que mais associados tenham condições de participar da cooperativa, opinar e, até mesmo, compreender a importância de envolver-se com os rumos desta.

[...] aqui em nossa comunidade quanto tem reunião eles vão, quando tem assembleia, são bem participativo, por isso sabem bastante da cooperativa. Até na pré-assembleia que vai ter, o povo pergunta bastante. Assim deve ser todos os associados, e a direção deve ter paciência de explicar. (AGENTE 2, agricultora, 68 anos).

A gente incentiva que vão nas pré-assembleias que lá é a oportunidade de vocês tirar as dúvidas que vocês têm, já que lá na assembleia geral, não tem tanta oportunidade. Lá, tudo é feito por aquela aprovação, por unanimidade assim, então o que vale é eles participarem nos pequenos grupos pra eles tirar as dúvidas e assim poderem entender melhor o trabalho da cooperativa. (AGENTE 3, Agricultora, 62 anos).

De acordo com os relatos da direção e dos agentes entrevistados, as cooperativas Cresol realizam as pré-assembleias anualmente. Estas são reuniões comunitárias que ocorrem nos primeiros meses do ano, para tratar da prestação de contas do ano anterior, apresentar as mudanças para o ano vigente e discutir questões sobre a cooperativa.

Eu penso que dá de fazer outras reunião nas comunidades, porque os outros associados também podem aprender coisas, não só pegar as coisas boas. Tipo no ano passado foi feita os preenchimentos de proposta nas comunidades e era hora de tirar dúvidas. (AGENTE 10, Agricultor, 57 anos).

Sobre a participação dos associados na cooperativa, a coordenação pensa ser importante tratar de assuntos não só econômicos como também do envolvimento destes com a própria cooperativa durante as atividades realizadas com os associados.

Você pode analisar uma cooperativa através de indicadores econômicos e financeiros, mas que no caso do Cresol e das cooperativas não bastam. Então como enxergar esta participação coletiva, enxergar o envolvimento, movimento do quadro social. Só criando mecanismos de gestão e controle social. Isto está justamente na capacidade que minha base social tem de empoderar-se de informações a respeito da cooperativa, neste caso por dentro do grupo de agentes. (COORDENAÇÃO 1).

Durante a pesquisa foi possível acompanhar as atividades da Assembleia Geral Ordinária da cooperativa. Mesmo que o evento, de acordo com a direção, seja um momento formal e festivo, foi realizado em apenas quatro horas, com os atos formais previstos pelo Estatuto Social.

Após este momento, os associados participaram de almoço e sorteio de brindes. Não houve apresentação, por parte da cooperativa, das ações sociais e ou estratégicas desenvolvidas durante o ano anterior, exceto pelo Relatório Social ano 2014, entregue aos participantes, onde havia a apresentação das principais ações.

Acho que a Cresol podia dar uma palestra ou duas por ano com os mesmos assuntos que nós temos sobre a cooperativa, diminuiria as reclamações. Daí eles (os sócios) teriam outra mentalidade. (AGENTE 16, Agricultor, 63 anos).

Alguns agentes relataram situações em que são abordados a respeito de “notícias” ruins sobre a cooperativa, mas que, segundo eles, são inverídicas. Para eles, é importante saber o que de fato acontece, pois, ao serem abordados pelos outros sócios, estes se sentem confiantes em relatar o que realmente aconteceu ou está acontecendo.

Na nossa comunidade como é perto, tem muita gente que trabalha na cidade, então se as coisas fossem feitas a noite ou no fim de semana, acho que participavam mais, mesmo as reuniões da cooperativa. (AGENTE 6, Agricultor, 45 anos).

Porque assim o pessoal pergunta assim se é verdade que a Cresol tá falindo. Então a direção vem nas reunião passar pra nós e avisa que esta dentro da expectativa, que vai ter uma sobra ainda, então ficamos tranquilo e se alguém falar pra gente, nós dissemos que não se preocupem. Esperamos que seja verdade mesmo. (AGENTE 6, Agricultor, 45 anos).  
 Até teve uma vez uns boatos de falência da Cresol, e eu disse: oia não é bem assim, eu fui ontem na reunião dos agentes, e ninguém me falou nada. Daí fui na cooperativa e falei "olha vim tira a limpo, porque alguém espalhou uma coisa boba aí, daí fica ruim pra mim né". Daí eles me disseram que não é isso, me mostraram os números. E voltei e falei pros sócios, olha tá tudo certo, e se ela falir não é de hoje pra amanhã. E nós vamos ser os primeiros a saber (Agente 10, Agricultor, 57 anos).

A transparência da gestão da cooperativa é considerada um diferencial dentro do cooperativismo solidário e este tema foi lembrado pelos entrevistados.

A autogestão considera o acesso às informações de forma transparente para que seus membros possam determinar novos passos, com consciência e prudência.

Contudo, observou-se durante as entrevistas que estas informações são disponibilizadas através das reuniões realizadas regularmente com este grupo. Entretanto, para os demais sócios ainda há uma lacuna no acesso aos indicadores de análise, principalmente os econômicos e de visão cooperativista.

Já teve algumas vezes que a direção colocou as informações da cooperativa, como que ela está, o que tá pensando em fazer, e o tipo de ideias que a gente tem sobre aquilo, se isso pode ajudar ou não. Às vezes vem os números negativos, daí a gente se assusta, mas depois eles explicam que de um mês negativo, no outro fecha positivo, porque têm umas contas pra receber. (AGENTE 14, Agricultor, 44 anos).  
 Fico pensativo quando eles apresentam aquele balanço que dava negativo, uns meses né. Daí né a gente fica com a pulga atrás da orelha, né que vinha muito boato de fora. A Cresol tá falindo! Porque houve uns meses ali que eles apresentavam os balancete, que tava negativo. Por exemplo, que nem agora em março, eles apresentavam de fevereiro e tava negativo. Oh! fechou com tantos mil negativo. Daí isso já não era bom né, mas depois eles explicaram que no começo do ano, é quando estão pondo os planejamento em prática, vão ver as conta que tem que cobrar, depois dá de respirar. Por isso que sempre na Assembleia fica sobra. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

A autogestão não se refere somente à possibilidade de participar das opiniões, mas em sentir-se dono, ter a real noção do que está acontecendo com sua instituição e buscar melhorias.

A gente já deu muita ideia pra direção, falou dos problemas dos caixas atenderem devagar e eles mudaram. (AGENTE 12, Agricultora, 60 anos).  
 Outros falam que o caixa mais demorado é na Cresol. E o pessoal pede pra gente falar que fica demorado no atendimento, e a gente falou isso pra direção. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

A gente vai lá, eles atendem bem. Eles dizem pra nós quando temos reunião: vocês acreditam em nós e nos acreditamos em vocês, que quando vocês levam os aviso, nos confiamos que vocês vão chegar e passar na comunidade, assim como ocorre quando vocês trazem ideias. (AGENTE 2, Agricultora, 68 anos).

Já os membros do grupo acreditam que quanto mais participação, mais fácil será de os sócios conhecerem a cooperativa de forma mais integral bem como o que fazem os seus diretores.

O pessoal às vezes fala mal da direção, mas é porque eles não sabem tudo o que tem que fazer na direção. Eu sou bem amigo do (nome do diretor) que foi diretor, e a gente sabe das coisas. Mas têm muitos sócios, que não conhece o lado que a cooperativa está, que é do lado dos agricultor. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

A gente sabe que a Cresol é de todo mundo, e se quiser dá de todo mundo participar. Só que os pequenos é mais fácil, mas os grande querem saber só de ir lá e pegar o financiamento. (AGENTE 6, Agricultor, 45 anos).

Nestes depoimentos é possível observar a necessidade de retomar ou ampliar os processos de formação a um número maior de associados. Num depoimento colhido, a formação da consciência foi estimulada pela participação do Curso de Qualificação Profissional em Gestão com Ênfase em Cooperativismo. Entretanto, nesse grupo apenas um agente participou do curso citado.

Eu aprendi no curso que uma cooperativa deve ter a participação dos sócios, que quando ela não faz isso, ela deixa de ser uma cooperativa. Mas se os sócios não sabem disso, porque eles vão participar? Só querem pegar a parte boa. (AGENTE 5, Agricultor, 56 anos).

Os entrevistados consideram o momento da reunião dos agentes como o espaço para discutir sobre o que sentem em suas comunidades e a oportunidade de dar ideias e sugestões sobre a resolução dos problemas que ouvem entre os associados. Consideram enfim, um momento de aproximar-se da direção e dos assuntos que circulam sobre a cooperativa,

Sempre na reunião, a gente de vez em quando, fala dos comentários que os sócios dizem sobre a cooperativa. Não tem um momento especial, mas a gente durante o dia vai falando. (AGENTE 5, Agricultor, 56 anos).

Já demos a ideia de que nos dia da assembleia que não façam aquelas discursos lá. É perto do meio dia e o pessoal querendo almoçar, daí é aquele banzé lá. Daí não se escuta nada, ninguém mais presta atenção. (AGENTE 9, Agricultor, 53 anos).

Os agentes sentem-se parte da cooperativa, mas esta atuação de sócio que participa, emite opinião e se compromete foi desenvolvida pela participação no grupo.

Têm muitos assuntos mais voltados a Cresol, mas também para nossa formação pra nós saber o que fazer aqui no interior. Nós somos o elo de ligação, então nos temos que trazer informações e divulgar. E se perguntam pra gente, nos temos que saber. Tem financiamento de tal coisa, se tal coisa pode financiar. (AGENTE 11, Agricultor, 50 anos).

De certo modo, a condição de grupo que se reúne com maior frequência e acessa informações que outros sócios não têm coloca-os em condições de sentir-se como parte integrante da cooperativa.

Depois que me tornei agente tive uma relação muito boa com a direção, muito boa, desde os meus financiamentos. Eu acho que eles têm também boa consideração por nós porque somos agentes, um pouco mais até do que os outros sócios. (AGENTE 1, Agricultor, 53).

De acordo com Lisboa (2005, p. 113), a autogestão não é capaz de explicar o cooperativismo de economia solidária, pois “mesmo as atividades autogeridas, apesar de serem democráticas, não têm garantias de escapar à lógica do capital. Essa é uma das grandes lições históricas dos movimentos cooperativistas e autogestionários”.

Os sócios ficavam sabendo disso muito pouco, porque daí não passa muita informação detalhada. Daí algum dizia é que a Cresol ta falindo, e a gente dizia que não, que é mentira. Daí a gente diz que não vai ter problema, pelos que os diretores dizem que não né. Porque daí tem muito pra receber fora, de ação judicial fora e coisas. (AGENTE 8, Agricultor, 46 anos).

Nestes depoimentos fica claro haver, por parte dos agentes, uma compreensão e um desejo de obter maior envolvimento e conhecimento sobre a cooperativa. Na condição de que “só participa quem conhece”, acreditam que os processos de acesso às informações para os demais associados precisa ser ampliado.

Como grupo, eles se sentem envolvidos pelo debate e podem manifestar sua opinião a respeito dos temas, mas não há pela presente pesquisa a identificação de ações em que o debate com os agentes e associados contribua para determinar ou redefinir os rumos da cooperativa. Por isso que a autogestão precisa estar

entrelaçada com outras ações da cooperativa, como o eixo do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Singer (2012, p. 13), a dimensão da superação da “descrença de que é possível realizar a gestão de cooperativas”, ficou evidenciado pela forma como os dados e relatórios foram expostos durante as reuniões e na assembleia pelos diretores. Porém, este fato foi percebido somente entre os diretores liberados. Para os entrevistados, mesmo que as informações sobre a situação da cooperativa sejam tratadas de modo transparente, elas não possibilitam condições de que sejam realizados questionamentos de ordem estrutural.

De acordo com o mesmo autor, reforçado por Prado (2007), a segunda dimensão – a da gestão coletivizada – foi manifestada durante as entrevistas pelas formas em que a direção da cooperativa trata dos espaços de decisão, como as pré-assembleias, reunião dos agentes e a prática de receber os associados para esclarecimento das dúvidas na cooperativa.

Ainda que de modo incipiente, há a manutenção destes mecanismos em que possibilita o acesso às informações para estruturação de redes de confiança, mas os sócios ainda têm pouca influência nos espaços de tomada de decisão.

#### **4.5 A Formação como Processo para o Cooperativismo Solidário**

De acordo com Infocos (2006), a proposta pedagógica de formação construída para subsidiar o trabalho de formação dos agentes, prevê a ação nos seguintes espaços: na unidade produtiva quando ele reorganiza sua forma de trabalho, na comunidade sendo referência a sua vivência no Programa; na Cooperativa, quando ele estabelece uma agenda de estudos, pesquisas, intercâmbios, dias de campo, debates e constitui novas relações com outras organizações e com a diretoria da cooperativa.

A abordagem metodológica é dividida em quatro momentos: I – Leitura da realidade, privilegiando refletir sobre o contexto da agricultura familiar e suas múltiplas dimensões; II – Problematização, onde o contexto gera sínteses sobre o que está sendo discutido; III – Organização é o momento em que são estimulados a articularem um conjunto de decisões ou posicionamentos possíveis diante do contexto; e IV – da consolidação, onde a partir da vivência das etapas anteriores o agente desenvolva seu posicionamento coletivo e articule-o com seu dia a dia.

Durante os três anos que cada grupo é acompanhado, a Base Regional, com orientação da Central Cresol Baser e do Infocos, atua estabelecendo os temas em três grandes grupos.

Na Proposta Pedagógica (2006), encontram-se diretrizes dos debates em: I – Agricultura Familiar e Cooperativismo; II – Desenvolvimento, Agroecologia e Crédito, III – Relações Sociais e Culturais na Agricultura Familiar.

Para os agentes da Cresol Francisco Beltrão, foi possível perceber que o Programa é reconhecido como um processo de formação, porém o dia de formação é chamado de “reunião”.

Esta situação pode demonstrar que, mesmo em reunião, entendem que estão neste evento para receberem orientações, em que a pauta transita apontando momentos de repasse de informações, com estudo.

O processo de formação se desenvolve entrelaçado, com as situações geradas a partir do encontro, onde se reúnem, dialogam e ainda aprendem sobre a cooperativa.

De certo modo, o processo formativo do agente não pode restringir-se a estes momentos do encontro. De acordo com Ghon (1992), a formação se constitui como um processo da caminhada e luta. Embora, o *dia de reunião* trate também de formação, ela só será sentida e materializada por meio dos espaços onde este está integrado.

Para Ghon (1992), nos movimentos sociais a educação é construída de diferentes fontes: pela aprendizagem gerada na experimentação com exercício do poder, pelo exercício rotineiro que a burocracia impõe, pela percepção das diferenças na realidade social entre seus grupos e suas demandas, pelo contato com as assessorias dos movimentos, pela desmistificação da autoridade como competência e pela percepção de que é possível aprender a fazer.

Participo das reunião lá. Levo os assunto da Cresol pra turma da comunidade né, por exemplo quando precisa organizar pra um evento, arrumar o povo pras atividade, nas pré-assembleias organizar a reunião, conversar com a turma. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

Sou também do conselho fiscal, e a gente aprende durante as reuniões de fiscalização, mas daí o trabalho é mais puxado, não da muito tempo pra conversa. Nos agentes tenho mais liberdade pra perguntar o que não sei. É diferente o trabalho. (AGENTE 4, Agricultor, 72 anos).

Eu sempre vou nas reuniões, não só dos agentes. Do sindicato, também. Meu marido não gosta de sair nestas coisas, então ele fica em casa e eu vou. Depois eu conto o que aprendi. (AGENTE 5, Agricultora, 56 anos).

Às vezes a diretoria trás as ideias de fazer alguma coisa, a gente até diz se gosta ou não. Dependendo da situação a gente sabe se vai ou não dar certo. (AGENTE 4, Agricultor, 72 anos).

Para os agentes, o acesso às diferentes formas de construção de saber se constitui na democratização da informação, ao mesmo tempo em que potencializa

[...] a formação de lideranças comunitárias valorizando as experiências de vida como outras formas de conhecimento, bem como, multiplicando-as, trocando experiências e gerando outras formas de organização na UPVF, na comunidade e na cooperativa e entidades. (INFOCOS, 2006, p. 5).

As reuniões servem pra gente ficar sabendo das informações sobre a cooperativa. Se a gente não participasse das reuniões como é que a gente ia ficar sabendo daquilo que passa lá todo mês? (AGENTE 5, Agricultora, 62 anos).

Numa reunião a gente conversa sobre a cooperativa, noutra a gente vai na casa. Às vezes só a história daquela família já é uma lição de vida pra mim. (AGENTE 7, Agricultor, 49 anos).

Esta vivência, alternando o encontro na cooperativa, com a visita a família e ainda com os outros eventos em que são convocados a participar, estrutura as situações em que pedagogicamente estão previstos para a formação do agente. Aliás, é nestes espaços de vivência que, pedagogicamente, ocorre o estranhamento da realidade vivida pelo integrante do grupo.

Contudo, um programa de formação de base também tem seus desafios. Entre os desafios observados está a manutenção de um grupo que se desafie a atuar pela cooperativa e assuma a liderança em suas comunidades, exercendo a representação esperada e sendo respaldada pelos demais sócios.

Temos uma grande carência na formação dos agentes, justamente na formação política de projeto que nos queremos para a sociedade. Acho que ainda não conseguimos debater isso com eles. Ele poderia ajudar a fazer o contraponto, como fazer que ele seja um instrumento de massa crítica, das informações que chegam na cabeça do associado nem sempre são verídicas. (COORDENAÇÃO 1).

É lógico que a gente gostaria que fosse mais aprimorado. Há aqueles que participam, devem ser elogiados, mas têm outros que às vezes, não é bem isso que estas pessoas querem, ser os líderes. Então num grupo de agentes, a gente sabe que liderança não se constrói do dia pra noite, e nem todos eles vão ser liderança, e alguns dois, três ou quatro se destacam. (COORDENAÇÃO 2).

Por meio deste depoimento da coordenação, percebe-se o desejo de que possam ir mais longe nos resultados deste Programa.

Contudo, observa-se, ao se adentrar na finalização, a apresentação dos dados, os quais apresentam os limites e possibilidades. Os limites como ação

podem ser superados por meio de novos diálogos e debates, ao se aprofundarem os temas ora propostos nesta reflexão. A autogestão e a solidariedade são conceitos estruturantes não somente do cooperativismo solidário, mas de toda uma proposta social em que a ação coletiva possa exercer um potencial transformador.

Com a consciência de que a atual sociedade é fruto de um longo processo excludente e de acentuação das desigualdades vivido pela humanidade a partir do modo de produção capitalista, onde não há espaço para enxergar a coletividade, o outro, seus semelhantes, esta proposta transformadora será resultado de um processo histórico árduo, consciente, em que se empreguem diversos métodos e forças para revertê-lo.

Esta reflexão sobre como os agricultores participantes do programa compreendem, no processo e nas ações da cooperativa onde se inserem, as situações que envolvem práticas de autogestão e solidariedade e como as sustentações desses conceitos se manifestam nas relações sociais das quais fazem parte direta e indiretamente, contribui para se pensar as possibilidades de materializar, em suas práticas, um debate que circula conceitualmente, carecendo de maior aplicabilidade cotidiana, superando suas fragilidades enquanto ação para efetivamente fortalecer ao que se propõe.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu a observação de alguns aspectos que podem contribuir para os estudos sobre o cooperativismo solidário. Entre os limites e possibilidades deste trabalho desenvolvido a partir de uma proposta de formação de base para o cooperativismo solidário ficam algumas indicações.

Inicialmente, encontra-se a possibilidade de que o cooperativismo solidário não é uma proposta única e consolidada, mas ainda em construção. Esta proposta se reconstrói a cada iniciativa adotada e pode ter formatos variados. Como instrumento, o cooperativismo pode servir a distintos projetos, mas torná-lo de fato mais fidedigno à sua gênese requer um esforço e criatividade constante. A prática dos eixos embaixadores do cooperativismo solidário precisa entrelaçar teoria e prática, assim como reflexão e ação permanentemente, pois as relações capitalistas se transformam, se modificam e isso demanda a retomada constante da reflexão sobre o projeto que está sendo construído, para que as novas práticas contribuam efetivamente para um projeto de sociedade mais justa.

Relacionando-se com as iniciativas organizacionais da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná citadas neste trabalho, colaboraram para a construção das rupturas com o “lugar” predeterminado dos agricultores familiares na modernização da agricultura proposta e executada no projeto desenvolvimentista no Brasil, nesta região.

A recente história de lutas e articulação que aproximou a agricultura familiar e o cooperativismo solidário trouxe um novo dinamismo à região. A própria história dirá se esta opção foi assertiva e se está dando conta do objetivo traçado em seus primórdios, mas a agricultura familiar já assume um protagonismo possibilitado pela articulação em rede do cooperativismo em suas diferentes formas: crédito, comercialização, produção e serviços.

Do resultado desta estratégia em utilizar a ferramenta do cooperativismo, também apresenta seus limites, pois é possível apontar que a cooperação, fortemente presente entre os agricultores familiares durante os processos de criação de suas cooperativas, encontra-se mais concreto entre os membros que participaram dos momentos de organização da cooperativa, nos anos de 1990. Entre os membros do grupo de Agentes, mais jovens ou que se associaram à cooperativa recentemente, existe a noção conceitual, mas ainda não materializada pelas

condições materiais vividas. Há afirmações de que associados com maior poder econômico e com relação societal mais recente, manifestada na opinião dos próprios agentes, utilizam a cooperativa apenas para seus serviços creditícios, como outra instituição financeira qualquer.

O sentimento de solidariedade de vertente revolucionária encontra-se fragilizada pela percepção dos próprios agentes com relação à compreensão deles e dos demais associados, pois precisa ser estimulado sob outras formas, com os associados mais recentes que não viveram a história de fundação da cooperativa. A compreensão de solidariedade precisa ser melhor desenvolvida. É possível que, como ocorre de forma crescente, a ausência deste sentimento na relação do associado com a cooperativa venha a ser apenas uma cooperação por interesses, como afirma Owen (apud LOPES, 2012) – no caso, apenas de acesso creditício ou de serviços financeiros, descolada do propósito ideológico que embasa a proposta solidária.

É possível também observar que a solidariedade é um valor que ainda não possui espaço de construção teórica e reflexiva dentro do Programa; ela é transversal, construída pelas vivências oportunizadas em virtude das ações que acontecem junto com outras organizações. Essa solidariedade coletiva tornou-os próximos ao ponto que amizades foram estreitadas. Então, as relações de uma cooperação instrumental se rompem e colocam estes agricultores e agricultoras numa dinâmica ao ponto que quando reúnem suas famílias, todos se tornam “um grupo”, um coletivo, que dialogam abertamente sobre suas vivências.

No entanto, há laços de identidade que aproxima o grupo, o que resulta nas relações de entrosamento e liberdade junto ao espaço da cooperativa, demonstrando que os agentes possuem uma compreensão de sua cooperativa, ainda muito distinta da maioria do quadro social. Contudo, este sentimento de pertencimento e responsabilidade, que os coloca frente a frente com os diretores para dar ideias, tirar dúvidas e, até mesmo, opinar sobre o que considera adequado ou não para a cooperativa, fica limitado a conversas mais informais, do que por estabelecer processos em que mais associados envolvam-se, em instâncias decisórias dentro da cooperativa.

Outra perspectiva – a da luta coletiva – manifesta-se como possibilidade para formar lideranças para fortalecer a participação dos agricultores familiares, mas encontra-se em construção. Isso porque alguns não se sentem à vontade com a

função de “liderança” quando ainda não o são. A liderança para muitos destes agricultores familiares é um processo. O fato de aceitarem fazer parte de um grupo que dispõe de, pelo menos, um ou dois dias no mês para se reunir com outros, aprender algo novo ou então tratar de temas que não constam em seu cotidiano, coloca estes agricultores em debate sobre a sua cooperativa e os referencia junto aos demais. Desta forma, a liderança vai sendo construída ao ponto que assumem as responsabilidades da cooperativa, convidam vizinhos para participar das mobilizações e das oficinas práticas. O fato de aceitar estar à disposição implica colocar-se em estranhamento em possuir uma cooperativa como uma ferramenta financeira e dela tornar-se responsável também pelos seus rumos.

No papel de representante da cooperativa na comunidade, o agente é o responsável por sentir a relação mais amarga: de ouvir reclamações e lamentos de outros sócios sobre algo que, operacionalmente, ainda não podem mudar. Se, de fato, os associados sentem a confiança em procurá-los para externar seus sentimentos sobre a cooperativa, isto demonstra o reconhecimento de seu trabalho. É necessário conseguir canalizar melhor o que será feito, e até mesmo como serão aproveitadas estas oportunidades de que os associados possuem em emitir sua opinião acerca do funcionamento da cooperativa.

Sobre a autogestão, sabe-se que este é um grande desafio. Compartilhar democraticamente o poder de decisão, estimular outros associados a participar oferecendo informações relevantes para que os demais ocupem seu espaço, como sócios nas decisões da cooperativa, são tarefas difíceis, até mesmo pelos poucos conhecimentos técnico-administrativos de grande parte dos associados.

Numa realidade em que cada vez mais se terceirizam, delegam a participação a terceiros, estes agentes precisam ser persistentes para reunir um número razoável de sócios nas pré-assembleias e assembleias gerais, fortalecendo este que pode firmar-se como espaço de aprendizado interno da cooperativa.

Esta ação, em que a gestão seja conduzida pelos sócios, é talvez o que ainda mantém vivo o espírito cooperativo, que se ampara na participação das pessoas, e não em sua cota capital.

No que tange à autogestão, duas dimensões foram notadas durante a pesquisa. A primeira observou a forma como estes agricultores familiares se relacionam com as áreas mais administrativas e operacionais; a segunda dimensão

notou a forma como se estabelecem as condições para a gestão coletivizada, para a tomada de decisões entre os membros da cooperativa.

No que tocante à ação do Agente Comunitário, há com frequência a formação com foco no repasse de informações acerca de ferramentas de leitura de dados administrativos e financeiros da cooperativa, como relatórios gerenciais. Nestes momentos as assessorias das áreas estão à disposição do grupo para diálogo e interpretação. Porém observa-se uma extensa e complexa matéria envolta por leis e normativos que regem o cooperativismo de crédito, que não se tornam de domínio destes agentes.

No entanto este processo de formação não é suficiente, pois nas entrevistas ficou claro que os agentes não compreendem o que significam as tabelas e os gráficos a respeito dos indicadores de gestão da cooperativa. Mesmo que tenham manifestado a liberdade de dialogar com a direção sobre a cooperativa, muitas opiniões não são emitidas por entenderem que são diferentes daquelas que os diretores possuem. Em algumas entrevistas ficou claro que o que está sendo realizado poderia ser feito diferente, mas sentem-se pouco à vontade para dizê-las à direção. Eles sabem que, mesmo possuindo proximidade com a direção, o papel deles como agentes está restrito a algumas áreas da cooperativa, tais como manter o fluxo de informação entre cooperativa e comunidade.

Com relação à dimensão da gestão coletiva, o papel dos agentes comunitários parece obter mais sentido, quando cabem em suas responsabilidades a organização de reuniões comunitárias para o repasse de informações. Nesta dissertação, não se analisou a forma como ocorrem estas reuniões, mas foi possível observar que são de repasse de informações sobre o exercício anual da cooperativa, e ocorrem uma vez ao ano, sendo chamadas de pré-assembleias.

Contudo os próprios agentes sabiamente indicam que devem, como cooperativa, ter mais reuniões com os sócios sobre variados assuntos. Entendem que, assim como eles – os agentes –, os associados podem aprender, entender e participar mais da cooperativa. Se não houver o esforço dos técnicos em ajudar a construir este conhecimento e informação, bem como se não houver esforço do agricultor em aprender, será difícil opinar, aconselhar a direção ou, até mesmo, explicar a outro associado determinados assuntos. Alguns depoimentos trouxeram a preocupação de que a direção da cooperativa poderia realizar encontros de

formação para um maior número de associados, no intuito de que estes apreendam sobre a cooperação e tome posse de informações sobre a gestão da cooperativa.

De certa forma, o grupo de entrevistados possui um interesse muito grande nestas informações, e ainda se sente responsável por traduzi-las à comunidade em geral. Aprendizado e conhecimento são possíveis a todos que integram uma cooperativa. O trabalho desenvolvido pelos agentes, dialogando com os demais associados e esclarecendo dúvidas gerais, pode contribuir para que estes verifiquem seu nível de interação com as informações da gestão da cooperativa e, talvez, busquem ampliá-las quando houver oportunidade.

Para concluir, os agricultores familiares, agentes comunitários da Cresol de Francisco Beltrão, participam de um processo de formação que pode vir a contribuir para o cooperativismo solidário na obtenção dos resultados da cooperação além dos econômicos. Este e outros processos podem também apoiar a luta dos trabalhadores, melhorar o entorno social dos envolvidos e ser fortalecido enquanto iniciativa capaz de gerar estas mudanças. (CHRISTOFFOLI, 2007).

Para isso, é preciso se desenvolver uma formação com informações técnicas e sociopolíticas, não se limitar aos ambientes formais dos cursos, integrar dirigentes e formadores em desafio constante de aprendizado, estabelecer níveis para a caminhada na formação, educar com novos valores humanistas e socialistas, trabalhar racionalidade com mística e ainda contar com apoio de universidades.

Olhar esta proposta de cooperativismo sob a ótica da atuação do Programa de Agentes possibilita entender que o cooperativismo pode ser diferente, que pode ser gerador de oportunidades, celeiro de iniciativas e um fomento para uma sociedade transformadora. Pode ser possível fazer algo que mantém os agricultores familiares estimulados a lutar pelo seu reconhecimento, tornando-se vozes em movimento, em reflexão, em formação.

Para encerrar, é fundamental que se diga que este cooperativismo de perspectiva solidária só é possível se, além de teorizado, ele for praticado, vivenciado e estimulado. Assim, os processos de educação cooperativista têm muito a contribuir para com esta proposta. Isso porque, assim como a educação conservadora molda os sujeitos em direção ao individualismo, uma outra educação pode torna-los mais solidários, cooperativos e ativos em lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste Paranaense**. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 1981. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/transformacoes-na-vida-camponesa-o-sudoeste-paranaense-tese-de-mestrado/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. MAGALHÃES, Reginaldo. SCHROEDER, Monica. **Representatividade e Inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares**. Revista Sociologias [online], Porto Alegre, ano 12 n 24. (p. 268-306), 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n24/v12n24a10.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ANTEAG. **Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-acs-associacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ANCOSOL. **Associação Nacional de Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária**. Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br>>. Acesso em: 6 maio 2015.

ASSESOAR. **As Origens da Cresol**. Dez, 2005. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/64.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ASSESOAR. **Uma história em Construção: 32 anos fortalecendo a agricultura familiar**. Francisco Beltrão: Assesoar, 1997.

ASSESOAR. **ASSESOAR. Referências e Impactos: Um olhar sobre a década de 90 do século XX**. Redação Final. Sudoeste do Paraná, 2006. Disponível em: <<http://assesoar.org.br/?p=1523>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AQUINO, Joacir Rufino. SCHNEIDER, Sergio. **(Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. Artigo apresentado na I Conferência Nacional de Políticas Públicas Contra a Pobreza e a Desigualdade, realizada no período de 10 a 12 de novembro de 2010, em natal – RN, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento**. Visão Geral – 2008.

BARBIERI, Estela Maria. A interpretação ativa na economia solidária. In: MELLO, Sylvia Leser. BARBIERI, Estela Maria. SÍGOLO, Vanessa Moreira (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**: Encontros Internacionais. NESOL – USP Vol. 2. São Paulo, 2007.

BATTISTI, Elir. As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. In: Campo-Território, **Revista de Geografia Agrária**. v. 1, n. 2, Agosto/2006, p. 65-91.

BITTENCOURT, G. **Abrindo a caixa-preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp: Mimeo, 2003.

BONAMIGO, Carlos Antonio. **Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo**. 2ª Edição. Editora Universitária, Passo Fundo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acessado em 10 de out de 2013.

BRASIL. **Lei da Política Nacional do Cooperativismo do Brasil**. [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm), acessado em 10 de out de 2013.

BUAINAIN, Antonio Marcio. GARCIA, Junior Ruiz. Contextos locais ou regionais: importância para viabilidade econômica dos pequenos produtores. In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro [...]**? Zander Navarro e Silvia Kanadi Campos (orgs. Brasília, CGEE, 2013.

BUAINAIN, Antonio Marcio. GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro [...]**? Zander Navarro e Silvia Kanadi Campos (orgs. Brasília, CGEE, 2013.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Finanças e Solidariedade**: Cooperativismo de Crédito Rural solidário no Brasil. Chapecó. Argos, 2010.

CALDART, Roseli. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Monica (ORGS). APRESENTAÇÃO: por uma educação do campo. Editora Vozes, Petrópolis-Rj, 2005.

CALEGARRI, Ricardo. **As lutas camponesas no sudoeste do Paraná**. I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira, III Seminário Regional Sobre Território, Fronteira e Cultura, IV Expedição Geográfica da União: Espaços de Fronteira-Território e Ambiente. Campus de Marechal Cândido Rondon, set 2011.

CENTRAL CRESOL BASER. **Relatório de Avaliação e Planejamento Interno**. Francisco Beltrão, 2003.

CENTRAL CRESOL BASER. **Regimento Interno do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária**. Francisco Beltrão, março, 2003.

CENTRAL CRESOL BASER. **A autogestão solidária do crédito e o controle social no Sistema Cresol** (Cartilha). Francisco Beltrão, 2003.

CENTRAL CRESOL BASER. **Análise do Programa dos Agentes**. Francisco Beltrão, Ano 2005.

CENTRAL CRESOL BASER. **O Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito** (Folder de divulgação). Francisco Beltrão, 2006.

CENTRAL CRESOL BASER. **Planejamento Estratégico e Participativo**. Francisco Beltrão, 2010.

CENTRAL CRESOL BASER. **Relatório de atividades e Balanço Social: Prestação de Contas**, ano 2014. Francisco Beltrão, 2015.

CENTRAL CRESOL BASER. **Curso de Formação de Coordenadores de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito do Sistema Cresol**. Memória do Momento I. Francisco Beltrão, dezembro, 2004. 165 p.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de La Unidad económica campesina. Ediciones Nueva Visión**. Buenos Aires, 1925. Traduzido por Rosa Maria Rússovich, 1974.

CONFESOL. **Confederação das Cooperativas Centrais de crédito Rural com Interação Solidária**. Disponível em: <<http://www.confesol.com.br/home.php>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A formação Política na economia solidária. In: MELLO, Sylvia Leser. BARBIERI, Estela Maria. SÍGOLO, Vanessa Moreira (orgs). **Economia Solidária e Autogestão, Encontros Internacionais**. NESOL – USP Vol. 2. São Paulo, 2007.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Parte I. Icone Edit(1985).

DOURADO, Ivan Penteado. **As Representações da Economia Solidária: Os Valores Solidários em Oposição**. ST10, Economia e políticas do simbólico 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010 (b)

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FAO/INCRA. **Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. **El concepto de desarrollo sustentable treinta años después**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, p. 41-56, jan./jun 2000. Editora da UFPR.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Praxis Pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009.

GAIGER, Luiz I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, nº 39. 2003. P 181-211.

GAIGER, Luiz I. G. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 28, n. 82 Junho/2013 Pag 211-259.

GALEANO, Eduardo. **Las Palabras Andantes**. 5ª Edição, Argentina, 2001.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo. Cortez, 1992.

GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. P. 1 a 60.

GARCIA JR, Afrânio Raúl. HEREDIA, Beatriz Alasia De. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. Parte III - Reconversões identitárias, mobilidade e campesinato. (pág. 213 a 243). In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias. VOL II - Estratégias de reprodução social.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e categorias**: Construções identitárias e sociabilidades, vol. I. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOHN, Maria G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, mai-ago/2006, p. 20-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INFOCOS. **Estatuto Social**. Francisco Beltrão, 2005.

INFOCOS (Organizador). **Origem da cooperação**. História e concepção do cooperativismo, Cadernos I - Série Gestão do Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafit, 2006.

INFOCOS. Cadernos Infocos I. **O Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito**: Proposta de articulação e formação na perspectiva da agricultura familiar. (84 páginas), Grafisul, 2006.

INFOCOS. **Cadernos Infocos I, II, III, IV, V, VI** Série Caderno dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, 2006-2010.

INFOCOS; CRESOL. **História e concepção do cooperativismo**. Francisco Beltrão: Grafit, 2006. 86 p. (Livro I, Série: Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo).

INFOCOS. **Plano Trienal de Formação**. Francisco Beltrão, 2012-2015.

INFOCOS. **Ensaio do Cooperativismo Solidário**. Midiográf Editora. Londrina, 2010.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento Rural, conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. UFRGS, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense editora. (Original alemão de 1898). Cap VI. "Grande exploração e pequena exploração". 1972.

KEIL, Ivete; MONTEIRO, Silvio. **Os Pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na Leopoldo – RS**, América latina. São Paulo, 1982. P. 98-112.

LANNON, Christophe. **Nascimento do Sistema Cresol: A origem de uma inovação organizacional**. Nov. 2005. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=24>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LAVILLE, Jean-Louis. **Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia**. Rev. katálysis [online]. 2008, vol.11, n. 1, pp. 20-42. ISSN 1414-4980.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Revista de Ciências Sociais**, ano 2, nº 1, junho 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/911Civitas>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LISBOA, A. M. **Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

LEITE, Sergio (org). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009 2ª Edição.

LOPES, Julio Aurélio Vianna. **Cooperativismo contemporâneo: Caminho para a Sustentabilidade**. Editora Confedbrás, Brasília, 2012.

MAGALHÃES, Reginaldo. **Microfinanças: Racionalidade econômica e solidariedade social**. São Paulo, Sant Paul Editora, 2007.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Livraria Martins Fontes, 3ª. Edição, São Paulo, 2002.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Palavra e Ideia. In: **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**, vol. 2. Sylvia Leser de Melo, Vanessa Moreira Sígolo, Estela Maria Barbieri (organizadoras). São Paulo. NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete Teses sobre Agricultura Camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PRADO, Eleutério F. S. **América latina e Socialismo.** In: MELLO, Sylvia Leser. BARBIERI, Estela Maria. SÍGOLO, Vanessa Moreira (orgs). **Economia Solidária e Autogestão.** Encontros Internacionais, NESOL, USP, vol. 2. São Paulo, 2007.

PRANDO, Alzemiro. A Ocupação do Espaço Rural do Sudoeste do Paraná a partir dos Movimentos Sociais e da Luta dos Trabalhadores Rurais. 2010 **Geingá:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 2, n. 2, p. 28-53, 2010.

PRETTO, J. M. **Amplitude e Restrições ao Acesso de Pronaf Investimento no Rio Grande do Sul – um estudo de três operações de financiamento [...].** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2005.

RAFFESTIN, Claude. O que é Poder. Parte I, Capítulo III: In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia dão Poder.** Paris, 1980. Traduzido por Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

RUFINO, Sandra. Desenvolvimento Local: Três Abordagens. In: MELLO, Sylvia Leser. BARBIERI, Estela Maria. SÍGOLO, Vanessa Moreira (orgs). **Economia Solidária e Autogestão**. Encontros Internacionais. NESOL, USP, vol. 2. São Paulo, 2007

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Roseli Alves. Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico**, 2011.

SANTOS, B. S. **Introdução para ampliar o cânone da produção**: os caminhos da produção não capitalista. Civilização Brasileira, 2005.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. In: **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS**, v. 3, n. 2, jul./ dez. 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Versão Ampliada. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, Agosto, 2007.

SCHÖROEDER, Monica. **Finanças, Comunidades e Inovações: Organizações Financeiras da Agricultura Familiar — O SISTEMA CRESOL (1995 – 2003)**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estud. av. [online]. 2004, vol.18, n.51, pp. 7-22. ISSN 0103-4014.

SINGER, Paul. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Praxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: um modo de produção e distribuição. Disponível em: <<http://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidc3a1ria-paul-singer.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SOUZA, João Francisco de. PORTO, Zélia Granja. **Educação Popular**: participação, exclusão na América Latina hoje. NUPEP. Edições Bagaço, Recife, Pernambuco. 2000.

REVISTA CONTAG (organizador) **Cooperativismo e Sindicatos no Brasil**. GT Economia Solidária. Sindicalismo e economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT Nacional. 1999 p 23 a 28.

REVISTA CRESOL. **Entrevista com Vanderley Ziger**. Ano 01, Francisco Beltrão, Junho de 2013.

TEDESCO, João Carlos. Terra, **Trabalho e Família – Racionalidade produtiva e ethos camponês**. Editora UPF, Passo Fundo RS, 1999.

UNICAFES. **União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

VASCO, Ana Paula Debastiani; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **Sistema de Crédito Rural Solidário Cresol**: autogestão e sustentabilidade, V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. 1996.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. Editora Ática. São Paulo, 2000.